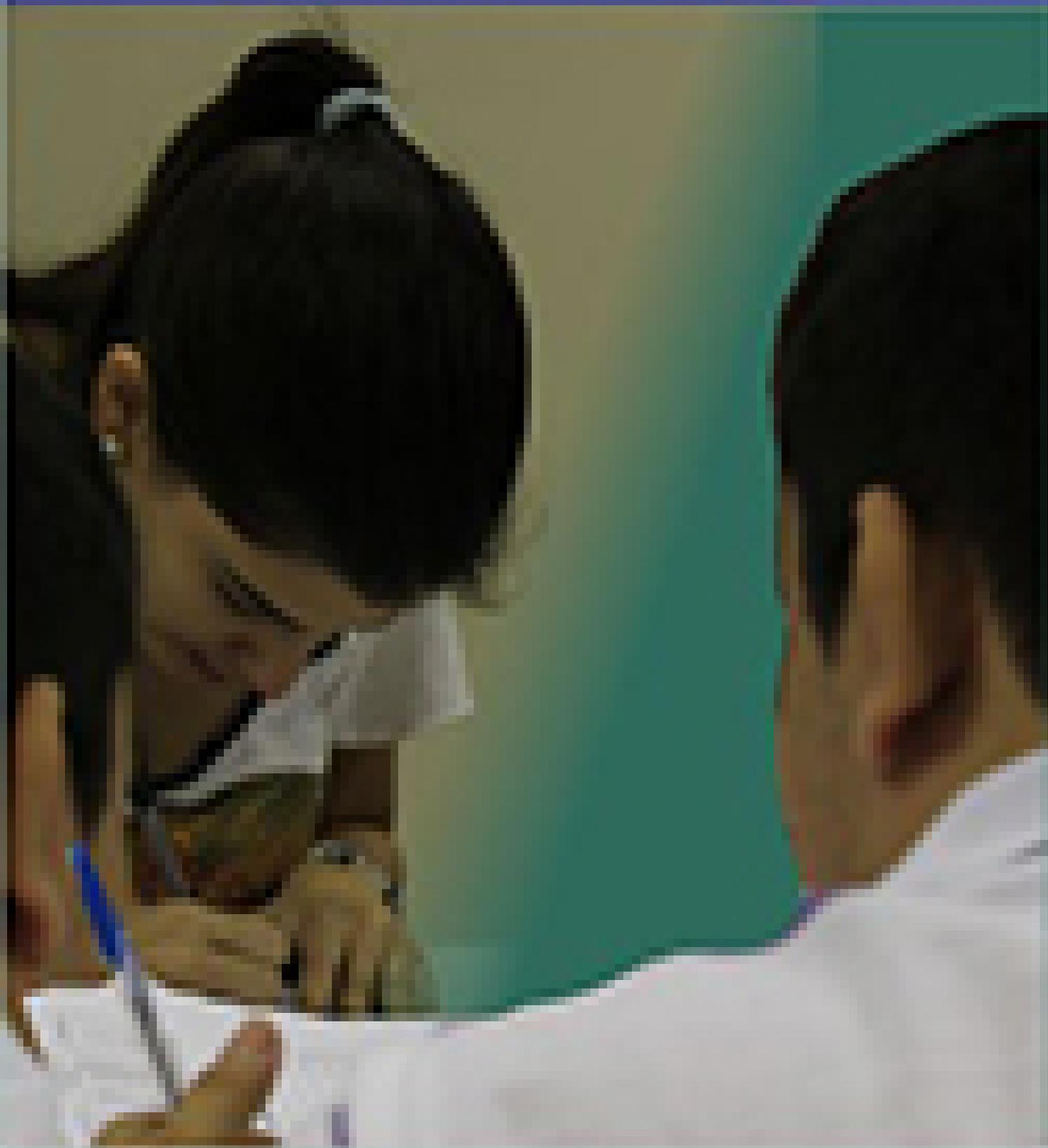


I Labor

www.italabor.com



Sumário

Artigos

- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ORDEM DO CAPITAL EM PARNAÍBA/PI: APRENDENDO A SER TRABALHADOR NA SOCIEDADE DO (DES) EMPREGO [PDF](#)
3 - 20
Tânia Serra Azul Machado Bezerra, Cloris Violeta Alves Lopes, Maria Luzirene Oliveira do Nascimento
- O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A POLÊMICA SOBRE O FINANCIAMENTO [PDF](#)
21 - 34
Antonia de Abreu Sousa, Elenilce Gomes de Oliveira
- IDEOLOGIA BURGUESA E DOMINAÇÃO CAPITALISTA COMO MOVIMENTO CIENTÍFICO E POLÍTICO-FILOSÓFICO NA DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO [PDF](#)
34 - 47
Océlio Jackson Braga, Enéas Arrais Neto
- SINDICALISMO EM TEMPOS DIFÍCEIS: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE UMA CLASSE TRABALHADORA CADA VEZ MAIS FRAGMENTADA [PDF](#)
48 - 63
Mônica Duarte Cavaignac
- A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE SINDICATOS, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES [PDF](#)
64 - 76
Helder Molina
- DESEMPREGO DE JOVENS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (2000 - 2011) [PDF](#)
77 - 94
Pascoal José Marion Filho, Gabriela Schumacher, Henrique Reichert
- ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA NA PSIQUE DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS [PDF](#)
95 - 113
Carlos Celso Serra Azul Machado Bezerra, Roberto Kennedy Gomes Franco, Iara Serra Azul Machado Bezerra
- EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES NO BRASIL: O PROGRAMA PROJÓVEM TRABALHADOR COMO MODELO DE ESCOLARIZAÇÃO [PDF](#)
114 - 127
Gilson de Sousa Oliveira

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ORDEM DO CAPITAL EM PARNAÍBA/PI: APRENDENDO A SER TRABALHADOR NA SOCIEDADE DO (DES) EMPREGO

PROFESSIONAL EDUCATION IN ORDER OF CAPITAL IN PARNAÍBA / PI: LEARNING TO BE WORKER IN SOCIETY (UN) EMPLOYMENT

**Tânia Serra Azul Machado Bezerraⁱ
Cloris Violeta Alves Lopesⁱⁱ
Maria Luzirene Oliveira do Nascimentoⁱⁱⁱ**

RESUMO:

Este estudo é resultado de pesquisa realizada no Grupo de Estudos Marxistas Piauiense, tem como locus a formação da juventude direcionada à Educação Profissional e a relação desta última com a inserção no mercado de trabalho em Parnaíba-PI. Durante a investigação, propomos uma análise sobre a formação destinada aos jovens da classe trabalhadora e a sua inserção no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, compreendemos a juventude enquanto segmento social e histórico ao tempo que indagamos sobre a influência social/econômica/política e ideológica das relações capitalistas na formação desta instância. Nossas reflexões nutriram-se de observações, entrevistas/questionários e leituras de fontes primárias coletadas no Centro de Educação Profissionalizante – CEEP, em Parnaíba/PI. Ressaltamos a importância do debate sobre as metamorfoses no mundo do trabalho contemporâneo e a problemática da empregabilidade para a compreensão da relação entre mercado de trabalho e educação no CEEP. Refletimos ainda sobre a dualidade existente entre ensino técnico e educação integral, como causa da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Palavras-chave: Educação Profissional – Empregabilidade – Juventude – Trabalho

ABSTRAT

This study is the result of research conducted in Piauiense Marxist Study Group, is the locus of youth training directed at Professional Education and the relationship of the latter with the insertion in the labor market in Parnaíba-PI. During the investigation, we propose an analysis of the training to young working class and its inclusion in the workplace. In this perspective we understand the youth segment as social and historical time to inquire about the influence that social / economic / political and ideological formation of capitalist relations in this instance. Our reflections nourished up observations, interviews / questionnaires and readings of primary sources collected at the Center for Professional Education - CEEP on Parnaíba / IP. We emphasize the importance of the debate on the metamorphoses in the world of contemporary work and the issue of employability for understanding the relationship between labor market and education at CEEP. Still reflect on the duality between technical education

and comprehensive education as a cause of division between manual and intellectual labor.

Keywords: Professional Education – Employment – Youth – Labor

INTRODUÇÃO

Nossa investigação surge da necessidade de analisar/refletir acerca da relação entre Educação Profissional, mundo do trabalho e juventude da classe trabalhadora na cidade de Parnaíba/Piauí. Nesse sentido, propomos debate em torno do cenário socioeconômico parnaibano e a influência deste nos processos formativos em âmbito escolar. O objetivo é compreender a intrínseca relação entre escola e modelo de produção instaurado pela sociabilidade do capital contemporâneo.

Frente tal pressuposto, a Educação Profissional no Brasil – Piauí/Parnaíba tem se constituído como uma modalidade de ensino bastante favorável ao contexto das propostas de desenvolvimento social capitalista, visando suprir tanto a demanda de mão de obra técnica e especializada, como oferecer aos jovens maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Essa perspectiva tem gerado diversos debates a nível nacional/mundial no que se refere às políticas públicas para a consolidação dessa modalidade de ensino. Tais políticas, voltadas para a formação técnica e profissional, correspondem ao sistema produtor de mercadorias e a estrutura social em que vivemos, na qual encontramos evidenciado o valor da educação com caráter mercadológico.

Diante das dificuldades de emprego encontradas no cenário econômico mundial/brasileiro/parnaibano e as sucessivas crises do capitalismo do tempo presente, nos preocupamos neste estudo, em analisar a juventude enquanto segmento social atingido por esse fenômeno, considerando o impacto da educação para o trabalho, uma possível conquista do emprego e construção dos meios de sociabilidade desse jovem. Neste âmbito buscamos ainda compreender as contradições que emergem de tal proposta formativa vez que neste caso a educação é restringida a um apêndice econômico, negligenciando, por exemplo, uma formação humana integral (GRAMSCI,

2004). Faz-se necessário um atento olhar ao discurso oficial que vincula educação e empregabilidade - o âmbito educativo isoladamente não dá conta de gerar emprego e renda. Desta feita mudanças estruturais no âmbito produtivo na perspectiva da redistribuição de riquezas precisariam acontecer.

Nesta lógica, procuramos compreender as práticas de Educação Profissional experienciadas em nosso país/estado/cidade e suas relações com a manutenção da estrutura socioeconômica vigente. Em análise à categoria dualismo existente no processo de formação profissional, indagamos a respeito de como estas práticas têm sido vivenciadas na formação do jovem trabalhador parnaibano e de que forma ações pedagógicas dialogam com o modelo de desenvolvimento social vigente e suas reais intenções. Ressaltamos ainda, como a Educação Profissional e Tecnológica tem sido percebida enquanto espaço de mobilidade social para a juventude.

Nossa pesquisa, em andamento, está sendo vivenciada em uma instituição de Educação Técnica e Profissional, o Centro Estadual de Estudos Profissionalizante – Ministro Petrônio Portella, na cidade de Parnaíba – Piauí, que oferta essa modalidade de educação integrada ao ensino médio, com duração de quatro anos cada curso. Ao realizarmos tal investigação, em lócus, em análise de uma instituição de ensino profissionalizante a nível estadual, pretendemos refletir sobre o contexto em que está inserida a temática em pauta, dialogamos com as especificidades e as contradições que permeiam o processo de formação do jovem para o mercado de trabalho.

Neste cenário, ressaltamos a importância de perceber a escola como lugar/tempo de construção do conhecimento sistematizado, elaborado para um determinado fim, como um processo de institucionalização e formalização da educação, dentro das contradições/desigualdades de um espaço/tempo capitalista. Desta feita, algumas indagações norteiam nossas análises: a proposta de Educação Profissional observada atende, efetivamente, a demanda do mercado de trabalho parnaibano? Os cursos ofertados associam-se as especificidades do mercado de trabalho local? Ou seja, há possibilidade real de inserção/emprego? Quais os impactos da reestruturação produtiva nacional/transnacional para as políticas públicas de Educação Profissional? Quais as influências ideológicas/sociais/econômicas das relações

capitalistas para a Educação Profissional parnaibana? Como as práticas de Educação Profissional intensificam as desigualdades sociais e dicotomizam as relações entre trabalho intelectual e trabalho manual? A qual segmento social pertencem os jovens pesquisados?

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TRABALHO EM PARNAÍBA/PI

Diante da proposta de estudar/refletir a problemática que envolve a Educação Profissional, nos compete apresentar as categorias centrais elencadas para essa discussão - Educação, Juventude e Trabalho. Assim, privilegiamos a juventude como segmento social para a realização desse estudo, vez que, é a mais atingida pelas propostas de educação profissional e considerada potencial força de trabalho a ser formada. Para compreender a juventude enquanto segmento social é necessário apresentar o jovem como sujeito social e histórico, que constrói a sua sociabilidade na relação com o outro, que se reconhece protagonista das relações sociais e capaz de tomar decisões no âmbito educacional e socioeconômico, assim como explica Cavalcante (2011, p. 06), podemos compreender os jovens como sujeitos sociais, historicamente marcados pela construção de um “repertório de experiências” assim como o adulto, pela realidade social da qual fazem parte. Nesse aspecto Lênin (1985) na sua obra intitulada “Sobre a Juventude” incube aos jovens a tarefa de construir uma nova sociedade, pois compreende esse segmento a partir das peculiaridades históricas e sociais as quais estão inseridos, propõe, entretanto, que se dê especial atenção à educação destinada a juventude, pois “ só transformando radicalmente o ensino, a organização e a educação da juventude conseguiremos que os esforços da jovem geração tenham como resultado a criação de uma sociedade que não se pareça com a antiga”(p.38).

No entanto, no contexto da sociabilidade pautada nos valores da ordem capitalista a juventude muitas vezes é caracterizada apenas pela faixa etária ou como uma categoria passiva¹ em processo de formação, é

¹Cabe ressaltar que por passividade compreendemos o estado de ânimo social alheio as decisões políticas e não participativo das relações construídas historicamente.

compreendida como uma fase de preparação para a vida adulta dependente das gerações anteriores no aspecto econômico, social e político. Essa visão tende a tornar a juventude vulnerável às decisões político-sociais que refletem na sua própria existência, desconsidera o papel da juventude enquanto sujeitos que constroem a sua sociabilidade. Nessa perspectiva, são elaboradas políticas de âmbito educacional que objetivam uma mera formação para o trabalho, negligenciando o caráter omnilateral² do ser social ao receberem uma formação linear, em que são considerados apenas como potencial força de trabalho a ser formada para o mercado excludente e desigual, principalmente, os que são oriundos das classes mais baixas da sociedade. Isso contribui para que os jovens muitas vezes procurem se inserir no mercado de trabalho cada vez mais cedo, tanto por aspectos financeiros quanto por necessidade de autonomia e autoafirmação³.

As discussões sobre educação e trabalho tem se tornado pertinente na formação da juventude diante da conjuntura socioeconômica atual. Assim é que a educação proposta para a juventude parnaibana se configura como possibilidade de formação para o mercado de trabalho nas instituições de ensino profissionalizante, que oferecem cursos técnicos com o objetivo de suprir uma demanda de mão de obra do sistema capitalista de produção. Nesse contexto, as relações entre trabalho e educação se tornam inseparáveis na nova sociabilidade do capital, em que a educação apresenta caráter mercadológico, o trabalho se torna o responsável pela manutenção e desenvolvimento dos meios de produção e a juventude a principal força de produção a ser formada.

Embora a educação tenha se configurado como um instrumento de manutenção da estrutura social, econômica e política vigente, em que se reproduzem as relações de produção, é necessário compreender que a educação apresenta-se dialeticamente como uma possibilidade de superação

² O conceito de omnilateralidade surge a partir de Marx, ao considerar que os indivíduos devem desenvolver-se como indivíduos completos e, portanto, a educação deve possibilitar a formação geral para a construção do ser social e, concomitantemente, oferecer uma formação para o trabalho. Segundo Manacorda(1996, p.78) a omnilateralidade compreende um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

³ Compreendemos autoafirmação como necessidade de reconhecer-se enquanto sujeito social e histórico.

dessa perspectiva, vez que, a educação é um processo que perpassa todas as relações humanas, assim, para Saviani (2005, p.12) “dizer que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria um processo de trabalho”. Contudo, devemos entender que trabalho, nesse sentido, tem uma perspectiva ontológica⁴, não no âmbito do capital que se apropria do trabalho como valor de troca e propiciador de mais-valia, o trabalho a qual se refere Saviani(2005) é o trabalho que distingue o ser humano dos outros animais, é uma ação transformadora sobre a natureza e realizadora do homem em seus anseios.

Essa concepção de trabalho nos remete aos escritos de Marx (2008, p. 62) de que “enquanto valor de uso, o trabalho é a condição natural da existência humana, a condição independente de todas as formas sociais, do intercâmbio da matéria entre o homem e a natureza”, esse conceito de trabalho está relacionado, especificamente, as necessidades dos homens em extrair da natureza condições materiais para a produção da sua existência. No entanto, Marx (2008) compreende que o trabalho se torna trabalho social ao criar valor de troca, em que se constitui enquanto atividade intrínseca ao modo de produção, determinante das relações sociais. Nesta perspectiva, Macário (2003, p. 129) infere que “o homem enquanto indivíduo entra em relação com a natureza, reproduz sua existência pelo trabalho, sempre e necessariamente mediado por relações sociais determinadas”. Então, no contexto da sociedade capitalista o trabalho é transformado em mercadoria e apropriado como trabalho assalariado.

Posto isso, nos propomos a verificar o perfil da juventude em aprendizado laboral que encontramos no CEEP em Parnaíba/PI, vez que, a proposta de Educação Profissional é destinada a esse segmento social, pois é nessa categoria que se lançam maiores esforços e recursos na formação para o trabalho. A juventude parnaibana que encontramos nessa instituição encontra-se na faixa etária de 16 a 20 anos nos cursos diurnos. Essa

⁴A partir da perspectiva ontológica compreendemos o trabalho como categoria fundante do ser social. Nesse sentido o trabalho é uma especificidade do ser humano, pois é o trabalho que o diferencia de outros animais e, portanto, é através do trabalho que o homem se torna um ser social.

faixa etária cresce nos cursos noturnos, principalmente, nos cursos do PROEJA⁵ com alunos numa faixa etária de 18 a 25 anos. A maioria desses jovens apresenta um perfil socioeconômico de baixa renda, geralmente moram numa casa com quatro ou cinco pessoas com uma renda mensal de pouco mais de três salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.000, por isso, veem na educação profissional a oportunidade de conseguir um emprego mais rápido e contribuir na renda da família.

Dessa forma, o filho da classe trabalhadora deve direcionar seus objetivos para o labor cotidiano que lhe é destinado por sua condição social determinada pelas relações de poder na sociedade, de acordo com Frigotto “a educação escolar é um aspecto da reprodução da divisão capitalista do trabalho. A organização escolar é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica. (1993, p. 48), portanto a Educação Profissional é destinada aos jovens de baixa renda, com menos possibilidade de ascensão social.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE EM PARNAÍBA/PI

Neste âmbito, a Educação Profissional vem se constituindo como modalidade de ensino atraente aos jovens, vez que, o discurso da empregabilidade⁶ tem permeado a formação nesta modalidade impulsionado pelas metamorfoses no mundo do trabalho contemporâneo. Nesta perspectiva, o CEEP em Parnaíba/Piauí oferta Educação Profissional na tentativa de atender as necessidades de formação exigidas no âmbito da relação educação para o trabalho, é portanto, uma instituição que tem se adequando as reformas empreendidas nas políticas públicas de Educação Profissional desde a década

⁵ Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e adultos. De acordo com Sousa (2011) o PROEJA, objeto do Decreto Nº 5. 840 de julho de 2006, regulamenta a formação inicial e continuada de jovens e adultos trabalhadores em Educação Profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante. (p. 79)

⁶ O termo empregabilidade gera controvérsias e tem sido usado com diversos sentidos. De acordo com Sales (2012, p. 88) “a noção de empregabilidade manifestou-se inicialmente em um contexto econômico marcado pela eliminação de postos de trabalho e pelo aumento da competição entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que exigiu competência técnica e científica para a força de trabalho se ajustar ao mercado de trabalho. Pode ser compreendido como a passagem de uma situação de desemprego para a de emprego, ou como capacidade de se manter em um mercado de trabalho em constante modificação”.

de 1990 para atender as demandas do mercado de trabalho⁷. Verificamos essas mudanças nos documentos da instituição onde consta que até o ano de 2006 era uma instituição que ofertava apenas o ensino técnico com duração de dois anos, desvinculado do ensino médio, essa proposta era amparada pelo Decreto 2.208/1997 que foi instituído durante a Reforma da Educação Profissional em 1997.

Entretanto, a partir de 2004 esse Decreto foi revogado e foi aprovado o Decreto 5.154/2004 que permite que a educação profissional técnica seja ofertada integrada ao ensino médio, todavia segundo Oliveira “esse Decreto permite variadas formas de organização da educação profissional técnica, desde a separação completa em relação ao ensino médio até a integração total”(2005, p.93). O CEEP, atualmente, oferta cursos na modalidade integrada com duração de quatro anos e o curso técnico com duração de dois anos, caso o egresso já tiver cursado o ensino médio regular, portanto, de acordo com o disposto no Parágrafo Único da LDB 9.394/96 da seção IV-A “A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional”(BRASIL, 1996).

Diante de tais reformas da Educação Profissional verificamos que a formação desses jovens tem acontecido de forma cada vez mais aligeirada, reforçando a dicotomia entre formação geral/integral e formação técnica, pois no novo currículo, as disciplinas básicas, como português, tiveram sua carga horária reduzida, vez que, era necessário a diminuição da carga horária dessas disciplinas para possibilitar a inclusão das disciplinas específicas em um curso com duração de quatro anos. Tomamos como exemplo o curso técnico de restaurante e bar em que consta que o objetivo geral é “promover capacitação profissional do aluno com a oferta do curso em nível técnico médio na área de eventos, permitindo o conhecimento científico e técnico, assim desenvolvendo

⁷Segundo Antunes (2006, p. 18) foi nos anos 1990 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês com a intensificação dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho que impulsionaram a entrada da robótica, telemática, informática e microeletrônica. Consequentemente, ocorreu uma reorganização da produção que passou a exigir um profissional mais qualificado.

as competências necessárias para o bom desempenho profissional” (PLANO DE CURSO, 2012, p. 5).

Neste sentido percebemos a negligência de uma formação omnilateral e a ênfase em uma inserção subalterna no mercado de trabalho, que privilegia a reprodução da técnica para o ato laborativo, e evidencia a permanente dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, para Gramsci (2010) “essa distinção é ideológica, na medida em que desvia a atenção das funções reais, no interior da vida social e produtiva, para os aspectos técnicos do trabalho” (p.21), vez que, a educação profissional é destinada aos filhos da classe trabalhadora, aos quais são relegadas as atividades técnicas/manuais de pouco prestígio nessa sociedade de classes, enquanto aos filhos da classe dirigentes reserva-se a escola do conhecimento mais elaborado, da apropriação da ciência e da educação humanista. Isto nos remete a tradição escolar brasileira pré-industrial que segundo Nosella (2002):

A tradição escolar do Brasil pré-industrial era a escola humanista, socialmente distintiva, destinada as elites. Não havia necessidade de escolas para formar trabalhadores. Nesse sentido, não vale falar de dualidade de ensino do Brasil pré-industrial. Porém, com o advento da industrialização comumente datada dos anos 30 “final do século XX”, organizou-se o ensino profissional com o objetivo de formar mão de obra para a indústria (técnicos). Dessa forma, estava instituída a dualidade escolar. (grifo meu, p.85).

A educação brasileira se construiu de forma elitista e excludente desde sua origem. O surgimento das escolas técnicas direcionadas para formar mão de obra decorrente do incipiente processo de industrialização tampouco extinguiu esse modelo, ao contrário, acentuou ainda mais a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a escola da técnica para o pobre e a escola da erudição para o rico. A Educação Profissional brasileira consolidou-se com esse estigma, tendo passado por mudanças consideráveis para se adaptar as exigências do século XXI, ainda sustenta as heranças dessa dualidade. Nem mesmo a tentativa de construção de uma escola única⁸

⁸Em 1932, Antonio Gramsci propôs uma reforma escolar centrada na ideia de escola única, a que realiza num mesmo currículo a união entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Sua proposta refletia um grande debate daquele momento quando muitos teóricos da educação viam na ideia de escola única a

proposta por AnísioTeixeira na década de 1950, idealizado a partir de Gramsci, não se efetivou pois se mostrou inviável no modelo de sociedade capitalista.

A Educação Profissional segundo Nosella (2002) passa por reformas na tentativa de harmonizar a escola humanista e a escola do trabalho, disso decorre a atual perspectiva do currículo dos cursos ofertados no CEEP que propõem uma organização por competências, série e itinerário formativo, em que a cada ano o aluno deverá ter desenvolvido competências que lhe permitirão a progressão para o ano seguinte até a sua formação ao final de quatro anos. No entanto, as práticas e os objetivos são contrastantes, na medida em que, as competências propostas dizem respeito ao perfil de profissional que se deve formar para suprir a demanda de mão de obra do mercado de trabalho, nesses termos é que o profissional técnico em serviços de restaurantee bar, por exemplo, “deverá estar habilitado a recepcionar, encaminhar e atender ao cliente no salão e bar do restaurante, bares e similares; coordenar a operação nos setores de bar e restaurante, controlar e inventariar estoques de bebidas e utensílios de salão e bar” (PLANO DE CURSO, 2012).

A partir de Guimarães (2006, p.188) compreendemos que “essa proposta curricular objetiva á educação das novas gerações e sua inserção na lógica da competitividade, da adaptçãõ individual aos processos sociais e ao desenvolvimento de suas competências para a empregabilidade ou “laborabilidade”. Tal pespectiva relaciona-se também as novas formas de organização do trabalho, em que é necessário um profissional polivalente e capaz de se adaptar as constantes mudanças do mundo do trabalho. Para Kuenzer (2003):

Competência deve ser a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida... vinculada à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos. (p. 02)

possibilidade de superar a tradicional divisão entre escola humanista para as elites e escola profissional para os trabalhadores. (NOSELLA, 2002, p.83)

A ideia de competência está relacionada à relação entre teoria e prática, deve ser compreendida, portanto como a práxis no âmbito do trabalho, em que o currículo da Educação Profissional deve possibilitar uma formação a partir da práxis para desenvolver as competências necessárias para o mundo do trabalho. No entanto, o profissional técnico de nível médio é formado/treinado para executar as atividades que são, geralmente, pensadas por outros profissionais e os técnicos apenas as executam. Em que competências nesse sentido é desenvolver as atividades técnicas e laborais no âmbito das atribuições profissionais que lhe compete pela sua formação, de orientação unilateral e linear.

A formação recebida pelos estudantes do CEEP distancia-se do ideal de competências proposta por Kuenzer (2003) e da tentativa de harmonizar a educação profissional com a humanista, vez que, percebemos que o modelo de Educação Profissional que está posto se constitui sob uma abordagem tecnicista e positivista, restringem a compreensão elementar das disciplinas de formação geral/integral, sob uma educação enciclopédica e reprodutivista, que não possibilita o desenvolvimento de conhecimentos científicos efetivos e elaborados, além de negligenciar a compreensão política das relações de poder que permeiam a realidade histórica e social. Prioriza-se a apreensão da técnica enquanto instrumento de inserção no mercado de trabalho, nos fazendo lembrar o que Frigotto (1993) revela sobre a teoria do capital humano:

No âmbito propriamente educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se à toda a perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Nesse aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o “capital humano”. A educação para essa visão se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 1993, p. 121).

A Educação Profissional tem se constituído a partir da concepção da teoria do capital humano na sua dimensão formadora de jovens trabalhadores

que devem estar aptos para a inserção no modelo capitalista de produção. Dessa forma, as competências têm sido organizadas concomitantes as necessidades do mercado de trabalho, assim é que o CEEP oferta cursos que estão relacionados aos setores que exigem maior demanda de mão de obra e que oferecem maiores possibilidades de emprego no mercado local, como por exemplo, nas áreas de Informática; manutenção e suporte; edificações; nutrição e dietética; análises clínicas; enfermagem; saúde bucal; serviço de restaurante e bar e hospedagem. Essa instituição de ensino mantém convênios com empresas para a realização dos estágios, e segundo a Gestora (2012) “há estagiários que conseguem emprego na própria empresa em que realizaram o estágio”, o que evidencia o caráter mercadológico que permeia o processo de formação desses jovens.

Através de questionário aplicado com 10 estudantes do curso de informática, percebemos que eles veem nesse curso a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, têm clareza sobre o objetivo da educação que recebem. A turma pesquisada estava no primeiro ano do curso e, portanto, a expectativa em relação ao curso para conseguir um emprego é grande, um dos estudantes ao responder sobre a perspectiva de emprego na sua área de formação e porque escolheu fazer esse curso relata que:

O curso técnico em informática é bom, acho interessante a área de informática, e em Parnaíba há necessidade de profissionais nessa área e será mais fácil ter um emprego quando concluir o curso de quatro anos, pois as empresas sempre precisam de um técnico. E conheço pessoas que estudaram aqui e hoje estão trabalhando na sua área de formação. (estudante A de informática, agosto 2012).

É possível compreender que os estudantes que ingressam nessa instituição são capturados pela falácia da educação como possibilidade de inserção no mundo de trabalho, sua compreensão de formação no âmbito da instituição escolar é permeada pela relação com o processo de produção capitalista que se apropria ideologicamente da educação como espaço de reprodução das relações sociais e produtivas vigentes na sociabilidade do capital, vez que, assim como propunha Gramsci (2010) compreendemos que a escola não se explica por ela mesma, mas pela sua relação com a sociedade,

com a economia e com a política. Em confluência com a perspectiva da teoria do capital humano verificamos o aspecto unilateral da formação desses jovens, que restringem a compreensão de educação à possibilidade/oportunidade de inserção no mundo do trabalho, a escola é responsabilizada pela formação de sujeitos aptos a disputarem uma vaga no competitivo mercado de trabalho, desse modo:

A institucionalização do preparo profissional no âmbito escolar decorre das necessidades do sistema social capitalista de veicular o conhecimento utilizado na produção industrial e regulamentar a força de trabalho, legitimando a estrutura social dessemelhante. A escola cumpre a função instrumental de transmitir os conhecimentos minimamente necessários a produção, e, ao mesmo tempo desempenha um mister ideológico reprodutivo, permitindo justificar as desigualdades sociais em favor da escolarização com vistas a distribuir as diferentes ocupações com seus patamares salariais e prestígio social distintos. (OLIVEIRA, 2005, p. 75).

Nessa perspectiva, a juventude da classe trabalhadora vê na Educação Profissional a oportunidade de mobilidade social, pois proporciona uma formação para o mundo do trabalho, e atende a demandas de mão de obra, com uma educação utilitarista. Os relatos desses jovens, cuja identidade preservamos com as letras do alfabeto e relacionam-se ao desejo de um emprego e de melhorar a condição socioeconômica a que estão submetidos, assim é que o estudante “A” do curso de informática (agosto, 2012) decidiu fazer esse curso porque “quero algo melhor na minha vida e ajudar nas despesas da família, mas sei que para conseguir isso preciso me esforçar muito para ser um ótimo profissional”. Segundo Arrais Neto (2004) essa concepção surge do fato de tornar responsabilidade individual o que deveria ser garantido por políticas públicas e transfere-se ao indivíduo a exclusão direta do mundo produtivo, pois o sujeito deve desenvolver competências profissionais e se mostrar interessante ao mercado de trabalho para atender as exigências da “empregabilidade”.

Todavia, nem sempre a instituição oferece uma estrutura adequada para o aprendizado e formação, pois há cursos que muitas vezes não oferecem condições adequadas à realização de aulas práticas, que comprometem a qualidade da formação desses jovens, nesse ponto durante a aplicação do

questionário um estudante ao ser indagado sobre o nível de qualidade do seu curso relata que considera:

O curso com um nível regular, pois os professores são bons e capacitados, mas a escola não está com uma estrutura boa, e fica difícil realizar as aulas práticas de informática sem um bom laboratório, e o que acontece é que não tem computador para todos os alunos e temos que dividir um computador com duas ou três pessoas. (estudante “B” do curso de informática, agosto 2012)

Percebemos que embora tenha havido maiores investimentos, e incentivos do governo para ampliar a modalidade de Educação Profissional nos últimos 10 anos, ainda encontramos muitas deficiências e problemas no que concerne a estrutura dessa instituição pública que oferta Educação Profissional, vez que, recebe recursos diretamente da esfera estadual. Além disso, em uma entrevista realizada com estudantes que já concluíram o curso percebemos nos relatos dos mesmos que têm se confrontado com as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho em Parnaíba/PI. Para o aluno “C” que concluiu o curso em 2010 nos seus relata que:

Não me considero qualificado, pois as disciplinas e professores não correspondiam com o que era exigido no mercado de trabalho, ou seja, métodos e assuntos ultrapassados, logo que na informática há uma evolução constante de conceitos, métodos e máquinas. No momento não me encontro empregado na área, mas já trabalhei na área e era remunerado pela produção (quantidade de computadores que apareciam para manutenção). Além disso, é diferenciado conseguir um emprego com essa formação, pois a formação é aligeirada e de curto prazo para poder dar conta das demandas do mercado de trabalho.(setembro, 2012).

A partir desse relato afirmamos que a exigência do mercado de trabalho exclui até mesmo profissionais que têm um diploma de curso técnico, que, no entanto, não se consideram suficientemente preparados e qualificados com competências para se adequar as constantes mudanças nas relações de produção. Por outro lado, esse fenômeno relaciona-se ao fato de que a educação sozinha não consegue resolver os problemas de emprego/desemprego, pois a problemática da empregabilidade está relacionada às políticas públicas de oferta e criação de postos de trabalho. Para Pochmann (2006) o mercado de trabalho tornou-se mais competitivo,

sobretudo diante de uma oferta de mão-de-obra com mais escolaridade. Mas a permanência no emprego dos mais qualificados não implicou, necessariamente, a adequação perfeita entre formação e ocupação (p. 71). A partir disso, refletimos que o desemprego atinge, principalmente, os jovens com baixo nível de escolaridade e os mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a Educação Profissional como possibilidade de formação para o mercado de trabalho os jovens da classe trabalhadora recebem uma formação que negligencia o aspecto omnilateral da educação, que deve proporcionar um desenvolvimento integral em todas as totalidades e potencialidades humanas. A instrução escolar segundo Saviani (2005, p. 15) “deve propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. No entanto, ao refletir acerca do processo de formação que permeia a educação dos jovens da classe trabalhadora analisamos que esses pressupostos educacionais encontram-se distantes no processo de formação destes, vez que, a educação destinada a esses jovens acontece de forma aligeirada, pois a necessidade de conseguir um emprego é eminente, vez que a suas condições socioeconômicas os levam a procurar um emprego para ajudar na renda familiar e até mesmo para manter meios de sobreviver.

Além disso, muitos são os jovens que ao concluir um curso profissionalizante continuam desempregados, em decorrência da competitividade e escassez de postos de trabalho, ocasionados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1990 no Brasil, com a onda de desemprego estrutural, com a reestruturação produtiva e as novas formas de reorganização do trabalho, com a entrada da robótica, informática, telemática e mecatrônica nas indústrias e nos mais diversos setores empregáveis, como por exemplo, a indústria têxtil, automobilística e os bancos, intensificou-se a substituição do trabalho humano pela máquina, ocasionou o enxugamento de mão de obra das empresas a fim de aumentar a produtividade e diminuir os gastos com funcionários, ao mesmo tempo em que

causou o desemprego em massa nesses setores e passou a exigir um profissional polivalente e mais qualificado. O mundo do trabalho se tornou ainda mais excludente e competitivo. Para Oliveira (2003) “o quadro de desemprego aparece como forte agente disciplinador da força de trabalho, levando o trabalhador a sujeitar-se às formas mais precárias de emprego, aceitar intenso ritmo de trabalho e comprometer-se com os fins da empresa” (p.82/83).

Nesse contexto, a Educação Profissional passa a ser pensada como possibilidade para impulsionar a produtividade, em que o mercado de trabalho, ao mesmo tempo, que exige maior escolaridade e formação de uma mão de obra mais qualificada para o eminente crescimento industrial do país, contraditoriamente, ocasiona ondas de desemprego. De acordo com Pochmann (2005, p. 73) “as atuais políticas de emprego precisam ser urgentemente reformuladas para se adequarem melhor a esse quadro nacional”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRAIS, Enéas Neto. **Mundo do Trabalho: debates contemporâneos**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CEEP, Centro Estadual de Educação Profissional Ministro Petrônio Portela. **Proposta político-pedagógica**. Parnaíba/Piauí, 2008.

CAVALCANTE, Luciana Matias. **Formação dos jovens no ensino médio: perspectiva da juventude e configuração do ambiente de formação que finaliza a educação básica**. Disponível em:

<<http://www.pe.senac.br/ascom/congresso/salao/Congresso2011>. > Acesso em: 20 out. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos Políticos**. Vol. I. Organização e Tradução Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KARL, Marx. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KUENZER, Acacia. **Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/291/boltec291b.htm>>. Acesso em: 04 out. 2012.

LÉNINE, V.I. **Sobre a Juventude**. Edições da Agência de imprensa Nóvosti Moscovo, 1985.

MACÁRIO, Eptácio. Trabalho e mediação social. *In*: MENEZES, Ana Maria Dorta de. FIGUEIREDO, Fabio Fonseca (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 120-148.

MONASTA, Atillo. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife, Editora Massangana. 2010.

NOSELLA, Paolo. **Qual compromisso político?** Ensaio sobre a educação pós-ditadura. 2 ed. Revista e ampliada. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Reestruturação produtiva e formação profissional. *In*: MENEZES, Ana Maria Dorta de. FIGUEIREDO, Fabio Fonseca

(Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 79-89.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação profissional**: análise contextualizada. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SALES, Francisco. **Planfor**: Política compensatória para a inclusão na informalidade. Fortaleza, Edições UFC, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUSA, Antonia de Abreu; LIMA, Claudio Ricardo Gomes de; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

-
- i. Tânia Serra Azul Machado Bezerra. Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí-UFPI/Parnaíba. Doutora em Educação Brasileira. tianasamb@yahoo.com.br;
 - ii. Cloris Violeta Alves Lopes. Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí/Parnaíba. Mestre em Educação Brasileira; cloris-carlos@uol.com.br.
 - iii. Maria Luzirene Oliveira do Nascimento. Concludente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI/Parnaíba. e-mail: biolyzzi@hotmail.com

RECIBIDO: 21.12.12

APROVADO 07.01.13

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A POLÊMICA SOBRE O FINANCIAMENTO

THE BRAZILIAN NATIONAL EDUCATION PLAN AND THE CONTROVERSY ABOUT THE FINANCING.

Antonia de Abreu Sousa¹
Elenilce Gomes de Oliveira²

RESUMO

Discute a polêmica do financiamento da educação brasileira no Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorou de janeiro de 2001 a janeiro de 2011, e o Projeto de Lei nº. 8.035/2010, que tramita no Congresso Nacional, já a dois anos, para a criação do PNE, referente ao período de dez anos. O PNE é um plano de metas e anuncia custos e recursos disponíveis para a educação. O plano de 2001 a 2011, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), só cumpriu 33% das suas metas. Um dos maiores problemas identificado pelos pesquisadores foi a quantidade de recursos financeiros, aplicados na educação, nunca passando de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). A Conferência Nacional de Educação (CONAE) apresentou proposta para o novo PNE, sugerindo que os investimentos do PIB fossem elevados anualmente, chegando em 2014 a 10%; a nova proposta de PNE solicita a aplicação de apenas 7%; ainda assim, a partir de 2020. Consequentemente, os recursos propostos de 7% serão insuficientes para implementar o conjunto das metas que se anuncia para uma educação de boa qualidade para todos. A aplicação dos recursos financeiros na ordem de 10% do PIB, necessita de elevados recursos, ou seja, de US\$ 228 bilhões no primeiro ano de vigência. A proposta é possível, mas exigirá decerto uma priorização da educação no País como política estreita entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, redefinindo as contribuições existentes para educação.

Palavras-chave: Financiamento – Plano Nacional de Educação – Metas.

ABSTRACT

¹ Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR); pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional (NUPEP); professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: antonia@ifce.edu.br.

² Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR); pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional (NUPEP); professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: elenilce@ifce.edu.br.

Discuss the controversial Brazilian education financing on the National Educational Plan (PNE), which was active from January 2001 to January 2011, and the law project nº 8,035/2010, which already waited two years at the National Congress, for the creation of the PNE, referring to the period of ten years. NEP is a plan of goals and announces the costs and resources available for education. The plan from 2001 to 2011, according to the education ministry (MEC), only achieved 33% of its goals. One of the biggest problems pointed by the researchers was the amount of financial resources applied in education, which never went beyond 5% of the gross national product. The National Conference of Education (CONAE) proposed to raise the new PNE, suggested that the investments from the Gross National Product were raised annually, arriving in 2014 to 10%. The new proposal of PNE requests the application of only 7%, starting at 2020. Consequently, the proposal of 7% will be insufficient to implement the group of goals that is announced for an education of good quality to everyone. The application of 10% of the National Gross Product requires elevated resources, in other words, US\$ 228 billion in the first active year. The proposal is possible, but will require that the education in the country is defined as a priority as a strict politic from the Union, States, Federal District and the County, redefining the existing contributions to the education.

Key-words: Financing – National Education Plan – Goals

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um plano de metas que anuncia custos e recursos disponíveis para a educação, tendo aporte legal na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

O PNE foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2000 e sancionado em janeiro de 2001, mediante a Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001 e vigorou até janeiro de 2011.

O Congresso Nacional aprovou no PNE a aplicação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB)³, para serem gastos com a educação brasileira, mas foi vetado pelo, então, presidente Fernando Henrique Cardoso, permanecendo o veto nos oito anos do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A insuficiência dos recursos aplicados na educação brasileira já é denunciada há várias décadas. O Brasil aplicou, nos últimos anos, o

³ O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os serviços e bens produzidos em uma nação, num período (mês, semestre, ano). O PIB é expresso em valores monetários e é um importante indicador da atividade econômica.

equivalente a 4% do PIB, chegando a 5% apenas em 2009. O Poder Público precisa elevar o percentual do PIB para o mínimo de 10%, o que poderia começar a expressar uma política pública preocupada com educação de melhor qualidade.

Essa discussão é recorrente e, na Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2010, decidiu-se que o novo PNE, como política de Estado, deverá consolidar o financiamento, acompanhamento e controle social da educação, por meio da ampliação dos atuais percentuais do PIB para a educação (BRASIL, 2010c).

Em dezembro de 2010 o Governo Federal encaminhou o Projeto de Lei nº. 8.035 para aprovação do PNE do decênio 2011 – 2020 em cujas diretrizes, encontra-se também o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação com proporção do PIB. Esta definição encontra-se estabelecida na meta 20, que determina a ampliação progressiva do investimento público em educação para atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB até 2020.

O Projeto de Lei nº. 8035/2010, novo PNE, desconsidera o documento da CONAE, que recomenda ampliar proporção de 1% ao ano, de forma a atingir 10% até 2014. Indica, ainda, fontes para os aumentos, dentre as quais recursos do Pré-Sal e dos *royalties* da produção de energia.

O texto aponta para conclusões de que os recursos propostos no Projeto de Lei nº. 8.035/2010 serão insuficientes para implementar o conjunto das metas para melhorar a qualidade da educação brasileira.

Para o estudo, foi utilizada análise bibliográfica, particularmente centrada sobre o debate atual que envolve o financiamento no PNE e análise documental, abrangendo documentos nacionais.

BREVE HISTÓRICO DO PNE 2001 A 2010

A Constituição Federal de 1988, no artigo 214, institui a obrigatoriedade de um plano nacional para a educação de longo prazo (dez anos), com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área educacional, a fim de erradicar o analfabetismo,

universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, formar para o trabalho, para a promoção científica, tecnológica e humanística. O PNE é, portanto, um documento que estabelece tudo aquilo que o País precisa fazer para que a educação atinja níveis desejáveis de investimento, qualidade, quantidade de vagas nas escolas e universidades, entre outros⁴.

Após a aprovação da LDB nº. 9394 de 1996, iniciou-se a discussão sobre o plano. O artigo 87 da referida lei previa que, até um ano após a publicação, o governo deveria encaminhar uma proposta de Plano Nacional de Educação.

Assim, o PNE foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2000 e sancionado em janeiro de 2001, mediante a Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Tem força de lei por cumprir um mandado constitucional, estendendo-se por uma década. Abrange os diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como as demais áreas da administração educacional. Como um plano de metas, o PNE anuncia custos, recursos disponíveis e estratégias para ampliar a educação (BRASIL, 2001).

Foram muitos os questionamentos em torno do PNE, sancionado em 2001. Poucas metas foram atingidas – exatamente 33%, segundo [dados preliminares, divulgados](#) pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2010a).

É possível dizer que o maior problema foi o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao dispositivo aprovado pelo Congresso ao PNE, a destinação de 7% do PIB para o financiamento da Educação.

PROPOSTA DE PNE 2011 A 2020

A proposta de PNE para o período de 2011 a 2020 foi entregue pelo ministro da Educação, na época, Fernando Haddad, em dezembro de 2010, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁵. O documento de 14 páginas tem as

⁴ A existência do Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos é, em si, um fato muito importante, pois significa a possibilidade de algum grau de continuidade nas políticas educacionais; por isto, um instrumento desta natureza não pode expressar, unicamente, as proposições e intenções de uma determinada gestão.

⁵ O presidente Lula encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional, que começou a discussão do texto. A previsão era de que o novo PNE fosse aprovado até o fim do primeiro semestre de 2011, mas a Câmara dos Deputados registrou até o primeiro

seguintes diretrizes: Erradicação do analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; Superação das desigualdades educacionais; Melhoria da qualidade do ensino; Formação para o trabalho; Promoção da sustentabilidade socioambiental; Promoção humanística, científica e tecnológica do País; Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; Valorização dos profissionais da educação; Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

A proposta de PNE estabelece 20 metas a ser alcançadas pelo País até 2020, conforme o quadro 1.

QUADRO 1 – Metas para o PNE 2011-2020

Meta 01	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.
Meta 02	Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar a oferta de educação infantil para atender a 50% das crianças de até 3 anos.
Meta 03	Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.
Meta 04	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o atendimento escolar, na rede regular de ensino.
Meta 05	Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.
Meta 06	Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.
Meta 07	Atingir as metas estabelecidas o IDEB: 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021. Anos iniciais do ensino fundamental: 4,6 4,9 5,2 5,5 5,7 6,0 Anos finais do ensino fundamental: 3,9 4,4 4,7 5,0 5,2 5,5 Ensino médio: 3,7 3,9 4,3 4,7 5,0 5,2
Meta 08	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos para alcançar no mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

semestre de 2012, a entrada de 2.919 emendas parlamentares que visam modificar o texto original.

Meta 09	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos de modo a erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
Meta 11	Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.
Meta 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
Meta 13	Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.
Meta 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Meta 16	Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> , garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.
Meta 17	Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.
Meta 18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.
Meta 19	Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.
Meta 20	Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

Fonte: Projeto de Lei nº. 8035 de 2010.

Cada uma das metas é acompanhada de estratégias para que se atinjam os objetivos delimitados que são: elevar a escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino e reduzir as desigualdades. Algumas desses objetivos já foram previstos em leis aprovadas recentemente ou fazem parte do PNE de 2001 a 2011.

O PNE traça os objetivos e tem a finalidade de orientar os esforços da União, dos governos estaduais, distrital e municipais. Assim sendo, a implementação do plano é de responsabilidade dos diferentes níveis de governo, que precisam ainda criar seus planos de ação.

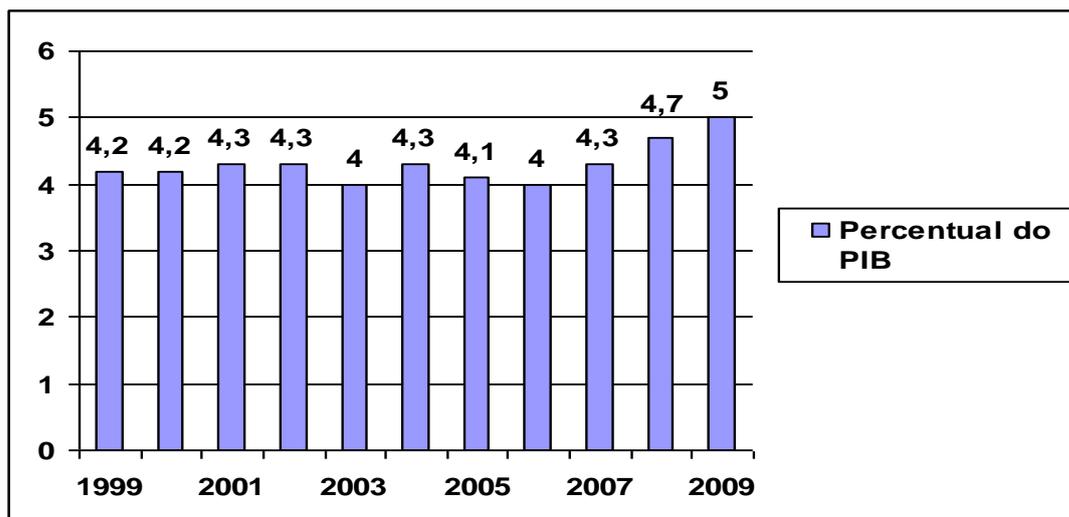
O grave problema enfrentado pelo plano de 2001 a 2011 foi que a maioria dos municípios e estados não aprovou uma legislação que garantisse recursos suficientes para financiar uma educação de boa qualidade. A União também não o fez.

Para a nova versão do PNE, as entidades ligadas à Educação defendem o argumento de que haja a determinação clara da origem dos recursos e da área em que devem ser investidos. Se isto ocorrer, o PNE pode colaborar para a luta por uma educação pública de melhor qualidade. Caso contrário, o Plano fracassará, como ocorreu com o de 2001 – 2011.

POUCOS RECURSOS FINANCEIROS PARA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A insuficiência dos recursos aplicados na educação brasileira já é denunciada há várias décadas. Ofertar educação de boa qualidade não é possível com poucos recursos. O Brasil aplicou, nos últimos anos, o equivalente a 4% do PIB. O Poder Público tem de investir mais para mudar a situação do ensino brasileiro. O gráfico 1 demonstra que, de 1999 a 2009, o crescimento dos recursos para educação foi de 0,7%.

Gráfico 1 – Gasto Público com Educação em Relação ao PIB – Brasil – 1999-2009



Fonte: Ipea/Disoc, STN (dados de 1996 – 2002), os dados de 2003 -2005 têm como fonte: o Ipea/Disoc, STN/Siafi e Castro & Duarte (2008), MEC (2009). Elaboração: SOUSA, Antonia de Abreu & OLIVEIRA, Elenilce Gomes.

Com base neste gráfico, observa-se que, em nove anos, o Brasil modificou, em pequenos percentuais, seu crescimento no investimento educacional. Pode-se dizer que as alterações mais significativas aconteceram com origem em 2007, em menos de 1%.

Para se entender melhor as razões do debate em torno do financiamento educacional, é importante verificar, além do nível de investimento público em relação ao PIB, outros indicadores, como o valor por aluno/ano, o dispêndio em educação relacionado ao custo total do Governo e, por fim, a característica da população, no que se refere à quantidade de pessoas em idade escolar, compreendendo a população total.

O Brasil tem um gasto por aluno/ano de US\$ 832, no ensino fundamental, enquanto em países-membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE)⁶ o custo é em torno de US\$ 4.850 por aluno/ano, o que equivale a 5,8 vezes o total verificado, no mesmo nível de ensino (SOUSA, 2009).

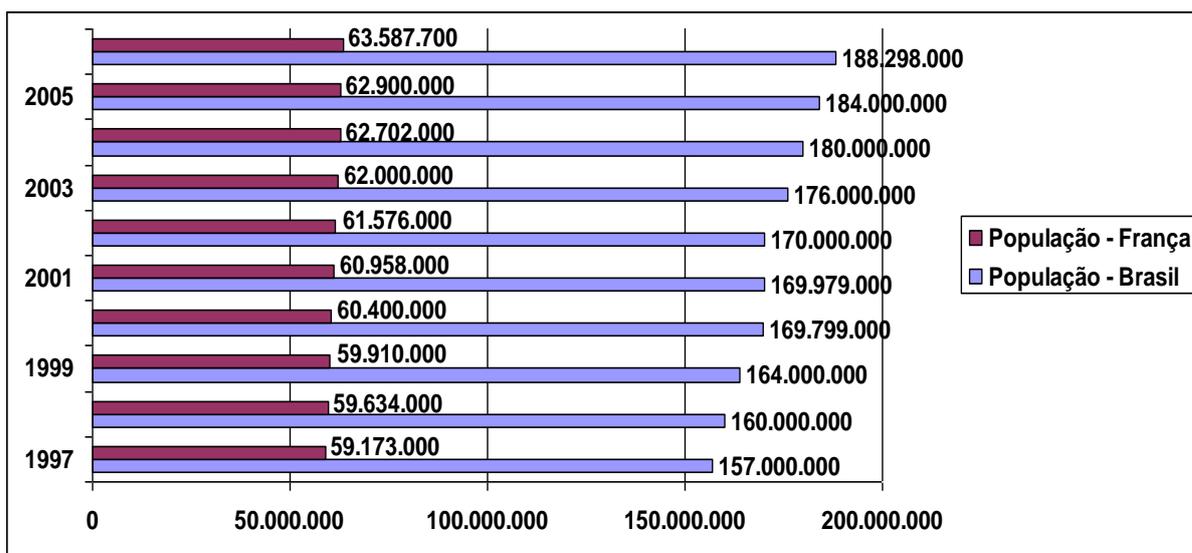
A Nação brasileira consta abaixo do Chile (US\$ 2.110), da Argentina (US\$ 1.650) e do Uruguai (US\$ 1.202) e um pouco acima do Paraguai (US\$

⁶ Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Alemanha, Bélgica, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

802); mais distante do Peru, que aplica somente US\$ 431 por aluno/ano (BORGES, 2007, *apud* SOUSA, 2009).

Se a análise for feita em relação às despesas totais nos países da OCDE para um valor por aluno de US\$ 4.850, a educação absorve 12,7% do gasto público, enquanto no Brasil, para garantir um importe por aluno de somente US\$ 832, a área educacional gasta a mesma proporção, ou seja, 12% do gasto público. Este fato ocorre em razão do grande contingente de jovens brasileiros em idade escolar, em relação ao quantitativo geral da população, ensejando elevado nível de matrículas. Vejamos o gráfico 2, que apresenta a quantidade populacional do Brasil e da França na série de 1997 a 2006.

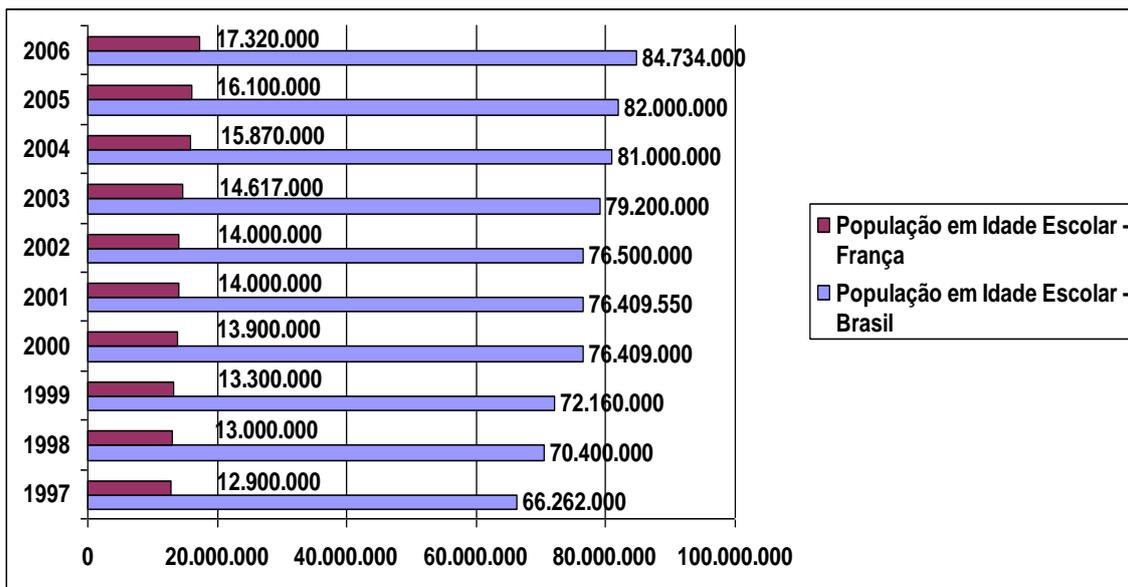
Gráfico 2 – População Total – Brasil e França – 1997 a 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Populacional – 1997-2006 / www.wikipedia.pt (1)
Dados estimados e aproximados pelas autoras, tanto no caso brasileiro quanto francês.
Elaboração: SOUSA, Antonia de Abreu & OLIVEIRA, Elenilce Gomes.

Situação inversa é verificada em países da OCDE. Para as razões do baixo investimento no custo/aluno brasileiro, é ilustrativo verificar, no gráfico a seguir, a população em idade escolar no Brasil e na França, país da OCDE.

Gráfico 3 – População em Idade Escolar – 1997 a 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Populacional – 1997-2006 / www.wikipedia.pt (1)
 Dados estimados e aproximados pelas autoras, tanto no caso brasileiro quanto francês.
 Elaboração: SOUSA, Antonia de Abreu & OLIVEIRA, Elenilce Gomes.

Persiste o debate em torno do percentual do PIB destinado à educação. O próprio Governo federal reconhece a insuficiência do total dos gastos em educação. Em 2001, é apresentado pelo Governo brasileiro o relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação, criado para estudar o assunto, cuja conclusão é de que, para atingir os novos patamares de atendimento em qualidade e quantidade, definidos pelo PNE, o Brasil deveria sair do atual patamar de gastos públicos em educação, da ordem de 4,3% do PIB, para atingir, em dez anos, o montante de 8% do PIB (RELATÓRIO, 2001, p. 117).

Em setembro de 2007, foi divulgado outro importante relatório, este internacional, sobre a questão educacional brasileira – o *Education at a Glance 2007*, ou seja, Educação em Rápida Visão, elaborado pela OCDE⁷. Na análise dos dados brasileiros, citados no mencionado documento, desponta a inevitável interpretação de que os investimentos em educação no Brasil se encontram muito aquém do necessário, quando comparados com a média dos

⁷ Embora o Brasil não faça parte da OCDE, mas por ser considerado um importante parceiro econômico, teve também os dados do seu sistema educacional incluídos no referido relatório.

países da OCDE, sendo insuficientes para o enfrentamento das históricas demandas da área.

O Brasil, no período 1994-2005, gastou apenas a média de 3,9% do seu PIB em educação, somando-se os aportes públicos e privados para todo o seu sistema de ensino, do nível fundamental à universidade, contra a média de 6,2% do PIB, contabilizada para a mesma finalidade entre os países da OCDE (RELATÓRIO, 2007).

Conforme o *Education at a Glance*, a Coreia do Sul, a Dinamarca, os Estados Unidos, e mesmo a pequena Islândia, investem mais de 7% de seus PIBs em educação. Segundo o relatório, a Nova Zelândia e a Suécia investem mais de 6,5% de seus PIBs em prol da mesma finalidade (RELATÓRIO, 2007).

O relatório da OCDE informa que, no ensino superior, o Brasil investe apenas 0,7% do seu PIB. Neste âmbito da educação, vale mencionar, os Estados Unidos destinam 2,9% do PIB ao ensino superior, para o aporte de 7,4% da soma de todas as riquezas do País investidas em educação. Na Coreia do Sul, por seu turno, o percentual reservado para o ensino superior é de 2,3%, em meio ao investimento total em educação, da ordem de 7,2% do PIB.

O relatório da OCDE ratifica a tese de que o Brasil investe poucos recursos com a educação, que é urgente sair do patamar de 4,3% ou 5% do PIB e elevar este percentual para o mínimo de 7%, o que poderia começar a expressar uma política pública preocupada com educação de alta qualidade.

A POLÊMICA DO FINANCIAMENTO NO PNE PARA O PERÍODO DE 2011–2020

Realizada em Brasília, no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, a CONAE, com o objetivo de traçar os rumos que o Brasil deve tomar em relação a todos os níveis e modalidades de ensino. Dessa conferência, saíram as diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011 a 2020.

O plano que tramita no Congresso Nacional apresenta a meta de investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. Na CONAE, a proposta apresentada foi de que, a partir de 2014, os investimentos do PIB

para educação fossem elevados para 10%. O PNE, no entanto, previu a aplicação de 7%, ainda assim a partir de 2020.

A proposta de PNE foi precedida por conferências municipais, estaduais e nacional, o que garantia alta taxa de legitimidade, mas o que foi apresentado com relação ao financiamento não representa o espelhamento das proposições aprovadas na plenária final da CONAE.

Existe um número de discrepâncias entre o “Documento Final” da CONAE e o Projeto de Lei nº. 8035/2010, sendo a meta de número 20, o financiamento, a mais complicada; ela propõe a ampliação, progressiva, dos investimentos públicos em educação até 7% do PIB, em 2020. O documento da CONAE, por sua vez, recomenda esta ampliação na proporção de 1% ao ano, de modo a atingir 10% até 2014. Além dos percentuais, ele dá indicações das fontes de tais provimentos: aumentos das vinculações dos recursos para educação, recursos do Pré-Sal e dos *royalties* da produção de energia. (BRASIL, 2010c).

O Projeto de Lei nº. 8.035/2010, também, não adotou a proposta aprovada na Conferência do aumento das vinculações dos recursos para a educação de 18% para 25%, no caso da União, e de 25% para 30%, para municípios e estados. O argumento utilizado foi o de que o PNE não pode fazer tal proposição; se é verdade, o Governo poderia tê-las encaminhado por meio da proposição de emenda constitucional (BRASIL, 2010c).

Outra deliberação da CONAE, não acatada pelo MEC, diz respeito ao “Custo Aluno-Qualidade” como padrão de referência para o financiamento da educação; do ponto de vista legal, bastaria ao ministro da Educação homologar a Resolução 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, favorável à adoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista de tal quadro, pode-se perguntar se os recursos propostos serão suficientes para implementar o conjunto das metas que se anuncia. É possível se dizer, com boa dose de segurança, que não. Se os vetos que Fernando Henrique Cardoso imprimiu ao PNE 2001 o reduziram a uma simples

carta de intenções, a aprovação do Projeto de Lei nº. 8.035/2010, como está proposto, será conduzido por caminhos semelhantes.

A aplicação dos recursos financeiros na ordem de 10% do PIB, como recomendado pela CONAE, necessita de elevados recursos, conforme Amaral (2011), inicialmente, de US\$ 228 bilhões em 2011 e US\$ 306 bilhões em 2020. A proposta é possível, porém, não é utópica. Esta situação exigirá decerto uma priorização da educação no País como política estreita entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, para:

- 1) redefinir as contribuições existentes para educação;
- 2) controlar os recursos (aplicação de penalidades severas para desvios de verbas educacionais); e
- 3) estabelecer novas contribuições dirigidas para a educação, com suporte nos recursos do Fundo Social do Pré-Sal; dos créditos advindos do pagamento de *royalties* decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos).

Somente dessa forma, o PNE que tramita (dois anos) no Congresso Nacional não trilhará o caminho do PNE (2001-2011). A aprovação de 10% dos recursos do PIB, no Brasil pode contribuir significativamente para “(...) o salto de qualidade necessário para colocar a educação brasileira num patamar civilizado, condizente com a magnitude de seu território, de sua população e de sua economia” (SAVIANI, 2008, p. 321).

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. Cardoso. **O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil**: os recursos como um percentual do PIB. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br/seminario3/nelson_amaral.pdf>. Acesso: 21 mar. 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Avaliação do Plano Nacional de Educação, 2001-2008**. Brasília, DF, MEC/INEP, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14950:8o-seminario-reuni-27-a-29-de-janeiro-de-2010>. Acesso em: 08 abr. 2011.

_____. **Projeto de Lei nº. 8035 de 2010**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2010b.

_____. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE/Ministério da Educação**. Brasília, 2010c.

CASTRO, Jorge Abrahão de, DUARTE, Bruno de Carvalho. **Descentralização da educação pública no Brasil: trajetória dos gastos e das matrículas**. Brasília: IPEA, 2008 (Mimeo).

RELATÓRIO. Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 82, jan./dez. 2001.

RELATÓRIO. **Education at Glance 2007**. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 12 fev. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUSA. Antonia de Abreu. **A política de fundo público para o financiamento da educação básica: impacto e impasses no município de Fortaleza**. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RECEBIDO EM: 21.12.12

APROVADO: 05.01.13

IDEOLOGIA BURGUESA E DOMINAÇÃO CAPITALISTA COMO MOVIMENTO CIENTÍFICO E POLÍTICO-FILOSÓFICO NA DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

BOURGEOIS IDEOLOGY AND DOMINATION CAPITALIST AS SCIENTIFIC AND PHILOSOPHICAL-POLITICAL MOVIMENT IN DIALECTICS ENLIGHTENMENT

Océlio Jackson Braga*
Enéas Arrais Neto**

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão a partir das contribuições de Adorno e Horkheimer na obra Dialética do Esclarecimento que investiga a ação ideológica da sociedade burguesa enquanto fenômeno histórico-social que surgiu no alvorecer do Século das Luzes. Discute-se em que sentido este movimento ideológico apropriou-se do pensamento científico para invalidar o pensamento metafísico e o saber crítico-filosófico posterior e de que modo se utilizou da ciência e a técnica como meros instrumentos da dominação da natureza e do homem pelo homem na roupagem de um projeto emancipatório que consolidou o sistema capitalista vigente. Busca-se compreender a crítica ao *modus operandi* da razão instrumental e a sua assimilação ideológica como movimento político-filosófico que utilizou o direito positivo, a arte e os meios de comunicação de massa para manter a organização social dividida em classes sociais.

Palavras-chave: Razão Instrumental – Capitalismo – Ideologia – Alienação.

ABSTRACT

This article is a reflection from the contributions of Adorno and Horkheimer in Dialectic of Enlightenment work that investigates the ideological action of bourgeois society as social-historical phenomenon that emerged at the dawn of the Enlightenment. It discusses in what sense this ideological movement appropriated the scientific thought to invalidate the metaphysical thinking and critical-philosophical know later if and how the science and technology used as mere instruments of domination of nature and of man by man in the guise an

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Filosofia pela UECE e Mestre em Educação pela UFC. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC. E-mail: jacksonbraga13@gmail.com

** Arquiteto, Mestre em Sociologia e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: eneas_arrais@hotmail.com

emancipatory project that consolidated the capitalist system. We seek to understand the critique of instrumental reason *modus operandi* and their ideological assimilation as philosophical-political movement that used the positive law, art and mass media to maintain social organization divided into social classes.

Keywords: Instrumental Reason – Capitalism – Ideology – Alienation.

INTRODUÇÃO

No decorrer da modernidade, segundo Adorno e Horkheimer (1985), o modelo de racionalidade desenvolvido tornou-se com o avanço técnico-científico e a produção de bens em grande escala, a fonte ideológica de afirmação do capitalismo, da divisão de classes e, principalmente, da exploração da classe trabalhadora. De acordo com Habermas (1987a), na obra *Dialética do Esclarecimento* (1947), encontramos elementos que nos permitem compreender melhor esse movimento da burguesia de consolidação do pensamento científico como um projeto político-filosófico de emancipação que levantou bandeiras de liberdade, de igualdade e de fraternidade nunca efetivadas na sociedade ocidental.

A obra, apesar de produzida em meio à divisão do mundo em dois blocos, do horror da II Guerra Mundial (1939-1945), de sistemas totalitários e da incerteza da liberdade e de um pretenso progresso que também tem conduzido a humanidade à barbárie, mantém sua atualidade na sociedade contemporânea ao denunciar como o pensamento crítico pode ser capturado, fragmentado e até distorcido pela ideologia dominante veiculada pelo que os autores chamaram de Indústria Cultural.¹

Os frankfurtianos se defrontam com o objetivo de investigar o que chamam de autodestruição do Esclarecimento. Apesar de não terem dúvida de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento iluminista ou

¹ *Indústria Cultural* é uma categoria do pensamento adorniano para criticar a dominação ideológica do sistema capitalista que utiliza os meios de comunicação social para tornar as pessoas em meros consumidores e para difundir as ideias da classe dominante. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985, p. 80 ss.

esclarecedor² e de seus avanços científicos e tecnológicos, reconhecem com a mesma clareza que, o conceito desse novo modelo de racionalidade trás em si o germe da regressão. Consideram que há um elemento destrutivo no progresso: o pensamento cegamente pragmático como único meio de acesso a verdade conduziu a humanidade à barbárie. A disposição desse elemento “progresso” na organização social é encontrada na fascinação das massas educadas tecnologicamente para se deixar dominar pelo despotismo do poder econômico, o que revela a fragilidade e o pouco alcance do pensamento crítico junto à massa de trabalhadores.³

A famosa frase: “O progresso converte-se em regressão”⁴, revela como a razão instrumental promove o desenvolvimento econômico, as condições materiais para um mundo mais justo e, simultaneamente, se estabelece como a única forma possível de conhecimento arrastando a humanidade à barbárie, a autodestruição. Detentora do método científico, propagado como único capaz de produzir conhecimento seguro, a razão instrumental ao apodera-se do pensamento crítico, de base marxiana, tornando-o confuso em meio a uma enxurrada de informações planejadas, precisas e difundidas pelos meios de comunicação de massa. Desta forma, segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 12), nem o pensamento crítico escapa da ideologia, pois ao se valer da linguagem na tentativa de chegar à verdade é tratado como um saber de opiniões, não científico, e de interpretações complicadas e obscuras sobre fatos sociais. E, nesse sentido, há a afirmação da Indústria Cultural como instrumento poderoso utilizado para bombardeá-lo com diversões dispersivas que idiotizam as pessoas, desviando-as do foco das discussões sociais e as colocando a serviço da ordem existente como meros consumidores do sistema capitalista.

A denúncia da Escola de Frankfurt é que o Esclarecimento exprime com tenacidade o movimento real da sociedade burguesa encarnada em

² Os termos Iluminismo, Ilustração ou “ideal iluminista da burguesia” são utilizados neste artigo como Esclarecimento em função da tradução do original *Aufklärung* para designar não só a “Época das Luzes” ou a “filosofia dos pensadores iluministas” como uma época histórica determinada, mas o processo de “desencantamento do mundo” e de dominação do capitalismo por meio da razão instrumental. Cf. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985, p. 7-8.

³ *Id.*, p. 13.

⁴ *Id.*, p. 15.

peças e instituições que difundem a ideologia da dominação capitalista pelo discurso da neutralidade da ciência; do poder da técnica como forma de dominar as forças da natureza; e da política de libertar o homem das formas de escravidão contemporânea, o que de fato não ocorre. Os objetivos últimos desse projeto emancipatório-libertário da sociedade burguesa é falsa clareza; é mais um mito que se consolida na modernidade: o mito da razão instrumental como ideologia.

É importante ressaltar aos que trabalham com a formação da classe trabalhadora na perspectiva da emancipação social que, entre as instituições que reproduzem a ideologia do capital estão as instituições da educação – principalmente aquelas vinculadas ao Estado, as escolas públicas – foram as primeiras a incorporar esse modelo de racionalidade. Ainda hoje têm no projeto libertário-iluminista a ciência e a técnica como instâncias de validade para instrumentalizar sua ação e preparar as novas gerações visando atender a demanda da sociedade e do mercado no exercício do progresso e do domínio das forças da natureza correspondendo muito pouco ao ideal dos frankfurtianos de contribuir com a formação crítica, sociopolítica e emancipatória que o nosso tempo exige (BRAGA, 2012).

O PENSAMENTO CIENTÍFICO A SERVIÇO DA IDEOLOGIA BURGUESA

No prefácio da *Dialética do Esclarecimento*, ao explicar a divisão da obra, denunciam Adorno e Horkheimer (1985, p. 15-16):

[...] o mito já é o esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia. [...] a "indústria cultural" mostra a regressão do esclarecimento à ideologia, que encontra no cinema e no rádio sua expressão mais influente. O esclarecimento consiste aí, sobretudo, no cálculo da eficácia e na técnica de produção e difusão.

A eficácia, o método ou técnica, a produção e a difusão são características adequadas ao desenvolvimento do sistema capitalista que coordena o que os frankfurtianos chamaram de razão instrumental. Nela não há preocupação com a verdade, mas com o *modus operandi*, o procedimento eficaz. O que se espera é o resultado, o êxito. Diferentemente dos mitos antigos, o que importa não é o mistério, a revelação, inspirar as novas

gerações ou agregar valor a cultura e ao convívio social, mas operar na natureza para prover a vida em troca do lucro. Este é o verdadeiro sentido da técnica como dominação: êxito é lucro para quem detém os meios de produção; eis o objetivo e a função da ciência na ordem do desenvolvimento capitalista.⁵

A referência simbólica às três invenções: a imprensa, o canhão e a bússola; são exemplos clássicos do modo como a sociedade burguesa apropria-se do saber científico, dos meios de produção e dos meios de comunicação para manter-se no poder e concentrar a riqueza. A imprensa é o instrumento que tornou possível a difusão da ciência e da técnica; o canhão representa o domínio dos mais fortes sobre os mais fracos pela força das armas; a bússola, o instrumento que orientou a busca da riqueza, fomentou as grandes navegações e o comércio. A máxima baconiana saber como sinônimo de poder foi rapidamente compreendida no pensamento esclarecedor. Assim, para Adorno e Horkheimer (1985) seja o que for que a ciência descubra e domine só terá sentido se puder de alguma forma ser apropriado e reproduzido como procedimento eficaz com fins práticos a serviço do êxito da economia capitalista.

Na investigação dos frankfurtianos, o trajeto das ciências modernas é marcado pela crítica ao pensamento metafísico – chamado de razão objetiva – e a qualquer outro saber filosófico sobre a sociedade dividida em classes para substituí-los pelo conceito da fórmula e das regras probabilísticas. Todo sentido que se possa dar ao fato social é especulação; o que não pode ser provado pelo método científico é interpretação; animismo. Segundo Oliveira (2002, p. 63), significa dizer que a razão objetiva, a partir da modernidade, não é mais a ordem das coisas existentes no mundo (racionalidade metafísica), mas única e exclusivamente a solução de problemas a que chegamos somente mediante procedimentos corretos da razão (subjetivo-instrumental) para lidar com a realidade.

No ilusório discurso esclarecedor cabe à razão a missão de desencantar o mundo e libertar o homem das crenças e superstições que herdou das tradições culturais. Mas, segundo os autores da Dialética do

⁵ *Id.*, p. 20.

Esclarecimento, tão nobre missão parece cegar aqueles que a empreendem. O excesso de confiança no pensamento científico impele os “esclarecidos” a colocar a ciência moderna no patamar de uma deusa do conhecimento. Por isso, a perfeição cultuada em seus métodos e fins merece o mesmo desprezo que o pré-socrático Xenófanes dedicou aos deuses gregos e aos homens que os cultuavam. Ele zombava da multiplicidade de divindades, porque eram cheios de imperfeições iguais aos homens, contingentes e maus. Da mesma forma, só isolada do seu contexto histórico e elevada aos céus é que se pode falar de perfeição na ciência. Se apreciada no conjunto das relações sociais: da divisão de classes; do trabalho alienado; da manipulação política e midiática; saltam aos olhos suas reais imperfeições.

Assim, longe de libertar o homem, acorrenta-o e o conduz no caminho da autodestruição como revela a barbárie das duas guerras mundiais. Na perspectiva da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, a aparente neutralidade do pensamento científico é a pior de suas imperfeições, uma vez que, esconde as verdadeiras intenções de dominação da sociedade capitalista. Ela é que está por trás de seus métodos de eficiência e eficácia aplicados rigorosamente no uso da propriedade privada; dos meios de produção; e na exploração da força de trabalho da classe operária.

A pretensão da ciência de se tornar a porta-voz do que é e não é a verdade e de como ela deve ser descoberta (método científico), fez com que o pensamento crítico declarasse o movimento esclarecedor como um movimento totalitário.⁶ Porque o modelo de racionalidade que considerou o legado platônico e aristotélico que fundamentou o pensamento metafísico como incapaz de levantar pretensões de verdades universais é o mesmo que, contraditoriamente, arvora o direito de declarar que somente há cientificidade no saber esculpido com o cinzel da razão instrumental nas mãos dos cientistas da natureza. Os frankfurteanos ironizam ao questionar se, por acaso, essa afirmativa não seria uma declaração de uma “verdade universal”. Para eles, a contradição está no fato de ser a própria ciência que declarou não serem possíveis verdades universais.

⁶ *Id.*, p. 23.

Na concepção da Teoria Crítica, a ciência é uma produção histórica do pensamento tão falível quanto o homem que a criou. A desconstrução da ideologia do pensamento científico como único saber seguro é apresentada, segundo Habermas (1987b, p. 497) com uma abordagem mimética por Adorno e Horkheimer, para mostrar de forma alegórica, baseada nos mitos antigos, que é o homem e não o método o responsável pelo conhecimento produzido. E este, por sua vez, pode ser perfeitamente manipulado para fins de dominação. Um exemplo é a relação que o Esclarecimento estabelece para compreensão dos bens produzidos pelo conhecimento técnico-científico no sistema capitalista.⁷ A relação pode ser comparada a mesma que os deuses gregos estabeleceram com os homens no mito da entrega da natureza nas mãos do homem-dominador. Não citam, mas o mito grego é semelhante ao mito judaico-cristão da criação em que o homem recebe a primazia sobre todas as criaturas para dominar sobre elas. A conclusão dos frankfurtianos é que o homem de ciência toma para si a ordem dos deuses: dominar a natureza. Contudo, a partir daí não há mais deuses a quem prestar contas. A ciência moderna é a própria divindade; o fim último de si mesma. Assim como os magos tinham a ambição de realizar rituais para influenciar e usufruir das riquezas da natureza, o homem da ciência também prepara seus rituais metódicos para controlar as forças da natureza. Todavia, diferentemente do mito, sua ação é sem cortinas, sem mistérios, mas esconde a ideologia da sociedade burguesa nos resultados que colhem pela apropriação dos bens produzidos e pela exploração dos trabalhadores que os produziram.

Para o movimento do esclarecimento o pensamento científico parte do princípio de que não há nenhum sentido na natureza a não ser o que o próprio homem lhe emprega. Contudo, segundo a perspectiva da Teoria Crítica, na relação sujeito-objeto tanto o sujeito altera o objeto como o objeto altera o sujeito, de tal maneira que, o preço pago pelo poder recebido – de senhores absolutos da natureza – é a alienação de si (MARX, 1963). O exemplo é tomado pelos autores da Dialética do Esclarecimento das tradições míticas, na ação do feiticeiro que molda seus rituais para o exercício da cura.

⁷ *Id.*, p. 23. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985, p. 23.

Seu ofício é uma alusão à ação de dominação da natureza que encerra a promessa de libertação do homem. Em sua ação mágica, ao prometer a libertação do mal, o feiticeiro emprega todo esforço para expulsar ou acalmar os demônios. Durante os rituais, ele acaba imitando os demônios e espíritos de tal maneira que se confunde com aquilo que tenta dominar. Da mesma forma, a ciência funcional, metódica, nada mais é que o ritual de dominação da natureza e do homem pelo homem. Nos processos e métodos empregados pela razão instrumental, natureza e homem são propositalmente confundidos. E longe de liberar, o Esclarecimento, como movimento da sociedade burguesa, acabou por escravizar os homens no seu projeto de desencantamento do mundo, transformando tudo o que vê na natureza em mercadoria, inclusive o próprio homem:

O preço dessa vantagem, que é a indiferença do mercado pela origem das pessoas que nele vêm trocar suas mercadorias, é pago por elas mesmas ao deixarem que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das mercadorias que se podem comprar no mercado. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 27).

Dessa forma, dominação e trabalho se separam aparentemente no Esclarecimento imitando velhas práticas de tirania; e não diferem muito dos reis da Antiguidade. No exemplo de Adorno e Horkheimer (1985, p. 30), a ação estratégica dos patrícios consistia em invadir terras vizinhas, colocar no árduo trabalho do campo os incultos e cercar-se dos médicos, adivinhos, artesãos e comerciantes para garantir a vida social e reproduzi-la na cultura e na educação das novas gerações. Na perspectiva da Dialética do Esclarecimento, o mito de Ulisses é o exemplo perfeito da ação ideológica empregada pelos capitalistas no exercício de aplicação da ciência e da técnica na dominação da natureza e do homem pelo homem. Mesmo à distância, Ulisses – personagem da *Odisseia* – controlava um numeroso pessoal, meticulosamente organizado em grupos de servidores, pastores e guerreiros. Ao anoitecer, podia contemplar do alto de seu palácio suas terras iluminadas pelas fogueiras dos servidores que vigiavam com diligência as riquezas que produziam, mas que não lhes pertencia. Assim, a ciência e a técnica permanecem nas mãos do capitalista como instrumento para dominar a natureza, mas só aparentemente, pois, de fato, quem realiza a ação são os trabalhadores organizados em diferentes

funções. No mito do Esclarecimento, o trabalho alienado, a divisão de classes, a Indústria Cultural, a uniformização da coletividade continuam sobre as roupagens modernas a dominação da sociedade burguesa.

A IDEOLOGIA BURGUESA COMO MOVIMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO CONSOLIDADO PELO DIREITO E PELA INDÚSTRIA CULTURAL

Merece destaque em nossa reflexão, o exemplo da organização social dominada politicamente pela burguesia explicada de forma alegórica na Dialética do Esclarecimento na passagem da *Odisseia* em que o navio de Ulisses se aproxima das Sereias.⁸ A condição dos servos e a de Ulisses é a condição da classe trabalhadora e da classe burguesa; dos operários da fábrica e dos seus patrões. Para que não se atirassem ao mar ao som encantado das Sereias, os servos tinham os ouvidos tapados e deviam olhar para frente e remar incansavelmente. Ulisses, por sua vez, para usufruir do canto sedutor, delegou o comando do navio a um imediato e ordenou que o amarrassem no mastro, ao centro. A substituibilidade é uma prerrogativa da classe burguesa que delega funções a subalternos e desfruta do tempo livre e das ocupações do trabalho. Aos trabalhadores, permanece a ilusão de olhar sempre para frente com os ouvidos moucos sem poder comunicar-se. A dominação do corpo, o controle dos sentidos, do que ouve, do que vê são indícios da alienação. Permanece o mito de que se todos estiverem livres a desordem afundará o navio social. Portanto, o domínio da técnica, do progresso e da administração das massas no conformismo do trabalho alienado, constituem dois aparatos lógicos mediados pela política e pela ciência do *modus operandi* da razão subjetivo-instrumental para se perpetuar como sistema econômico do capital.

No campo filosófico e moral, segundo os frankfurtianos, a racionalidade em Descartes, Leibniz e Kant, expoentes do Esclarecimento, foi utilizada com a finalidade de levar a cabo a conexão sistemática dos conhecimentos a partir de um princípio ou leis para subir aos gêneros superiores como descer às espécies inferiores da natureza a fim de que

⁸ *Id.*, p. 45-47.

fundarem o método científico e se tornarem senhores da verdade. Trata-se da produção de uma “ordem científica unitária” dona da verdade da qual pudessem derivar conhecimentos provenientes da experiência e arquitetados em axiomas arbitrariamente escolhidos a partir de ideias inatas ou de abstrações, ou de hipóteses, ou mesmo de observações. Na ascensão da burguesia na Era das Luzes, uma manobra semelhante também foi realizada no campo da moral com base na filosofia kantiana.⁹

A crítica é dirigida especialmente ao filósofo Immanuel Kant (1724-1804) por não perceber a ideologia escondida no movimento da razão subjetiva ao declarar que o Esclarecimento “[...] é a saída do homem da menoridade, da qual é o próprio culpado”.¹⁰ Os frankfurtianos interpretam que a menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento, e seguir sob a direção de outrem. Apoiado na filosofia kantiana, o pensamento esclarecedor da burguesia apresenta-se como o novo tutor do conhecimento e da moral social e realiza a inversão do saber colocando o entendimento ou o saber crítico sob a tutela da razão instrumental. Como explicitamos, para Adorno e Horkheimer (1985), a ciência é aplicação, é técnica a serviço da autoconservação, objetivamente usada para produzir bens de troca e uma massa de consumidores. Contudo, a mesma razão como instrumento de dominação do homem pelo homem, é na modernidade aplicada dentro de um sistema bem arranjado na área da moral: o uso do direito natural e das leis para controlar as massas.

A nova proposta, de racionalizar o direito, tem o objetivo de substituir as tradições morais e as leis religiosas sem, no entanto, alterar a condição econômica e política nem os reais interesses de prestígio da classe dominante. Explicam Adorno e Horkheimer (1985, p. 83): “O burguês nas figuras sucessivas do senhor de escravos, do empresário livre e do administrador é o sujeito lógico do esclarecimento”.

A ideia tem sua fundamentação nos conceitos kantianos considerados ambíguos quando utilizados pelo Esclarecimento. As categorias da Crítica da Razão Pura (1781) são rebaixadas à relação obscura entre “ego transcendental” como Razão Pura e “ego empírico” como Razão Prática e ambas fundadas na falsa ideia de liberdade, uma vez que pensamento e

⁹ *Id.*, p. 81.

¹⁰ KANT, 1784 *apud* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 52.

natureza constituem, no capitalismo, uma relação de exploração do homem que transforma a matéria em objeto com uma finalidade prática: o lucro. Assim, também, as categorias de universal e particular são harmonizadas no esquematismo lógico das leis para garantir a autoconservação e o direito de explorar em qualquer parte, segundo os interesses da sociedade industrial. A generalização do homem e da natureza como objetos da ciência segue uma lógica democrática de igualdade: diante da ciência tudo é objeto de estudo, inclusive o próprio homem. Os “conceitos de razão” extraídos da obra de Kant escondem a exploração na divisão de classes e preparam, no terreno da moral, o controle social mediante as leis civis do Estado burguês:

A ciência ela própria não tem consciência de si, ela é um instrumento, enquanto o esclarecimento é a filosofia que identifica a verdade ao sistema científico. [...] Com a confirmação do sistema científico como figura de verdade – confirmação essa que é um resultado da obra de Kant – o pensamento sela sua própria nulidade, pois a ciência é um exercício técnico, tão afastado de uma reflexão sobre seus próprios fins como o são as outras formas de trabalho sob a pressão do sistema. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 27).

No âmbito da moral, o Esclarecimento tentou substituir a religião pelo agir moral racional. O objetivo era “[...] derivar de uma lei da razão o dever do respeito mútuo”.¹¹ Esse agir moral racional deveria estar atrelado à coação da lei, à força do sistema jurídico, como forma de regular a conduta das massas e proteger a propriedade privada. O que se intenta com o novo projeto moral é substituir o medo supersticioso dos castigos do inferno futuro pelo pavor quimérico das punições legais.¹² Mas é somente sobre o povo que recai o peso da lei; o rico capitalista nada deve temer, pois sob a égide da Razão Instrumental tem agora o caminho aplainado pela ordem rumo ao progresso pela força da lei – já que qualquer insurreição da classe trabalhadora é considerada transgressão da lei e da ordem social. Trata-se, no fundo, de uma medida de proteção da classe dominante que tem medo da organização e da revolta da classe trabalhadora. Noutras palavras, o medo da sociedade burguesa é o medo da autoconsciência da classe trabalhadora e de sua

¹¹ *Id.*, p. 85.

¹² *Id.*, p. 86.

revolta. Nesse sentido explicam Adorno e Horkheimer (1985, p. 27) referindo-se ao período inicial da Revolução Industrial:

Os dirigentes estavam dispostos a proteger o mundo burguês contra o oceano da violência aberta que realmente assolou a Europa, apenas enquanto a concentração econômica ainda não havia progredido suficientemente. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 27).

Aliada a moral racionalizada pelo direito positivo, a economia de mercado desencadeou os processos de produção que potencializaram o domínio da racionalidade instrumental sobre a falsa ideia de “homens livres e iguais diante da lei”. Seguir a lei é manter a “ordem para o progresso”; isto é, a ordem de comando da classe dominante sobre os que devem fazer o progresso pela força do trabalho alienado, a classe trabalhadora (MARX, 1963).

Se o Esclarecimento armou-se com a ciência e a técnica para desbancar a metafísica; revestiu-se da filosofia kantiana, da força da lei e do sistema jurídico para controlar as massas; da dinâmica do mercado potencializado pela economia liberal para maximizar os lucros. Restou-lhe, por fim, o cuidado de difundir suas ideias e valores como sendo “as ideias e valores da vida moderna”, comum a todas as classes sociais. Essa difusão tornou-se mais um instrumento de dominação que os frankfurtianos chamaram de Indústria Cultural: o cinema, o rádio, a televisão, as revistas constituem juntos um sistema de controle, no qual, a verdade ou a arte que veiculam não passam de um negócio; e eles o utilizam como “[...] ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem”.¹³ Os métodos tecnológicos sobre os quais repousa essa ideologia são a reprodução e a padronização do consumo pelas massas; seu motor propulsor é a economia capitalista, a racionalidade da própria dominação. A passagem do uso do telefone para o rádio é um exemplo da falsa liberdade de escolha na sociedade capitalista e do controle social pelos meios de comunicação:

Liberal, o telefone permitia que os participantes ainda desempenhassem o papel do sujeito. Democrático, o rádio transformou-os a todos igualmente em ouvintes, para entregá-los autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros [...] e as

¹³ *Id.*, p. 114.

emissões privadas são submetidas ao controle. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 115-116).

Nesse sentido, o entretenimento, o lazer e a arte são esquematicamente colocados dentro de uma nova cadeia produtiva para serem controlados, estereotipados e transformados em produtos padronizados de consumo, e o mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da Indústria Cultural. A lógica de dominação do sistema capitalista pelos meios de comunicação tem o objetivo de fortalecer a lógica de subordinação vivenciada pelo trabalhador na atividade produtiva: a finalidade é “ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noitinha, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte”.¹⁴ O controle ideológico pela diversão é uma ação estratégica para intercalar na insatisfação do trabalho alienado um padrão de comportamento conformista que facilite a adaptação ao modelo administrativo racional da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A racionalidade instrumental, na perspectiva da Teoria Crítica dos pensadores da Escola de Frankfurt, é impulsionada pela economia liberal e é assimilada como ideologia pela sociedade burguesa quando esta se organiza como movimento político para instaurar uma nova ordem: o sistema capitalista baseado na produção de mercadorias e na exploração da classe trabalhadora.

O Esclarecimento, enquanto fenômeno da sociedade burguesa, constitui-se como ação ideológica ao se apropriar do pensamento científico para invalidar o saber crítico-filosófico e utilizar a ciência e a técnica como meros instrumentos da dominação da natureza e do homem pelo homem na roupagem de um projeto emancipatório que longe de libertar a humanidade passou a explorar a mão de obra dos trabalhadores na produção de riqueza. Apesar do atual desenvolvimento tecnológico e da melhoria de vida, a riqueza, o poder político e econômico continua concentrado nas mãos da classe dominante.

A dominação ideológica dos donos do capital historicamente se consolida com a produção e o consumo alienados, com o *modus operandi* da

¹⁴ *Id.*, p. 123.

razão instrumental baseado na ciência e na técnica e pelo movimento político-filosófico que se utilizou do direito positivo, da arte e dos meios de comunicação de massa para manter a organização social dividida em classes sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985. Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/d_e_conceito.htm.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2011.

BRAGA, O. Jackson. **EDUCAÇÃO, RACIONALIDADE E EMANCIPAÇÃO EM HABERMAS:** implicações e contribuições do agir comunicativo na cultura organizacional escolar. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la accion comunicativa:** racionalidade de la acción y racionalización social. Tomo I. Madri: Taurus, 1987a.

_____. **Teoria de la accion comunicativa:** crítica de la razón funcionalista. Tomo II. Madri: Taurus, 1987b.

Kant, Immanuel. Resposta à pergunta: “Que é esclarecimento?”. In: **Textos seletos**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2005.

MARX, K. **Manuscritos econômicos – filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1963.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Para além da fragmentação:** pressupostos e objeções da racionalidade dialética contemporânea. São Paulo: Loyola, 2002.

RECEBIDO EM: 21.12.12

APROVADO: 30.12.12

Revista **LABOR**

nº 8, v.1, 2012

ISSN: 19835000

SINDICALISMO EM TEMPOS DIFÍCEIS: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE UMA CLASSE TRABALHADORA CADA VEZ MAIS FRAGMENTADA

SYNDICALISM IN DIFFICULT TIMES: REFLECTIONS ON THE POLITICAL ORGANIZATION OF A WORKING CLASS INCREASINGLY FRAGMENTED

Mônica Duarte Cavaignac

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre a organização política dos trabalhadores em tempos marcados por profundas mudanças no mundo do trabalho, diante das quais o movimento sindical, longe de contrapor-se radicalmente ao capital, assume uma posição defensiva e um caráter setorial frente às ofensivas do sistema, tentando resistir à crescente precarização das condições de trabalho e de vida de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada. Nesse contexto, suas estratégias de resistência têm sido dificultadas tanto pelo desemprego estrutural, como pelas novas formas de (sub)contratação e intensa rotatividade da força de trabalho, submetida a um mercado desregulamentado ou regulado pelas diretrizes neoliberais.

Palavras-chave: Classe trabalhadora – Fragmentação – Movimento sindical

ABSTRACT

This article presents reflections on the political organization of the workers in a time marked by profound socio-political and economic changes, on which the trade union movement, far from opposing radically to capital, assumes a defensive position and a sectorial character to the front of the offensive system, trying to resist the increasing precariousness of working conditions and life of a working class increasingly fragmented. In this context, their strategies of resistance have been hampered both by structural unemployment and by new forms of (sub) hiring and workforce churn intense, subjected to a deregulated market or regulated by the neoliberal guidelines.

Keywords: Working class – Fragmentation – Trade union movement

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho – especialmente a partir dos anos 1970, quando se inicia um quadro de crise estrutural do capital – afetaram, conforme assinala Antunes (2000, p. 187-188), “tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas”.

Tais mudanças são decorrentes de um conjunto amplo e complexo de elementos, entre os quais o autor destaca: o vasto processo de reestruturação que o capital implementa com vistas a recuperar seu ciclo de reprodução, intensificando as transformações no processo produtivo pelo avanço tecnológico e pela constituição das formas de acumulação flexível; o desmoronamento, ao final dos anos 1980, da URSS e dos países do Leste Europeu que tentaram uma transição socialista, propagando-se a idéia do “fim do socialismo”; a acentuação do processo político e ideológico de “social-democratização da esquerda” e sua conseqüente subordinação à ordem do capital; e a forte expansão do projeto econômico, social e político neoliberal, atingindo brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores (ANTUNES: 2000).

Como resultado da concorrência intercapitalista, bem como da necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, as transformações no processo de produção acabam levando à “fragmentação, heterogeneização e complexificação” da classe trabalhadora, desafiando seus organismos de representação, especialmente os sindicatos, a buscarem estratégias de luta que contemplem a totalidade dos trabalhadores, profundamente atingidos pelo desemprego estrutural e pela “subproletarização” ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Este artigo apresenta reflexões acerca das estratégias de resistência, formas de consciência e de organização dos trabalhadores frente às determinações objetivas do capital, sobretudo num contexto em que profundas mudanças nas relações *de* e *no* trabalho resultam na fragmentação da classe trabalhadora e na setorialização do movimento sindical.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL

De acordo com Postone (2000), as lutas de classes têm-se mantido, tradicionalmente, na “crítica ao capitalismo do ponto de vista do trabalho”, em vez de avançarem na “crítica ao trabalho no capitalismo”. Dessa forma, não se questiona a produção com base no trabalho alienado, mas apenas a distribuição de renda dentro da forma de sociabilidade capitalista, deixando de lado a possibilidade de emancipação dos sujeitos reais da produção e a negação do trabalho tal como ele se constitui no capitalismo, ou seja, o trabalho abstrato, produtor de valor.

Com base na análise marxiana, o autor assinala que, se o trabalho assalariado é a base do capital, por conseguinte, a negação potencial da formação social capitalista pressupõe a negação deste tipo de trabalho. As manifestações da luta entre os trabalhadores e os representantes do capital em torno de questões relacionadas aos salários e à jornada de trabalho, por exemplo, não rompem com a estrutura do sistema do capital, mas, antes, são intrínsecas à dinâmica do capitalismo.

Não há, portanto, um *continuum* linear entre as lutas e concepções tradicionais da classe trabalhadora – geralmente restritas à esfera do consumo e a questões de justiça distributiva – e as lutas, concepções e necessidades que se apresentam para além do capital – as quais devem incluir a necessidade de uma atividade auto-realizadora, questionando a natureza do trabalho e a estrutura dos constrangimentos que caracterizam o capitalismo.

Isto sugere que uma teoria crítica ao capitalismo e a sua possível superação deve acarretar uma teoria da constituição social de tais necessidades e das formas subjacentes de consciência – uma teoria que seja capaz de se reportar às transformações qualitativas históricas ocorridas na subjetividade e de compreender os movimentos sociais nestes termos (POSTONE: 2000, p. 138).

Postone compreende que as relações sociais de produção capitalistas – fundadas no valor, no trabalho abstrato, na mercadoria e no capital – determinam tanto a materialidade, como a subjetividade dos indivíduos. É no contexto histórico dessas relações que se forma não apenas a consciência que afirma ou perpetua a ordem existente, mas também uma consciência crítica e de contraposição em relação ao respectivo contexto.

Assim, “a análise do capitalismo, enquanto uma sociedade cc aditória procura mostrar que as possibilidades para uma crítica localizada e para a pluralidade são geradas socialmente, do interior da estrutura do próprio capitalismo” (POSTONE: 2000, p. 140). A subjetividade crítica e as práticas de contraposição desempenham, desse modo,

um importante papel na possível negação do sistema do capital, apontando a possibilidade de transformação da ordem social existente.

Em sua crítica ao sistema sociometabólico do capital, Mészáros aponta a alternativa socialista radical como a única que tem “[...] condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente. Uma alternativa hegemônica que, por não depender do objeto que nega, não se deixe restringir pela ordem existente, como sempre sucedeu no passado” (2002, p. 21).

Tanto Mészáros como Postone – autores marxistas contemporâneos – criticam os limites das lutas sociais da classe trabalhadora no interior do sistema capitalista, apontando um horizonte para além do capital. Tal horizonte, no entanto, distancia-se, cada vez mais, da consciência e das práticas daqueles que dependem do trabalho alienado para (sobre)viver, os quais, atualmente, são profundamente atingidos pelo desemprego estrutural, pela precarização das relações de trabalho e pela desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas conquistados ao longo da história.

Diante desse quadro, o movimento sindical, longe de contrapor-se radicalmente ao capital, assume uma posição defensiva frente às ofensivas do sistema, tentando resistir à crescente degradação das condições de trabalho e de vida de uma classe cada vez mais fragmentada, cuja identificação e organização coletivas têm sido dificultadas pelas novas formas de (sub)contratação e pela intensa rotatividade de força de trabalho num mercado desregulamentado ou regulado pelas diretrizes neoliberais.

O CARÁTER SETORIAL E DEFENSIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À SOCIABILIDADE DO CAPITAL

De acordo com Mészáros, o movimento da classe operária tem sido caracterizado, ao longo do seu desenvolvimento, pela setorialidade e pela parcialidade, afetando todos os seus aspectos, inclusive sua dimensão política. Isto não se deve, todavia, simplesmente à opção subjetiva do movimento em adotar uma estratégia errada, mas às determinações objetivas diante da “pluralidade dos capitais” e da “pluralidade do trabalho”, as quais não podem ser superadas no âmbito da reprodução sociometabólica do capital – apesar da tendência para a concentração e centralização monopolísticas do capital globalizante e de todas as tentativas para transformar o trabalho em “cúmplice dócil do capital”, em vez de seu “adversário irreconciliável” (MÉSZÁROS, 2002).

Conforme afirma este autor, ao caráter parcial e setorial do movimento operário soma-se sua “postura defensiva”, cujo aprofundamento representou um “avanço histórico paradoxal”. Paradoxal porque, mesmo sendo o “adversário estruturalmente irreconciliável” do capital, o movimento operário – por meio dos sindicatos, inicialmente, e, mais tarde, dos partidos políticos – passou a ser o seu “interlocutor racional”. Desse modo lhe foi possível, em condições favoráveis, obter algumas vantagens para determinados setores, ao ajustar suas demandas às premissas estruturais do sistema capitalista, articulando-se defensivamente como um “interlocutor constituído e regulado pelo Estado” (Idem, p. 23).

As condições favoráveis às quais Mézáros se refere são condições conjunturais, a exemplo daquelas que se devem ao desenvolvimento do Estado de bem-estar num reduzido número de países capitalistas avançados e numa determinada escala de tempo, em que se deu a reconstrução do pós-guerra e a expansão tranqüila do capital financiada pelo Estado.

Segundo o autor de *Para além do capital*, o fato de o movimento operário ter sido sempre setorial e defensivo conferiu uma “estranha forma de legitimidade ao modo de controle sociometabólico do capital”, representando a aceitação da ordem política e econômica estabelecida, como uma espécie de *autocensura*. O sistema capitalista aparece, assim, como “a estrutura necessária e pré-requisito das reivindicações que poderiam ser consideradas ‘realisticamente viáveis’ entre as apresentadas” e a “postura defensiva” apresenta-se como “a única forma legítima de solução de conflitos resultantes das reivindicações opostas dos interlocutores” (Idem, p. 24).

O fato é que, enquanto a “postura defensiva” do movimento operário continuasse a obter vantagens relativas para alguns setores da classe trabalhadora, a estrutura de regulação social capitalista não seria desafiada. Mas, com a crise estrutural a partir dos anos 1970, o capital, não tendo mais condições de oferecer ganhos significativos ao movimento operário, passa a retomar as concessões passadas, atacando as bases do Estado de bem-estar e, com elas, todas as salvaguardas legais de proteção e defesa dos trabalhadores. Desse modo,

[...]para defender o sistema diante das margens cada vez mais estreitas de viabilidade reprodutiva do capital, ignoram-se totalmente os interesses da classe operária, atendem-se os interesses vitais do capital pela manutenção da legislação autoritária anti-sindical dos últimos anos, e se apóia o poder do capital estatal na sua campanha pela informalização da força de trabalho, como ‘solução’ cínica e enganosa para o problema do desemprego (MÉSZÁROS, 2002, p.25).

Para Mészáros, as limitações setoriais e defensivas do movimento operário não podem, portanto, ser entendidas simplesmente em termos de traições pessoais, ou seja, no âmbito da subjetividade. É preciso explicar *por que* as circunstâncias o conduziram a determinadas atitudes ao longo da história. Para que tais limitações possam ser superadas no futuro, devem ser consideradas, sobretudo, as determinações objetivas da realidade, bem como as relações contraditórias de poder próprias da estrutura do sistema capitalista¹. Neste sentido, o desafio dos movimentos sociais radicais é “articular na ação não apenas a necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma *alternativa hegemônica*” (Idem, p. 33).

O autor indica a possibilidade de enfrentar este desafio por meio de um movimento socialista radical, fazendo quatro grandes considerações.

A primeira refere-se à incapacidade do capital de manter o controle social, uma vez que a “globalização” – saudada pelos defensores do sistema como a solução de todos os problemas –, em verdade coloca em ação forças que põem em relevo tanto a incontrollabilidade do sistema por qualquer método racional, como a incapacidade do capital de cumprir suas funções de controle como condição de sua existência e legitimação.

A segunda consideração aponta para a possibilidade histórica de superação da dependência do trabalho em relação ao capital, tendo em vista que o capital depende *absolutamente* do trabalho – o qual tem de explorar permanentemente –, ao passo que a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável*.

A terceira consideração ressalta o surgimento da questão do *controle real de uma ordem sociometabólica alternativa*, pois, pela primeira vez na história, tornou-se inviável a manutenção da lacuna mistificadora entre *metas imediatas* e *objetivos estratégicos globais*.

E, por fim, a quarta consideração do autor diz respeito ao surgimento da questão da *igualdade substantiva* em oposição à *igualdade formal* e à pronunciada *desigualdade hierárquica substantiva* dos processos de tomada de decisão do capital. Esta *igualdade substantiva* é o princípio estrutural e regulador do modo socialista

¹ “O problema fundamental é que a pluralidade setorial do movimento operário está intimamente ligada à pluralidade contraditória hierarquicamente estruturada dos capitais, seja em cada país, seja em escala mundial. Não fosse por ela, seria muito mais fácil imaginar a constituição da unidade internacional do movimento operário contra um capital unificado ou em condições de se unificar. Entretanto, dada a articulação necessariamente hierárquica e contraditória do sistema do capital, (...) a unidade internacional do capital não é viável” (MÉSZÁROS: 2002, p. 27).

alternativo de controle de uma ordem sociometabólica não-antagônica e realmente planejável (Idem, p. 33).

A construção de uma forma de sociabilidade alternativa ao capital, entretanto, não é tarefa fácil. Se a crítica ao sistema vigente deve ser a mais radical possível, a ruptura com os elementos que lhe dão sustentação requer um processo de transição repleto de mediações.

Antunes (2000) acredita que as respostas às efetivas necessidades da classe trabalhadora passam, hoje, por duas reivindicações necessárias. Em primeiro lugar, a luta pela redução da jornada de trabalho – sem redução do salário, pois, do contrário, seria precarizar o trabalho – e a conseqüente ampliação do chamado “tempo livre”, visando, no plano mais imediato, minimizar o desemprego estrutural. “À justa consigna *trabalhar menos para todos trabalharem* deve-se, entretanto, adicionar outra não menos decisiva: *produzir o quê? E para quem?*” (p. 177).

Em segundo lugar, está a luta pelo direito ao trabalho:

[...] não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, (...) significa uma desefetivação, des-realização e brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho² (ANTUNES, 2000, p. 177-178).

O aumento da segmentação dos mercados de trabalho e a crescente fragmentação da classe trabalhadora têm dificultado, todavia, a organização e até mesmo a identificação coletiva dos diversos segmentos de trabalhadores – empregados da indústria, do comércio e do setor de serviços, trabalhadores da economia informal, trabalhadores temporários, terceirizados, autônomos, entre outros –, que tendem a defender interesses setoriais, restritos a determinadas categorias e contra determinados representantes do capital, perdendo de vista a luta fundamental para o fim de sua exploração e opressão, isto é, a luta contra o capital e todo o sistema de mediações que lhe dão sustentação, principalmente o trabalho assalariado. Este tem sido, contraditoriamente, o principal objeto de defesa dos trabalhadores, em vez de constituir-

² Esta expressão corresponde à noção ampliada de classe trabalhadora defendida por Antunes, a qual deve incorporar o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho, incluindo desde o proletariado industrial, “aqueles que criam diretamente mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital”, aos trabalhadores da chamada economia informal, os terceirizados e precarizados, além dos que estão desempregados “pela vigência da lógica destrutiva do capital” (2000, p. 102-103).

se no objeto de sua negação. Eis um desafio difícil de ser superado, e que faria toda a diferença na integração dos diversos movimentos sociais.

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E NO MOVIMENTO SINDICAL: DO SINDICALISMO CRÍTICO AO “NEOCORPORATIVISMO”

As novas formas de contratação impostas pela reestruturação produtiva, em resposta à crise do capital, têm um conteúdo não apenas econômico, no sentido de reduzir custos e aumentar a lucratividade, mas também um forte conteúdo político, uma vez que fragmentam a classe trabalhadora e fragilizam a capacidade organizativa dos sindicatos.

Estes últimos haviam conquistado um forte poder de pressão ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980, período de aprofundamento da crise do regime militar, marcado pelo crescimento da oposição política e pelo retorno da esquerda – consubstanciada na organização do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; e na fundação do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1985.

Nesse período, o movimento sindical caracterizou-se por um conjunto de práticas sociais que, dialogando criticamente com práticas anteriores (o “velho sindicalismo”) e buscando superar as limitações e os erros dos que vieram antes, ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”.

De acordo com Cruz (2000), o “Novo Sindicalismo”, movimento fundado no discurso da totalidade social, resulta da forma como uma parcela da classe trabalhadora, com um grau de consciência política elevada em relação à sua base social, compreende e incorpora em sua ação política o conjunto de mudanças socioeconômicas e político-ideológicas do período, associando as reivindicações sociais dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida com lutas políticas em torno de questões mais amplas, tais como: a questão da terra e a necessidade de uma reforma agrária radical; a política econômica e o modelo de desenvolvimento adotado pelo país; o fim do regime militar e a urgência da redemocratização da sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de um movimento determinado, objetivamente, pela situação material concreta em que se encontram os grupos sociais num certo momento da história e, subjetivamente, pela visão social de mundo dos sujeitos envolvidos.

O autor utiliza-se de interessantes metáforas para definir a perspectiva ideológica que marcou o período do “Novo Sindicalismo”, no qual as condições objetivas

em que se encontrava a classe trabalhadora lhe permitiram uma visão ampliada dos processos sociais. Este período é por ele denominado “período das venezianas abertas” ou “período da janela escancarada”. Isto é:

[...] era como se a paisagem do real houvesse sido observada pelos agentes do Novo Sindicalismo não só de um mirante superior, mas através de uma janela escancarada, por onde a luz da paisagem pudesse fruir em sua plenitude, e com uma dimensão larga o suficiente para que pudesse abarcar uma parte substancial daquela realidade que se descortinava. (CRUZ, 2000, p. 99-100).

O discurso fundador do “Novo Sindicalismo”³, orientado por uma visão de mundo que procura compreender a totalidade das relações sociais, apresenta uma imagem de classe que, embora múltipla e diferenciada, está articulada pela noção de enfrentamento coletivo das formas de dominação socioeconômica, política e ideológica do capital, propondo a construção de uma nova forma de sociabilidade, por meio da conscientização e organização política dos trabalhadores.

Conforme observa Alves (2005, p. 350),

Naquela época, predominava um sindicalismo de classe, de confronto com o capital, que ainda não tinha sido atingido pela irrupção reestruturativa. Era uma época de mobilizações operárias de massa, impulsionadas, com vigor, pela democratização política de um país capitalista que acumulava um lastro considerável de desigualdade e exclusão social e se encontrava ainda protegido, por uma série de dispositivos oriundos do padrão de industrialização substitutiva, da mundialização do capital. O mundo do trabalho ainda não havia sido avassalado pela nova ofensiva do capital na produção.

O período que se segue à redemocratização, por sua vez, não só altera a paisagem socioeconômica e política da sociedade brasileira, mas também oblitera a janela de observação da classe trabalhadora, agora uma “*janela estilhaçada*”: “Ao invés de uma luminosidade cristalina, pouco a pouco a observação é turvada por uma luz prismada pelo conjunto de transformações vivenciadas neste final de século.” (CRUZ: 2000, p. 100).

³ Tal discurso, que encontra na CUT sua expressão orgânica, é caracterizado a partir dos seguintes elementos: 1) a noção de sociedade como totalidade contraditória que combina elementos sócio-econômicos e político-ideológicos; 2) a existência de uma contradição central entre a classe trabalhadora representada pelo movimento sindical e o Estado representante do grande capital e do latifúndio (bloco dominante); 3) a estrutura jurídico-política dos sindicatos como parte da estratégia do Estado para a cooptação/ repressão do movimento organizado dos trabalhadores; 4) a necessidade e a vontade do movimento sindical de estabelecer um processo combinado de ação que permita organizar os trabalhadores em bases diferentes da estrutura sindical corporativista e enfrentar o Estado e o grande capital numa luta pela desconcentração da renda e da terra, de modo a elevar a consciência política dos trabalhadores e acumular forças sociais em direção a uma transformação socialista da sociedade brasileira. (CRUZ: 2000, p. 187-188).

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI, com a transição global ao neoliberalismo, marcam uma conjuntura extremamente desfavorável à classe trabalhadora. O desemprego em massa, a flexibilização das formas de contratação – notadamente a terceirização –, bem como a introdução crescente de máquinas-ferramentas automatizadas nos processos produtivos, aumentam a competição individual no interior da própria classe trabalhadora e acabam por colocar na defensiva qualquer discurso baseado na unidade dos interesses e da ação dos trabalhadores. Segundo Cruz (2000, p. 119) uma palavra define as reformas neoliberais no campo do trabalho: fragmentação.

O autor observa que, na virada dos anos 1980 aos anos 1990, a classe trabalhadora urbana passa por um processo de desconstituição progressiva de sua identidade e de sua alteridade. Novas categorias de diferenciação – “empregados/ desempregados, formais/ informais, assalariados/ terceirizados/ subcontratados, qualificados/ desqualificados” – sobrepõem-se “àquelas que o Novo Sindicalismo já havia captado no mundo desigual do trabalho e que era objeto do seu discurso: urbanos/ rurais, indústria/ serviços/ profissionais liberais, brancos/ negros, homens/ mulheres. E nos interstícios da fragmentação, funciona o evangelho da competitividade.” (CRUZ: 2000, p. 145).

Diante das transformações sociais que ocorrem nesse período, o discurso fundador do “Novo Sindicalismo” aponta para um deslocamento de significados, passando “de um posicionamento claro de *denúncia/ confronto/ superação* (...) para um discurso marcado pelo tom de *análise/ cautela/ negociação*” (Idem, p. 155).

O movimento sindical, nesse contexto,

[...] abandona – ao menos temporária e parcialmente – a idéia de um sindicalismo socialista, e portanto “revolucionário”, que luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores através de reformas na estrutura social, abraçando então a idéia de um sindicalismo que delimita sua atuação em torno das questões referentes exclusivamente à relação patrões/ empregados. (CRUZ, 2000, p. 156-157).

A crise do discurso do “Novo Sindicalismo” significa a crise de uma determinada leitura da realidade e de uma certa orientação para a ação social. Expressando uma clara perda de unidade entre luta política e luta sindical, esta crise implica a “desidentidade” e a dispersão da classe trabalhadora, cujas entidades representativas abandonam a idéia de um movimento unitário para assumirem uma posição corporativista, numa política verticalista que faz “deslizar o significado da elaboração ‘sindicato por ramos de atividade’ (que em 1986 eram: agricultura, indústria,

serviços, autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos e inativos) para dezoito departamentos ‘por ramos de atividade’⁴.” (Idem, p. 178).

De fato, a fragmentação da classe trabalhadora não produz apenas um deslocamento discursivo do movimento sindical, mas também uma alteração substancial nas formas de organização sociopolítica dos trabalhadores, que tendem a se dividir por categorias profissionais, conforme as posições que ocupam no mercado de trabalho, as quais são cada vez mais provisórias e, por isto mesmo, dificultam a construção de referenciais de solidariedade e de identidade coletiva.

Desse modo, a crise do “Novo Sindicalismo” – a qual se expressa na perda da capacidade de organização dos sindicatos e no assujeitamento da ação coletiva da classe trabalhadora – só pode ser compreendida como um processo dialético, que, nos dizeres de Cruz (2000), resulta tanto de condicionamentos estruturais, quanto de condicionamentos superestruturais da sociedade – dados, respectivamente, pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho e pelas alterações políticas no comportamento das entidades sindicais.

Para o autor de *A janela estilhaçada*, se o movimento sindical deseja dar respostas às aflições da classe trabalhadora em tempos de crise, ele precisa: em primeiro lugar, reafirmar o marxismo como método privilegiado de análise do capitalismo e como instrumento privilegiado da práxis do movimento operário, abandonando a visão reificada/fragmentada da realidade; em segundo lugar, produzir um discurso que aponte para a identidade daqueles que constituem o que Antunes chama de “classe-que-vive-do-trabalho” – os assalariados, os terceirizados e subcontratados, os informais, os autônomos, os desempregados e os excluídos da riqueza socialmente produzida; em terceiro lugar, identificar claramente o seu opositor, mostrando o Estado como elemento central da ação ordenadora do discurso neoliberal e propondo uma pauta conjunta para a nova “classe-que-vive-do-trabalho”; em quarto lugar, constituir-se como um sindicato único da classe trabalhadora, estruturado organicamente e unificado discursivamente, ou

⁴ “O 5º Congresso da CUT (Concut) incorpora a proposta de divisão de ramos de atividade da 5ª Plenária Nacional, que esboçou uma divisão em dezoito ramos de atividade: a) agricultura, plantações e agroindústria (rurais); b) metalurgia, metal-mecânica, siderurgia e eletroeletrônica (metalúrgicos); c) bancos, setor financeiro, seguradoras, bolsas de valores (bancários); d) química, plásticos, petroquímica, petróleo (químicos); e) indústrias têxteis, do vestuário, couro, calçados (vestuário); f) comércio e prestação de serviços (comerciários); g) educação, ensino, cultura (educação); h) saúde, seguridade, previdência social (saúde); i) administração e serviço público; j) construção civil, móveis e madeira (construção civil); k) extração e transformação mineral (mineiros); l) comunicação, jornais, emissoras, publicidade, gráficas (comunicação); n) técnicos, profissionais liberais, trabalhadores em administração e tecnologia; o) trabalhadores em indústrias urbanas de água, esgoto, gás e eletricidade (urbanitários); p) transportes aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial (transportes); q) autônomos urbanos; r) inativos. (...)” (Resoluções do V Concut apud CRUZ: 2000, p. 177-178).

seja, romper com a identificação tradicional da classe trabalhadora como sendo o conjunto dos assalariados, propondo formas identitárias de organização social e até mesmo produtiva daqueles que estão fora do mercado formal (CRUZ: 2000, p. 211-213).

Mas o futuro do sindicalismo, conforme afirma Boaventura Santos (2005), é tão incerto quanto o futuro das sociedades capitalistas, e a enorme dificuldade em discutir o estado do movimento sindical é a maior prova de sua crise, a qual faz dele muito mais uma instituição do que um movimento. Segundo o autor, uma das maiores debilidades do sindicalismo tem origem no fato de que os sindicatos centram-se, prioritariamente, nas questões do emprego e do salário, limitando-se, portanto, aos trabalhadores empregados. Desse modo, tendem a desinteressar-se, por exemplo, dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego, com os quais poderiam constituir um campo imenso de solidariedade potencial.

Ademais, diante do fenômeno da mundialização do capital, a força de trabalho continua sendo essencialmente local e o movimento sindical “está sob uma dupla e contraditória pressão desestruturadora: a pressão das exigências locais e localizantes, por um lado, e a pressão das exigências transnacionais e transnacionalizantes, por outro.” (SANTOS: 2005, p. 172).

O fato é que, diante das condições objetivas impostas pelo capital – entre as quais a fragmentação da classe trabalhadora –, os sindicatos têm assumido, cada vez mais, um “caráter setorial” e uma “postura defensiva”, nos termos de Mészáros (2002).

Caráter setorial porque abrangem questões circunscritas ao universo de determinados setores de atividades ou de determinadas categorias. Postura defensiva porque encontram grandes obstáculos e dificuldades para manter sua condição de entidades representativas dos interesses dos trabalhadores, uma vez que são constantemente “boicotados” e ameaçados pelo grande capital, que inibe e reprime a participação sindical por meio da alta rotatividade, de mecanismos de coerção interna, além de perseguição às lideranças sindicais, muitas vezes “vencidas pelo cansaço”.

Exemplo emblemático dessa tendência é a situação dos atendentes de *call center*, que, frente a “nova (e radical) terceirização” (ALVES, 2005), encontram-se divididos entre os sindicatos que representam os trabalhadores dos ramos de atividade nos quais trabalham (telecomunicações, instituições financeiras, planos de saúde etc.), e

o sindicato que representa, especificamente, os operadores de *telemarketing*, independentemente do ramo de atividade em que estão inseridos⁵.

Numa verdadeira disputa territorial, tais sindicatos enfrentam o declínio da sindicalização nas últimas décadas, que, de acordo com Alves (2005), está vinculado, direta ou indiretamente, à instauração de um “novo (e precário) mundo do trabalho”, decorrente do complexo de reestruturação produtiva.

Entre as causas desse declínio, apontadas pelo autor, algumas podem ser visualizadas na realidade dos trabalhadores de *telemarketing*, tais como: mudanças na composição da força de trabalho, com a redução do número de trabalhadores ocupados nos setores industriais, de maior densidade sindical, e o aumento do número de trabalhadores ocupados nos setores de serviços, onde a mobilização sindical é historicamente mais difícil; crescimento do chamado “subproletariado tardio”, composto pelos trabalhadores precários, subcontratados (incluindo os terceirizados), por tempo parcial ou temporários, ou seja, segmentos da classe trabalhadora pouco suscetíveis à sindicalização; e a crescente participação de mulheres no mercado de trabalho, contribuindo para o declínio dos níveis de sindicalização, na medida em que a taxa de sindicalização de mulheres sempre se manteve abaixo da taxa de sindicalização dos homens (ALVES: 2005).

O declínio da sindicalização, todavia, é apenas uma das dimensões históricas da crise do sindicalismo moderno. Esta crise, além de possuir uma dimensão sócio-institucional – caracterizada pela crise de representação sindical de classe –, possui também uma dimensão político-ideológica – caracterizada pelo predomínio de estratégias sindicais neocorporativas, de caráter setorial. Trata-se da plena integração dos sindicatos à lógica mercantil, com o abandono da dimensão classista, “em prol de práticas sindicais

⁵ Durante a greve dos operadores de *telemarketing* de uma empresa do ramo de telecomunicações, ocorrida em Fortaleza, no ano de 2007, estavam presentes, em defesa da categoria, dois sindicatos: o Sinttel, Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, e o Sintratel, Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing, cuja criação expressa uma determinada estratégia de organização dos trabalhadores terceirizados, com o objetivo de conquistar direitos para uma categoria com interesses bastante particulares. Os participantes da greve denunciaram à sociedade a precariedade não só das relações de trabalho no *call center* – as quais envolvem a questão da subcontratação, da alta rotatividade e dos baixos salários e “benefícios” trabalhistas –, mas também das relações no trabalho – marcadas por constantes cobranças (principalmente em torno do tempo médio de atendimento, o chamado TMA), pressão psicológica, assédio moral e ameaças de demissão. Embora geralmente sejam consideradas menos importantes do que a questão salarial, as relações de exploração e de poder no local de trabalho afetam profundamente a dignidade e a qualidade de vida dos atendentes do *call center*, compondo a pauta de suas principais reivindicações no movimento grevista. Um estudo sobre a posição dos referidos sindicatos diante das novas formas de dominação do capital, como a terceirização, bem como do discurso, das concepções e das estratégias de luta sindicais ante as ofensivas empresariais, particularmente no universo dos operadores de *telemarketing* numa certa empresa de telecomunicações, encontra-se em Cavaignac (2010).

voltadas para a mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado industrial (ou de serviços)” (ALVES: 2005, p. 88-89).

Tal estratégia, definida por Alves (2005) como “a miséria do neocorporativismo”, tende a promover apenas articulações verticais de categorias assalariadas dos setores da indústria ou dos serviços, em vez de articular interesses gerais da classe trabalhadora, o que acaba por reproduzir e intensificar a fragmentação da classe, fazendo com que as entidades sindicais percam seus laços com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho.

Expressão do neocorporativismo a que se refere o autor é a formação do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing – o Sintratel –, que, diante da precarização do emprego e das condições de trabalho que atinge os trabalhadores terceirizados em geral, foi criado para defender exclusivamente os interesses de uma categoria relativamente “nova” na divisão social e técnica do trabalho, mas que, por outro lado, tem sido vítima de “velhas” ofensivas do capital.

Os operadores de *telemarketing* se enquadram, assim, numa nova categoria de assalariados, definidos por Antunes e Braga (2009) como “infoproletários”, isto é, aqueles que exercem atividades originárias da implantação e desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação nos processos de produção de mercadorias e serviços nos diversos setores da economia, com forte tendência à terceirização e à degradação do trabalho.

Eles fazem parte de uma crescente massa de trabalhadores inseridos na condição que Alves (2005) caracteriza como “subproletarização tardia”, a qual nada mais é do que a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. É esta massa de subproletários que, juntamente à enorme massa de desempregados, desafia o sindicalismo contemporâneo a buscar formas de conscientização, resistência e organização da complexa e fragmentada classe trabalhadora frente ao processo de reorganização econômica e sociopolítica do capital mundializado.

O que se pode observar nos dias atuais, entretanto, é que, ao sindicalismo crítico e de contestação dos anos 1980, segue-se um “defensivismo de novo tipo” (ALVES: 2005), que assinala a rendição ideológica e política dos trabalhadores à lógica do capital.

CONCLUSÃO

A crise do sindicalismo, conforme assinala Alves (2005), significa não apenas o declínio da sindicalização, mas, principalmente, o seu recolhimento à esfera corporativista, negando-se a incorporar um “espírito generalizador” de classe e perdendo a sua dimensão de crítica à ordem do capital.

Em outras palavras, em vez de um processo de fusão, centralização e fortalecimento para se tornarem mais combativos ante as novas configurações do capital mundializado, os sindicatos vivem um processo de separação e fragmentação.

Tentando responder aos impactos de tais configurações (precarização das condições de trabalho, degradação salarial, desmonte dos direitos trabalhistas, entre outros) sobre determinados segmentos ou fragmentos da classe trabalhadora, as ações sindicais acabam legitimando o chamado “neocorporativismo”.

O movimento sindical encontra-se, assim, numa verdadeira encruzilhada, a exigir a construção de novas estratégias de resistência e de luta daqueles que dependem do trabalho para (sobre)viver. Eis uma tarefa deveras difícil, num cenário histórico marcado pelo acirramento de contradições e crises: o capital não está disposto a fazer quaisquer concessões aos trabalhadores em termos de direitos e de garantias sociais; o Estado exime-se de sua função reguladora e, ao pautar suas ações nas diretrizes neoliberais, acaba deixando os trabalhadores a mercê das regras do mercado; as entidades sindicais encontram-se fracionadas e profundamente debilitadas em seu poder de negociação; a sociedade, por sua vez, convive com a mercantilização do atendimento às demandas sociais e com a individualização das formas de enfrentamento da questão social, enfraquecendo a luta política em nome do voluntariado e da solidariedade.

Impõe-se, portanto, como exigência histórica do nosso tempo, a união da classe trabalhadora, bem como a articulação de suas lutas no campo sindical aos movimentos sociais que mobilizam diversos sujeitos nos seus diferentes embates políticos, buscando confrontar com a lógica do capital, na perspectiva de recriar caminhos de emancipação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte. **Relações de trabalho e relações no trabalho na lógica capitalista contemporânea**: um olhar sobre atendentes do *call center* de uma empresa de telecomunicações. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. In: PAIVA, Jorge. **Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana**. Fortaleza- CE, Instituto Filosofia da Práxis, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. In: ESTANQUE, Elísio... et al. (orgs.). **Mudanças no trabalho e ação sindical**: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização. São Paulo: Cortez, 2005.

Sobre a autora:

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Faculdade Cearense (FaC).

E-mail: monicacavaignac@bol.com.br

RECEBIDO: 31.09.12

APROVADO: 21.12.12

A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE SINDICATOS, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

THE DIALECTICAL RELATIONSHIP BETWEEN UNIONS, CLASS CONSCIOUSNESS AND POLITICAL ORGANIZATION OF WORKERS

Helder Molina*

RESUMO

Estas notas problematizam a contraditória e complexa relação dialética entre sindicatos, partidos, organização e consciência de classe. Coerente com o materialismo histórico e dialético, discutimos que a ruptura estrutural de um modo de produção, não é meramente um evento político, mas um processo social, um movimento prático de transformação, através do qual os trabalhadores adquirem uma percepção de sua existência social, enquanto, ao mesmo tempo, nega e destrói o sistema de dominação. Isto não significa subestimar o papel desempenhado pela teoria mas, preferencialmente, significa colocá-la no devido lugar. A consciência de classe é, portanto, uma síntese, tirada da experiência pessoal adquirida no decorrer de uma prolongada luta, que criticamente revê todo o conhecimento previamente disponível. É indispensável, ao mesmo tempo, que os trabalhadores compreendem a essência da sociedade capitalista, as relações de exploração entre as classes sociais, e suas próprias tarefas históricas¹

Palavras-chave: Trabalho – Sindicalismo – Consciência de Classe – Organização Política.

ABSTRACT:

These notes question the contradictory and complex dialectical relationship between unions, parties, organization and class consciousness. Consistent with the historical and dialectical materialism, we discuss the structural breakdown of a mode of production, is not merely a political event but a social process, a practical movement of transformation, through which workers acquire a perception of their social existence, while at the same time, deny and destroy the system of domination. This is not to underestimate the role played by theory but, rather, it means put in place, Class consciousness is therefore a synthesis drawn from personal experience gained during a prolonged fight that critically

¹ Mao Tse Tung. Sobre a Prática, in Obras Escolhidas, Global, 1988, vol. I, p.323

reviewing all knowledge previously available. It is essential at the same time, that they understand the essence of capitalist society, the relations of exploitation entre social classes, and their own historical tasks

Keywords: Labor Unionism – Class Consciousness – Political Organization

INTRODUÇÃO

TEORIA, PRÁXIS E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

A emancipação dos trabalhadores deve ser obra pelos próprios trabalhadores. Esta afirmação inicial nos estatutos da 1ª Internacional foi escrita por Marx, em 1864. Como Engels ressaltou alguns anos depois, a declaração sintetiza a sua “confiança total no desenvolvimento intelectual da classe operária” Foi esta confiança que os levou a ambos além do manifesto comunista, e se constitui em uma de suas mais originais contribuições ao movimento operário.

De acordo com Marx, os trabalhadores não podem ser educados por uma fonte externa, dada a unidade indivisível entre teoria e prática, a consciência só pode se desenvolver através da práxis (sua própria, e não a de outro alguém) luta, ação e experiência.

A teoria contribui para a construção da consciência de classe, pois oferece uma estrutura que mostra o processo de formação e desenvolvimento da consciência. A teoria marxista, como uma guia de ação para o movimento operário, não pode ser trazida para a luta de classes de fora para dentro, mas, ao contrário, deriva de experiências concretas dos trabalhadores, e reflete-se sobre a experiência para fazer avançar suas próprias lutas.

Assim, então, como este processo pode ser elucidado? Onde pode ser encontrada a forma predominante de consciência de classe? Em cada conjuntura, esta forma de consciência revela a distância entre os dois aspectos da natureza da classe trabalhadora, ou mais precisamente, a contradição entre sua essência e sua existência?

A terceira tese sobre Feuerbach responde, em termos globais: Na práxis concreta da classe. Mas como uma ação empreendida por um sujeito real

coletivo, esta práxis surge fragmentada porque a classe é, na realidade, heterogênea. Está fracionada em grupos mais ou menos contingentes, cujas ações são, por isso, desarticuladas.

A práxis parece complexa porque a classe trabalhadora atua em vários níveis e suas coes têm âmbitos e conteúdos diferentes; embora tente lançar um desafio integrado para esta desarticulação, que é constantemente incentivada pelos sistema como um elemento chave em sua estratégia de dominação.

Aqui, como o risco de retroceder à metafísica do sujeito, é importante estabelecer um ponto básico. Estas afirmações devem ser entendidas dialeticamente, dado que a classe trabalhadora não tem uma identidade histórica que preceda a práxis complexa, fragmentada e concreta .

Assim, a classe não é uma “coisa”, uma categoria estatística que possa ser definida a priori e na qual a “consciência correta” possa ser abstratamente injetada de fora para dentro. A classe é um processo histórico situado num contexto particular. Possui suas próprias características nacionais e é limitada pela especificidade de lutas que emergem das tradições, sistemas de valores, idéias e modos concretos de organizações, e deles se tornam parte.

A consciência de classe, e o projeto emancipatório advindo desta, não é uma determinação histórica, e não está na natureza do processo histórico, ao contrário, tarefa cuja realidade emerge de sua correspondência a uma tendência objetiva de desenvolvimento histórico; embora a maturação de condições concretas possa tornar essa tarefa possível, não a torna necessariamente inevitável.

Quando muito, em princípios bem dialéticos, aquelas condições não podem amadurecer integralmente, sem que a classe trabalhadora desenvolva sua consciência, de maneira a transformar tais condições em meios para sua própria emancipação.

Uma investigação das formas predominantes de consciência de classe pressupõe uma análise histórica de uma multiplicidade de práticas institucionalizadas e não institucionalizadas. Estas práticas não podem ser sintetizadas de forma simplista não só porque essa forma é em si

multidimensional, mas também porque de fatos as dimensões são sempre assimetricamente desenvolvidas. Apesar da extrema dificuldade desta tarefa, ela permanece, não obstante, como pronto de partida necessária para a intervenção política que esteja por se efetivas.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA

A consciência de classe, e a organização política da classe trabalhadora como sujeito coletivo, não pode ser tomada de forma hierarquizada, conforme a elaboram algumas concepções vanguardistas de partido e de sindicato.

Nessa hierarquização, na base estariam as massas trabalhadoras, e no ponto mais alto estará a direção do partido, e entre os dois haveria os sindicatos, operando como correias de transmissão e ligação da “política correta” com as massas.

O sindicato, nesta concepção, é visto como uma camada intermediária, um aparelho instrumental, um elo de mediação, ou de implementação das políticas do partido para as massas. O partido pensa, o sindicato opera, as massas recebem. Esta imagem postula dois conceitos Um deles é o sugerido por níveis mais altos e mais baixos – hierarquia. O segundo é a homogeneidade. Esta imagem é particularmente conveniente às concepções vanguardistas.

Dado que a base é concebida como uma massa inerte, dominada pela ideologia burguesa e capaz de gerar somente demandas econômicas para os quais os sindicatos dão alguma forma coletiva, o partido, veículo através do qual a consciência externa penetra nas massas, controla, logicamente, a totalidade e está situado no ápice da pirâmide.

Esta é a razão porque se torna importante, para os sindicatos, que são organizações de massas, se submeterem ao ápice da pirâmide, desta forma agirem como correio de transmissão entre o partido e seus membros, concedendo uma dimensão política às lutas que, de outro modo, não a teriam.

Historicamente, um vanguardismo invertido lança a hipótese de a revolução ser um ato fundamentalmente político, um freio repentino e violento, que requer uma concentração total de energias para o instante transitório, durante a qual a tomada de poder torna-se possível. O partido é, então Estado-Maior, incumbido de levar adiante o processo de ruptura.

Essa concepção de consciência e organização de classe em compartimentos hierárquicos alimenta a teoria de que a consciência é externa. Tendo o partido como uma vanguarda externa, com o objetivo de estimular a formação e o crescimento de quadros internos produzidos na luta de classes, advindos dela. Seria um equívoco toma-lo como direção apartada da classe, superior e fora do processo concreto desta. Para conquistar as massas, fazendo-as reconhecê-las como lideranças, queiram ou não.

A autonomia e variedade das experiências das lutas dos trabalhadores serão encorajadas a fazer no leito de seus processos coletivos. Numa concepção vanguardista, as massas são forçadas a seguir as palavras de ordem e as doutrinas produzidas por um grupo que se reivindica e se proclama superior a elas.

Assim, quanto mais atenção se der à formação e organização das massas, seja no processo de reflexão teórica, seja na ação prática, respeitando sua diversidade, seu estado de ânimo, estimulando sua unidade, mais possibilidade ela terá de reconhecer no sindicato e no partido aqueles sujeitos legitimados para dirigi-la.

Vemos-nos diante de uma concepção de ruptura essencialmente como evento político, que requer a existência de uma vanguarda, portadora de teoria, consciência, programa e linha revolucionária, e de uma outra, ou de outras, que concebem a ruptura com processo social, político e cultural, de complexas dimensões e diferenciadas durações.

O sujeito coletivo define sua identidade complexa através da mediação e articulação de práticas relativamente autônomas, que têm características particulares, e tendem a se desenvolver assimetricamente.

Duas importantes consequências surgem dessas observações. Uma é que a autonomia dos trabalhadores e a democracia de base não existirão somente como uma função da estrutura de cada nível (massa, sindicato,

partido).Existirão também comum uma função de articulação, mediadora, entre níveis de dentro de uma complexa totalidade que eles próprios constituem e que defini a classe como um sujeito histórico.

A outra consequência destas observações mostra um desenvolvimento desigual daquelas forças sociais. Num certo momento, uma delas pode tender a ser dominante no processo de mobilização de massa, daí, então, indicando as tarefas principais que devem ser cumpridas nessa conjuntura particular.

Assim, por exemplo, durante o período de retração e passividade no movimento dos trabalhadores europeus, que se seguiu às tentativas revolucionárias de 1848 a 1870, Marx e Engels – contrariamente a Lassale – atribuíram um papel central aos sindicatos, e não aos partidos.

NOTAS SOBRE O PAPEL DOS SINDICATOS EM LÊNIN, ROSA LUXEMBURGO E GRAMSCI

Do mesmo modo, em O Que Fazer? há uma base prática colocada para o papel do partido, que corroboram as posições teóricas acima. Lênin afirma que as massas não podem, espontaneamente, transcender a consciência economicista. E, ainda, é significativo que, repetidamente, enfatiza a necessidade de se criar o partido, como unidade da teoria e da ação revolucionária entre as massas.

Sob estas condições, é a consciência espontânea que transcende a atividade consciente da organização social, e é subestimada pelas abordagens economicistas. Daí, Lênin viu a urgência de consolidar um núcleo revolucionário rela, que superaria os métodos de trabalho primitivos dos círculos socialistas, num país onde era necessário atuar clandestinamente, onde um partido nacional dos trabalhadores ainda não havia se formado e onde os poucos sindicatos existentes eram ilegais e maciçamente perseguidos.²

² Lênin, O Que Fazer? p. 18, 427, 436, 442 etc, e especialmente na p.509. Falando das necessidade imediatas e práticas, que estamos analisando, e que foram posteriormente abandonados pelos militantes . Alguns anos depois, Lênin disse que o principal erro cometido por aqueles que fazem polêmicas contra O Que Fazer? é que eles separam totalmente este trabalho de seu contexto histórico específico, de um

A perspectiva de Rosa Luxemburgo (1979) está baseada numa realidade social diferente, e abre uma terceira alternativa. Como militante do movimento social democrático alemão, ela atuou no centro da mais poderosa organização proletária, em sua época. Este caso sempre fascinou Lênin, que se referiu a ele frequentemente em seus escritos.

De acordo com Rosa Luxemburgo (1979), estas foram as forças sociais decisivas em uma situação que ela considerava revolucionária. Enquanto refletia, em 1906, sobre a experiência dos soviets russos um ano antes, e o papel da base e da direção, afirmava que “não é a cúpula, no ápice das organizações e suas federações, mas, antes, é a base, nas massas proletárias organizadas, que se encontra a garantia da unidade real do movimento operária, e sua força política transformadora”.³

Analisando de forma dialética, todas as críticas discutidas até agora, implicitamente desafiam qualquer conceito a priori, de hierarquia. Parece apropriado, contudo considera rapidamente dois problemas complexos e específicos que tende a ser subestimados neste campo. Estes dois problemas consistem na dicotomia estabelecida entre lutas sociais e políticas e no modo pelo qual a espontaneidade está vinculada à uma direção consciente.

A fase monopolista do capitalismo tornou-se a primeira distinção menos relevante. O potencial político, ideológico e econômico. Esse potencial também cresceu, até que os mecanismos principais de controle social passaram a ser subordinados a racionalidade do grande capital.

Isto se evidencia pelos esforços constantes em relação à despolitização dos conflitos que o sistema tem que levar a cabo, Se, por um lado a lógica do desenvolvimento capitalista penetra em todas as esferas da vida social, cada uma delas se torna, por outro lado, uma área possível de lutas políticas que podem lançar esta lógica numa crise. Hoje, mais do que nunca, a dinâmica social da revolução política toma a forma de um processo social.

Gramsci reconhece a vida nos movimentos de massas no terreno político. Também de grande importância a espontaneidade da classe operária e

período concreto no desenvolvimento do partido, que agora pertence ao passado. (V.I Lênin. Obras Completas, Global, p.95)

³ Rosa Luxemburgo. Greve de massas, Partido e Sindicato. Lisboa: Edições Avante, 1979, p. 123).

à sua necessária unidade dialética com uma direção consciente. Tal visão fortalecer a crítica de qualquer concepção hierárquica.

Tal visão fortalece a crítica de qualquer concepção hierárquica de organização que, na prática tolhe todos os níveis de luta, falhando no reconhecimento da especificidade de cada uma. Estritamente falando, não se pode falar de uma diferença de níveis, mas sim de tarefas. As função da vanguarda não é de injetar a dimensão política nas lutas sociais, mas participar, mediar e canalizar o desdobramento de seu próprio potencial político.

Cada conjuntura histórico-social traz uma forma equivalente de consciência de classe. Isso demonstra a complexidade da forma prevalente de consciência de classe. A legitimação das atividades sindicais e a institucionalização do conflito do trabalho contra o capital implicam, na prática, em dar prioridade às demandas econômicas que questiona o próprio modo capitalista de produção. Pela sua própria natureza, a organização sindical tem como base o espaço da produção, mas deve ter como intenção sair para fora dele, e agir para além do econômico-corporativo.

O sindicato se enquadra na lógica do sistema capital. Ao aceitar como seus membros somente aqueles que vendem sua força de trabalho em empresas e ramos produtivos aos quais estão ligados. Nesse sentido, sua função é receber as demandas de grupos específicos de vendedores de força de trabalho e negociar um preço (em forma de salário) para esta mão de obra. Como produto disso, o sindicato, pela sua própria natureza, leva o trabalhador a perceber o seu trabalho diário não como um processo de produção, mas simplesmente como um meio de ganhar dinheiro⁴.

Esta visão só poderia ser contestada somente pelos que menosprezam a especificidade deste nível de luta e pressupõem como papel central do sindicato a luta pela revolução, com um programa maximalista sem mediações com o estado de espírito, a relação de forças e estágio de consciência da classe.

Ao recusar, ou secundarizar o papel do sindicato como negociador da venda da força de trabalho, e a partir dela realizar um processo de

⁴ Gramsci, Sindicalismo e conselhos de fábricas, obras completas, p. 428)

mediação e educação política das massas, no sentido da superação dessa relação, as organizações sindicais abrem mão de uma possibilidade concreta de realizar junto com sua base a experimentação dos limites da luta meramente salarial, sem a qual não haveria um salto de consciência e tomada de posição para superação dessa relação.

Por outro lado, o sindicato atuando apenas no fenômeno salarial, prisioneiro das condições objetivas, e sem uma pressão política, organizada e coletiva, por parte dos trabalhadores, o sindicato tenderia a operar apenas ao nível dos efeitos, e não das causas da exploração capitalista. Utilizando uma linguagem marxista, atacaria os fenômenos, a aparência, e não a essência, a materialidade concreta.

Ao trocar melhores condições de trabalho e ruptura nos processos de produção e gestão, por recompensas monetárias, como bônus, benefício de saúde, cestas básicas, seguros contra acidentes de trabalho, pagamentos de horas extras, etc., submetida à lógica capitalista e aos limites impostos pelo capital.

CONCLUSÃO

O espaço da produção, ou o local de trabalho, por excelência, é o terreno onde se estabelecem e podem ser verificadas empiricamente as contradições da exploração e dominação do capital contra o trabalho. O lugar onde a luta se inicia porque é nele que se condensa o conflito entre o desenvolvimento do caráter coletivo do trabalho, e o controle privado de sua organização, e da apropriação do trabalho do trabalhador na forma de mais valia.

O espaço da produção, a fábrica, como classicamente a conhecemos, é concebida pelo sindicato como lugar primordial que possibilita aos trabalhadores se perceberem como classe, partir do processo de aguçamento das contradições, como parte da totalidade social que deve ser transformada. O lócus da intervenção política, portanto, que deve ser potencializada pela ação organizada e consciente, ao mesmo tempo que é a unidade de produção em que a capacidade criativa dos trabalhadores

encontra-se alienada. Onde a brutalidade da divisão capitalista do trabalho é mais concretamente revelada como uma subutilização programada da potencial energia intelectual dos trabalhadores.

A fábrica, ou o espaço da produção capitalista, é portanto, sua parte mais sensível. A natureza exploradora e repressiva manifesta-se diariamente, e numa tal dimensão que o esforço ideológico dirige-se menos para mascarar estar características que para difundir a imagem de sua inevitabilidade.

A ideologia dominante apresenta tais características como dados puramente técnicos, a fim de desviar a atenção dos trabalhadores para o consumo, para uma falsa satisfação fora do cativeiro do trabalho assalariado capitalista. Sob condições normais, há uma aceitação pragmática desta situação entre os trabalhadores, pela relativa fraqueza neste nível específico de relação de forças.

Os trabalhadores podem ser membros do sindicato, ou de um partido de classe, mas num caso, estarão unidos a partir da condição de vendedores de força de trabalho, dentro de uma unidade disciplinar com métodos de produção e sociabilização restrita e restritiva, porém, paradoxalmente, o lugar onde eles podem se descobrirem como classe. Unidos a partir da fábrica, s descobrem fora dela, no sindicato, atuando organicamente como sujeito coletivo que de fato são.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

_____. Giovanni. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e Inglaterra**, 1^a ed., Boitempo, SP, 1997.

BALADONI, Nicola. **Filosofia da práxis**. Gramsci e o Brasil. Disponível em:

<http://www.acesa.com/gramsci/>.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, vol. 1, n. 3, p. 80-106, 1996.

GOETTERT. J. D., **Cadernos CNTE – História do Sindicalismo**. Brasília-DF: [s.n.], 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Sobre Democracia Operaria e outros textos**. Lisboa: Ulmeiro, 1976. (Biblioteca Ulmeiro, n. 4).

_____. **A reconstrução do materialismo histórico**. Madrid: Taurus, 1986.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY. David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Tradução de Maria Elisa Cevalco e Marcos César de Paula Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CATTANNI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs.). **Dicionário: trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN. V.I. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. Edições Avante; 1986. 8aª Edição. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. Rio de Janeiro: Global, 1976.

LUKACS, G. **As tarefas da filosofia marxista na nova democracia**. Budapeste: [s.n.], 1948.

MARX e Engels. **18 Brumário de Napoleão Bonaparte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Manuscritos de 1844**, n.22, Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, vol. I.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Global, 1990.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, vol. I e II.

MAO TSE TUNG. Sobre a Prática. *In*: Obras Escolhidas. São Paulo: Ed. Global, 1988, vol. I.

MOLINA, Helder. **Metamorfose capitalista e educação dos trabalhadores: a travessia contraditória.** (Uma análise da política de formação da CUT e do programa Integrar no Rio de Janeiro). 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. **Breve História das Lutas e Concepções Políticas dos Trabalhadores no Brasil.** Texto para Curso de Formação Sindical. Rio de Janeiro: Sindpd/RJ, 1999.

_____. **Transição do Sistema Escravista para o Capitalismo Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Programa Integração-CUT, 2001.

THOMPSON, E. P.A. **Formação da Classe Operária Inglesa.** Trad. Denise Bottmann (vols. I e III) e Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo: Paz e Terra, 1987.

* Professorheldermolina@gmail.com

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ); Mestre em Educação (Faculdade de Educação – NEDDATE-UFF); Licenciado e Bacharel em História (Faculdade de História – ICHF/UFF). Professor da Faculdade de Educação da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Assessor de Formação Política e Planejamento de Gestão, Pesquisador e Educador Sindical.

RECEBIDO EM: 07.12.12

APROVADO EM: 27.12.13

DESEMPREGO DE JOVENS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (2000 – 2011)

YOUTH UNEMPLOYMENT IN THE METROPOLITAN REGION OF SALVADOR (2000 – 2011)

Pascoal José Marion Filhoⁱ

Gabriela Schumacherⁱⁱ

Henrique Reichertⁱⁱⁱ

RESUMO

O desemprego entre jovens tem intrigado estudiosos em todo o mundo. No Brasil, o problema também chama a atenção, mesmo durante a expansão econômica. De um modo geral, esse não é um problema local e atinge todas as regiões do País. Neste estudo, a pesquisa avalia o desemprego juvenil total na Região Metropolitana de Salvador (RMS) no período de 2000 a 2011. Faz-se uma análise descritiva baseada em dados do DIEESE (2012). Mais especificamente, apresenta-se uma visão geral do desemprego por faixa etária e determina-se a relação entre o desemprego total juvenil e as demais faixas etárias de adultos. Os resultados da pesquisa mostram que a taxa de desemprego dos jovens na Região Metropolitana de Salvador foi sempre superior a de adultos, uma vez que a menor razão entre as elas ocorreu em 2005 e foi de 1,80 para a faixa de 25 a 39 anos e em 2000 para as demais, com 2,52 e 2,63, respectivamente, para a população de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos. Além disso, mesmo sendo expressiva, foi entre os jovens que ocorreu a menor redução no desemprego (32,2%).

Palavras-chave: Desemprego – Região Metropolitana de Salvador – Jovens.

ABSTRACT

The unemployment among young people has intrigued scholars worldwide. In Brazil, the problem has also drawn attention, even during the economic expansion. In general, this is not a local problem and affects all regions of the country. This study, the research evaluates the total youth unemployment in the Metropolitan Region of Salvador (RMS) in the period 2000 to 2011. It is a descriptive analysis based on data from the DIEESE (2012). More specifically, it presents an overview of unemployment by age group and determines the relationship between the total youth unemployment and other adult age groups. The survey results show that the rate of youth unemployment in the metropolitan region of Salvador was always higher than that of adults, since the

lowest ratio of these occurred in 2005 and was 1.80 for the range of 25 to 39 years and in 2000 for the others with 2.52 and 2.63, respectively, for the population 40-49 years and 50-59 years. Moreover, even though expressive, was among the young that occurred the smallest reduction in unemployment (32.2%).

Keywords: Unemployment – Metropolitan Region of Salvador – Young.

1. INTRODUÇÃO

O elevado índice de desemprego dos jovens pode ser considerado um fenômeno mundial. Estudos de Tokman *et al.* (2003) e OIT (2001) mostram que em praticamente todos os países as taxas de desemprego para os jovens são proporcionalmente maiores do que as registradas para os adultos. Flori (2003), Bastos (2005), Reis e Camargo (2007) e Guiland e Monteiro (2010), entre outros, constataram que esta realidade não é diferente no Brasil.

As justificativas apresentadas para o problema abrangem um espectro amplo entre os autores, alguns focam a formação econômica histórica nacional e outros dão uma explicação mais macroeconômica e identificam nos jovens algumas especificidades para as elevadas taxas de desemprego.

Entre os primeiros encontra-se Arandia (1991), a qual atribui o problema a forma como se constituiu o capitalismo no Brasil. Segundo o autor (p. 148), devido à “[...] concentração de renda, desigualdades regionais, preservação do latifúndio e excludência - formou um mercado de trabalho segmentado e heterogêneo, tanto no plano nacional quanto no regional”.

No segundo grupo de autores estão Braga e Rodarte (2006), os quais justificam a taxa mais elevada de desemprego entre os jovens a partir da falta de experiência, do baixo crescimento da economia, que de alguma forma afeta a todos, e das mudanças estruturais no mercado de trabalho, especialmente decorrente das inovações tecnológicas.

Entretanto, esse não é apenas um problema brasileiro, mas mundial. Portanto, alguns argumentos frequentemente apresentados como de origem local são questionáveis, o que cria a necessidade de mais investigação sobre

as causas do elevado desemprego entre os jovens, pois uma compreensão adequada torna possível o enfrentamento do problema.

O objetivo da pesquisa é avaliar o desemprego juvenil total na Região Metropolitana de Salvador (RMS) no período de 2000 a 2011. Mais especificamente, determinar a evolução do desemprego e relação entre o desemprego dos jovens e as demais faixas etárias de adultos. Justifica-se a escolha da RMS pela necessidade de analisar um caso real, a fim de averiguar se o desemprego dos jovens é realmente superior ao encontrado nas demais faixas etárias da população.

Este artigo está organizado em quatro seções, sendo esta introdução a primeira delas. Apresentam-se o referencial teórico e a metodologia na segunda seção. O desemprego juvenil na Região Metropolitana de Salvador está na terceira seção. E, por fim, a quarta seção traz as conclusões da pesquisa.

2. O DESEMPREGO JUVENIL E A METODOLOGIA

2.1 O desemprego juvenil e as suas causas

2.1.1 Considerações gerais a respeito do desemprego juvenil

Denomina-se desempregado a pessoa que se encontra numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade ou que exerce trabalhos irregulares com desejo de mudança. O DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2012) considera desemprego total a soma do desemprego aberto com o desemprego oculto (pelo trabalho precário e desalento). O desemprego aberto existe se as pessoas procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. O desemprego oculto pelo trabalho precário abrange as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos trinta dias anteriores ao dia da pesquisa e que realizam de forma irregular trabalho remunerado ou algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício. O desemprego oculto pelo desalento agrega pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho.

Considera-se jovem o indivíduo com idade entre 16 e 24 anos e adulto aquele que possui idade igual ou superior a 25 anos. O limite inferior de 16 anos deve-se à idade mínima legal¹ para participar no mercado de trabalho brasileiro (FEE, 2011). Entretanto, o DIEESE considera como população em idade ativa as pessoas com 10 anos e mais.

As taxas de desemprego juvenil tradicionalmente têm sido mais altas do que a de adultos e idosos em todo o mundo. Segundo Ribeiro e Juliano (2005), em 1998, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a taxa de desemprego para os jovens foi o dobro da registrada para os adultos. Tokman *et al.* (2003) ratifica que o fenômeno das altas taxas de desemprego entre os jovens é universal e que atinge quase todos os países, com exceção da Alemanha, onde a taxa de desemprego é similar a da população total.

Flori (2003) afirma que no Brasil após a implantação do plano real as taxas de desemprego dos jovens não diminuíram, e cita que o problema é visto pelos especialistas como um grave problema social, que afeta tanto as economias em desenvolvimento como as desenvolvidas.

Para Braga e Rodarte (2006), o segmento dos jovens é um dos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho. As causas são o elevado excedente de mão-de-obra e à perda de oportunidades ocupacionais em empregos regulares. Estes autores apontam que a falta de perspectiva dessa parcela da população com relação ao mercado de trabalho é um dos principais fatores de segregação social. A OIT (2001) também relaciona o desemprego e a baixa empregabilidade dos jovens a problemas sociais, tais como a violência e a prostituição, o que gera um nível de vulnerabilidade que, em alguns países, ameaça a estabilidade social e o progresso econômico.

Guilland e Monterio (2010) identificaram em vários estudos que mesmo entre os jovens existe desigualdade em relação ao desemprego. Os mais pobres começam a trabalhar com idade precoce para ajudar na sobrevivência da família, o que limita as suas oportunidades de estudo e de

¹ A proibição do trabalho do menor de 16 anos foi implementada pela Lei nº 10.097, de 19.12.00, oriunda do Projeto de Lei nº 2.845/2000, e pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho e Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho nº 6, de 05.02.01, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

renda, além de trazer problemas futuros de relacionamento, psíquicos e de conduta. Os mais ricos retardam a saída da casa dos pais, principalmente no caso das mulheres, e investem na formação e na carreira profissional.

Portanto, em relação ao desemprego juvenil existem várias particularidades a serem entendidas, algumas tem características comuns e independem do nível de desenvolvimento econômico e social do país ou da região, outras têm a ver com a cultura e as leis que regem o mercado de trabalho. Isso por si só demonstra que não se trata de um problema de fácil solução.

2.1.2 Possíveis causas das elevadas taxas de desemprego entre os jovens

Na busca pelas causas do maior desemprego juvenil, Tokman *et al.* (2003) identificam quatro determinantes:

i) a dinâmica insuficiente da economia e as características do crescimento. O autor chama estas causas de gerais, o crescimento aparece como fator necessário para a geração de emprego, ele deve ser rápido e sustentado, mas por si só não é suficiente;

ii) as exigências e expectativas dos jovens em relação ao emprego esperado. Sobre essa questão o autor enfatiza os desajustes existentes entre as expectativas dos jovens e a realidade do mercado;

iii) a insuficiência do capital humano, tanto de educação como de experiência. Essa afirmação corrobora a de outros autores, o baixo tempo de permanência na escola e a pouca experiência de trabalho, são fatores determinantes na entrada dos jovens no mercado de trabalho e são cruciais quando se fala na qualidade e remuneração do trabalho que porventura venha a ser exercido por esse jovem. Neste sentido, a importância da educação é clara, pois quanto maior a qualificação profissional, melhores empregos e salários; e,

iv) os fatores relacionados com a rigidez do mercado de trabalho, os custos de contratação e demissão e os baixos salários. Nesta parte, o autor coloca que existem efeitos discriminatórios que dificultam a criação de oportunidades de trabalho para os jovens. A rigidez está vinculada à regulação

do mercado, quando se fala em disponibilidade de contratos de trabalho, que encarecem os custos de contratação e demissão; na distribuição da jornada de trabalho, distribuição essa que não favorece o jovem que precisa aprender e geralmente estudar; e a fixação dos salários mínimos, referente a salários pagos aos jovens e aos trabalhadores menos remunerados.

Bastos (2005) atribui às elevadas taxas de desemprego juvenil a vários fatores: i) a falta de experiência anterior de trabalho; ii) a prioridade nas demissões pelo menor tempo de serviço; iii) a maior desistência na procura de emprego em períodos de baixa absorção de mão-de-obra; iv) a dificuldade de adaptação dos jovens às necessidades das empresas; v) a maior escolaridade dos jovens; vi) a versatilidade exigida do empregado; e, vii) a perda de capacidade de trabalho gerada pelo desemprego. As justificativas apresentadas pelo autor, segundo a ordem dos fatores apresentados, são as seguintes:

i) na escolha de um novo funcionário as empresas tendem a escolher os adultos, pois estes, ao contrário da maioria dos jovens, já têm alguma experiência de trabalho anterior;

ii) quando a economia entra em recessão ou tem baixo crescimento econômico, os jovens ficam mais suscetíveis a perda do emprego, pois têm menos tempo de serviço;

iii) os jovens tendem a deixar de procurar emprego em períodos de baixa procura de mão-de-obra, pois nesta situação se amplia entre eles o desalento pela procura por trabalho devido à ausência de perspectiva de obter um emprego;

iv) os jovens procuram empregos que lhes agradem e exigem mais do trabalho ofertado, especialmente se tem alta escolaridade, e as empresas procuram mão-de-obra que lhes seja útil;

v) a alta escolaridade dificulta a ocupação dos postos de trabalho destinados aos menos escolarizados, situação esta que empurra o grupo com menos estudo para o desemprego;

vi) a mudança do perfil do empregado exigido pelas empresas, versátil e dinâmico, em detrimento do especializado;

vii) a deterioração dos atributos do trabalhador, enquanto trabalhador ativo, durante o tempo que fica desempregado. Deterioração esta que causa sequelas negativas, perda de habilidades entre elas, podendo gerar inclusive um desemprego futuro.

Para Flori (2003), a alta taxa de desemprego juvenil decorre da elevada rotatividade dos jovens no mercado de trabalho (entrada e saída do emprego) e não da dificuldade de se conseguir o primeiro emprego. Além disso, mostra que a duração do desemprego dos trabalhadores jovens é muito semelhante a dos adultos. Com isso, conclui que a diferença entre as taxas de desemprego está relacionada à entrada no desemprego, pois a dos jovens é maior e tem como principal motivo a saída do emprego em busca de uma ocupação estável.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Ribeiro e Juliano (2005) afirmam que a probabilidade de um jovem abandonar o seu emprego é maior que a dos adultos, o que segundo os autores caracteriza uma incapacidade dos jovens de manterem seus empregos. Nesse ponto eles concordam em parte com Flori (2003), mas discordam de que o elevado desemprego juvenil está relacionado à alta rotatividade no mercado.

Segundo Braga e Rodarte (2006), as causas do alto desemprego juvenil são: a falta de experiência em ocupação formal, o baixo crescimento da economia brasileira e as mudanças estruturais no mercado de trabalho brasileiro. Os autores explicam que o baixo crescimento econômico aumenta a informalidade e o trabalhador ganha cada vez menos, pois existe uma grande oferta de mão-de-obra não especializada e pronta para assumir o serviço se esse trabalhador não quiser se sujeitar ao baixo salário. A informalidade, como o próprio nome já diz, tende a manter esse trabalhador a margem das leis trabalhistas. Sem a proteção da lei o trabalhador torna-se parte importante e preocupante no processo de precarização do trabalho. Com relação ao fato dos adultos ocuparem os postos destinados aos jovens, a explicação reside um pouco na falta de experiência dos jovens e no fato dos adultos terem hábitos de trabalho mais sedimentados. Os autores também citam a exigência maior das empresas em geral, com educação e formação profissional, como agravante do desemprego dos jovens.

Reis e Camargo (2007) concluíram que a alta taxa de desemprego entre os jovens está relacionada à incerteza por parte dos empregadores quanto à produtividade entre grupos com diferentes qualificações. Os menos qualificados apresentam baixa incerteza quanto à produtividade, pois apresentam pouca diferenciação entre os indivíduos. No entanto, a medida que cresce a qualificação aumenta a exigência das firmas quanto a informações sobre a qualidade dos trabalhadores. Os resultados da pesquisa mostram que os trabalhadores semi-qualificados são os mais afetados no emprego quando o país busca a estabilização na inflação.

Para Guiland e Monteiro (2010), existem várias causas para o elevado desemprego juvenil, sendo que algumas delas já foram citadas por outros autores. Entre as destacadas pelos autores, tem-se: o elevado índice de natalidade em um mercado de baixa absorção de mão-de-obra; a alta taxa de rotatividade, algumas vezes relacionada à opção de desemprego voluntário para maior qualificação; a baixa escolaridade, associada frequentemente as classes menos favorecidas; a situação financeira precária da família, o que acelera a necessidade de buscar próprio sustento com rapidez; e poucas atividades de lazer em grupos sociais, como igrejas e comunidades, o que eleva os casos de criminalidade, depressão e abuso de álcool, quando o desemprego é de longa duração, e reduz a possibilidade de novos empregos.

2.2 A metodologia e a base de dados

A opção metodológica de limitar o estudo à Região Metropolitana de Salvador (RMS) está fundada na importância desse espaço geográfico para a Bahia e para a Região Nordeste brasileira. Assim, entende-se que a região se presta à análise da evolução da taxa do desemprego juvenil e das demais taxas de desemprego de adultos. A ênfase nesses aspectos não anula e tampouco diminui a importância e a necessidade de esforços com vistas a captar especificidades regionais, o que remete a estudos comparativos inter-regionais.

Faz-se uma análise descritiva do desemprego a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador

(PED/RMS), publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012). A PED considera jovens as pessoas com idade entre 16 e 24 anos e adultos as faixas etárias: de 25 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos e de 60 anos e mais. Nesta pesquisa, pela disponibilidade de dados, consideram-se as três primeiras faixas de adultos.

A PED é uma pesquisa amostral domiciliar, a qual é realizada com periodicidade mensal na RMS. Uma das características mais relevantes da PED refere-se ao fato de utilizar uma concepção mais ampla de desemprego, o que permite um maior poder explicativo em mercados de trabalho pouco estruturados, como o brasileiro (HOFFMANN *et al.*, 2002 *apud* BASTOS, 2005).

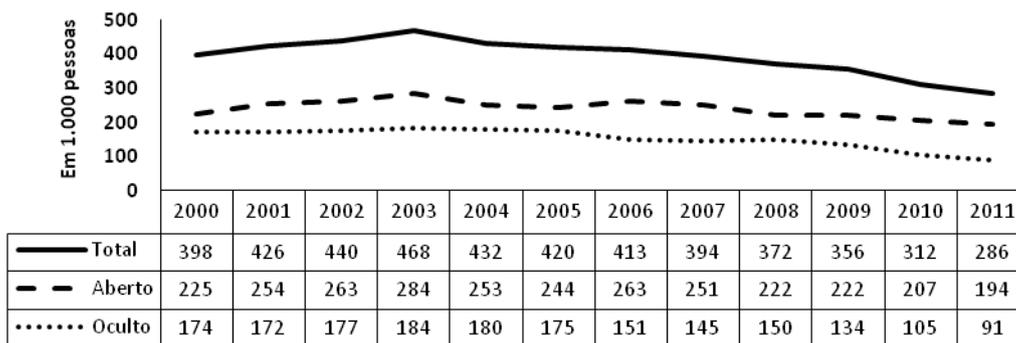
Utilizam-se também dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (2012) para a Região Metropolitana de Salvador, para dois grupos de jovens, de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, visando ampliar a avaliação do desemprego juvenil na região.

3 O DESEMPREGO JUVENIL NA RMS

3.1 Uma visão geral do desemprego

Em 2003, a Região Metropolitana de Salvador atingiu o maior número de desempregados de todo o período analisado, aproximadamente, 468.000 pessoas (Gráfico 1), incluindo todas as faixas etárias da população e os tipos de desemprego. A justificativa para o elevado desemprego em 2003 tem a ver com as eleições presidenciais ocorridas em 2002 e a aceleração da inflação. Durante a disputa os candidatos se comprometeram a combater a inflação assim que assumissem a presidência, e foi o que fez o novo governo, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). A partir da posse, foi implantada uma política econômica restritiva com a finalidade de reduzir a demanda e desacelerar o aumento de preços, o que contribuiu para elevar o desemprego.

Gráfico 1 – Número de desempregados por tipo de desemprego, em 1.000 pessoas

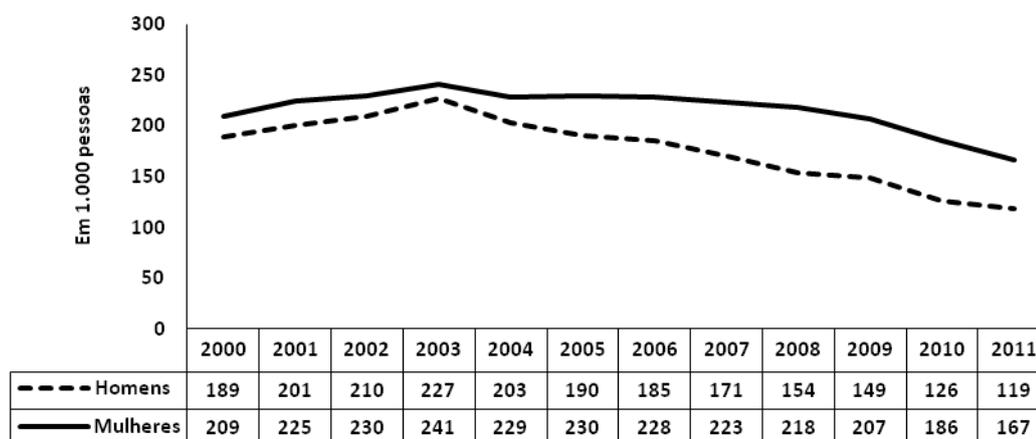


Fonte: Elaborada pelos autores com dados do DIEESE (2012).

Assim que a inflação cedeu, o governo passou a estimular a economia e o desemprego caiu continuamente, mesmo durante a crise internacional de 2008/2009. Comparando o desemprego total de 2003 com o de 2011, verifica-se que ele caiu 39%. No entanto, o desemprego oculto (por trabalho precário ou desalento) caiu 51%, o que mostra uma melhoria no mercado de trabalho da região.

Quando se analisa o comportamento do desemprego segundo o sexo (Gráfico 2), verifica-se o mesmo comportamento identificado no Gráfico 1, ou seja, uma redução no desemprego de homens e mulheres. Entretanto, mesmo apresentando uma dinâmica semelhante, constata-se que o número de desempregados entre mulheres é superior ao dos homens em todo o período.

Gráfico 2 – Número de desempregados (em 1.000), segundo o sexo, na RMS – 2000-2011

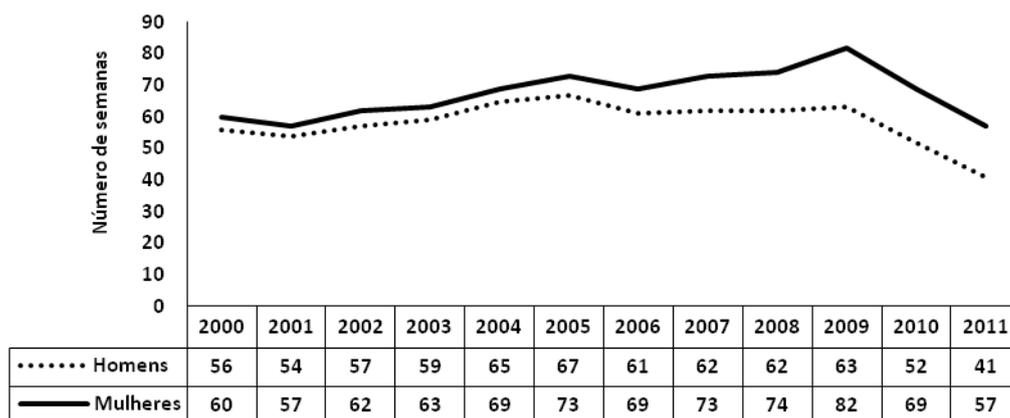


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do DIEESE (2012).

Avaliando-se a queda do desemprego de 2011 com base no ano de 2003, tem-se uma queda de 48% no número de desempregados homens e de

31% para as mulheres. Portanto, além de ter um maior número de desempregados, as mulheres tiveram maior dificuldade para conseguir um trabalho, o que pode ser confirmado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número médio de semanas de procura por trabalho, segundo o sexo



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do DIEESE (2012).

As mulheres também levam mais tempo para encontrar trabalho do que os homens. No entanto, quando se compara o Gráfico 3 com os anteriores, percebe-se que o número de semanas a procura de trabalho cresceu para ambos os sexos até 2005, para depois cair, embora a queda mais acentuada tenha ocorrido nos últimos dois anos da pesquisa.

Assim, de modo geral, pode-se afirmar que o desemprego caiu a partir de 2003, que o número de mulheres desempregadas é superior ao dos homens e que elas levam mais tempo, em média, para conseguir trabalho na Região Metropolitana de Salvador.

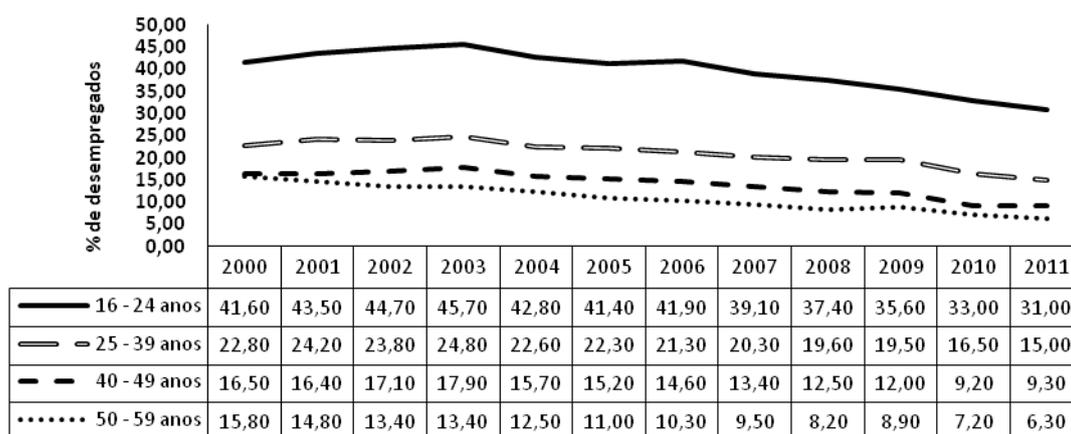
3.2 O desemprego juvenil

A taxa de desemprego da população juvenil (de 16 a 24 anos) atingiu o máximo em 2003 e chegou a 45,7% na RMS. Desde então vem caindo e terminou 2011 com uma taxa de 31,0 %, a mais baixa do período, uma queda de 14,7 pontos percentuais ou de 32,2%.

Nas demais faixas etárias da população a dinâmica da taxa de desemprego foi semelhante a dos jovens, mas os percentuais foram menores

(Gráfico 4). Na faixa etária de 25 a 39 anos, a maior taxa de desemprego foi de 24,8% (em 2003) e a menor foi a de 2011, com 15,0%. Nas demais, de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos, o percentual de desempregados foi inferior ao da população mais jovem, mas a trajetória apresentada foi muito parecida, com queda mais acentuada a partir de 2003.

Gráfico 4 – Taxas de desemprego de jovens e adultos na RMS (%) – 2000-2011



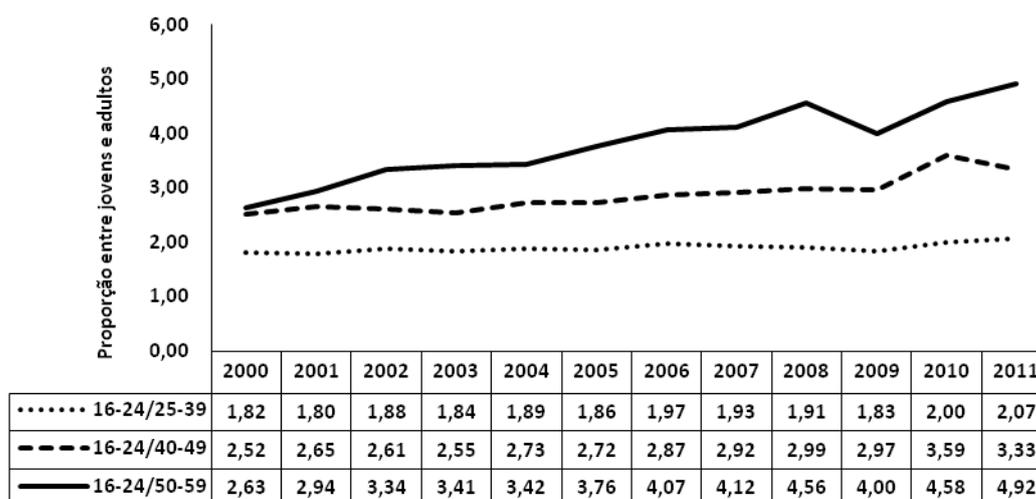
Fonte: Elaborado pelos autores com dados do DIEESE (2012).

Apesar das trajetórias paralelas do desemprego para as várias faixas etárias analisadas, em termos percentuais a queda foi maior na faixa de 50 a 59 anos (53,0%), quando comparada com a dos jovens (32,2%), a população de 25 a 39 anos (39,5%) e de 40 a 49 anos (48,0%). A redução no desemprego da região está diretamente associada ao desempenho econômico, ou seja, foi a expansão da produção, impulsionada pela demanda, que fez aumentar a oferta de postos de trabalho. Segundo dados do IBGE (2012), de 2003 a 2011 o Brasil cresceu 39,28% em termos reais e a Bahia cresceu 42,40%, ou seja, o Estado teve um dinamismo superior ao nacional. Utilizando o mesmo deflator implícito da Bahia para o município de Salvador, constata-se que o Município teve um crescimento de 26,35% no período de 2003 a 2009. Portanto, mesmo não tendo a mesma base de dados e deixando fora o ano de 2010, o de maior crescimento nos últimos anos, verifica-se que a região cresceu mais do que o País no período (26,10%).

O diferencial de incidência do desemprego entre jovens e adultos é expressivo e está de acordo com o padrão internacional. No ano de 2011,

verifica-se no Gráfico 5 que a razão entre a taxa de desemprego dos jovens e de adultos com idade entre 25 e 39 anos era de 2,07, ou seja, entre os jovens a taxa de desemprego é superior ao dobro. Quando a relação é calculada entre jovens e adultos de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos, a proporção passa para 3,33 e 4,92 vezes, respectivamente.

Gráfico 5 – Relação entre a taxa de desemprego total dos jovens e adultos na RMS – 2000-2011

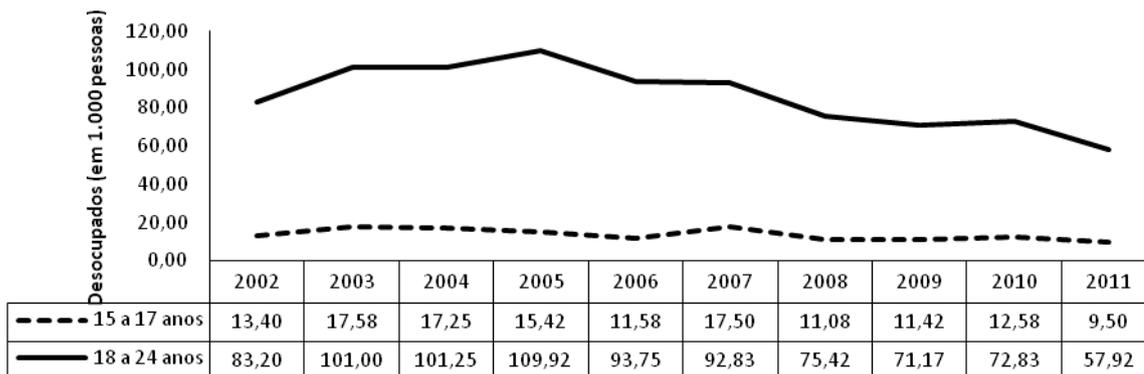


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do DIEESE (2012).

Pode-se também perceber no Gráfico 5 que a proporção entre as taxas de desemprego variaram ao longo do tempo e que o resultado da razão entre as taxas de desemprego de jovens e adultos com mais de 40 anos teve um crescimento mais acentuado, especialmente no final do período. Isso pode ser explicado pela redução mais acelerada na taxa de desemprego entre os adultos, já analisada no gráfico anterior.

No Gráfico 6, verifica-se que o número de jovens desocupados caiu nos últimos anos da série, especialmente para a faixa etária de 18 a 24 anos, e de forma mais acentuada em 2011. O IBGE (2012) considera como desocupado aquela pessoa que não está trabalhando, mas está disponível para assumir um trabalho e para isso tomou alguma providência efetiva no período de referência de 30 dias.

Gráfico 6 – Média anual de pessoas desocupadas na semana da pesquisa por grupos de idade, no período de 2002 a 2011 (em 1.000 pessoas)



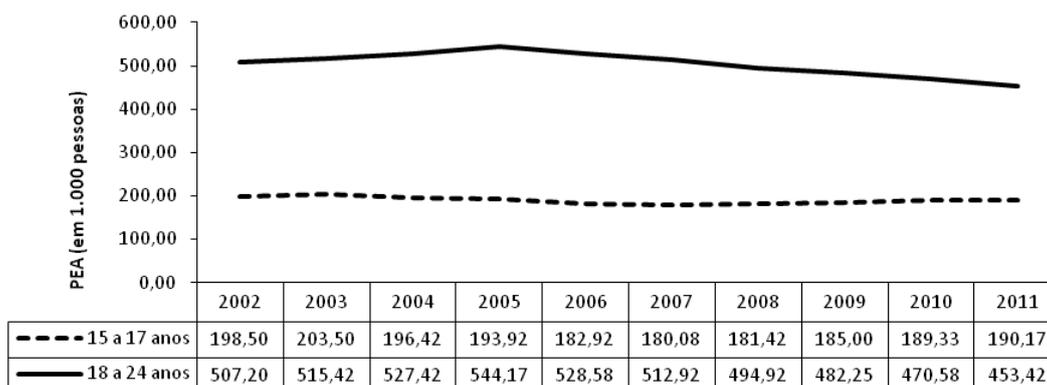
Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (2012).

Em 2002, o número de jovens desocupados era de 83,20 mil pessoas e em 2011 caiu para 57,92 mil, para os jovens de 18 a 24 anos, uma queda de 30,38%. No grupo com idade entre 15 e 17 anos também houve uma redução no número de desocupados de 13,40 mil em 2002 para 9,50 mil em 2011, o que representa uma queda de 29,10%.

A evolução do número de desocupados tem uma relação direta com a expansão da população economicamente ativa (PEA), ou seja, quanto maior a PEA maior o número de pessoas desocupadas, a não ser que o mercado de trabalho absorva integralmente os novos ingressantes. Segundo IBGE (2012), fazem parte da população economicamente ativa as pessoas ocupadas na semana de referência e as pessoas desocupadas nessa semana com procura de trabalho no período de referência de 30 dias.

No Gráfico 7 está representado o número de jovens de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos considerados como PEA. Nele, para o grupo de jovens de 18 a 24 anos, constata-se que o número de pessoas vem caindo desde 2005.

Gráfico 7 – Média anual da população economicamente ativa (PEA) nos grupos de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos (em 1.000 pessoas) – 2002 a 2011



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (2012).

O mesmo não vem ocorrendo com o grupo de jovens de 15 a 17 anos, pois, a PEA caiu até 2007 e a partir de 2008 voltou a crescer. Esse comportamento pode estar relacionado à maior busca de trabalho, pelo desejo do próprio sustento ou de contribuir para o orçamento da família, ou devido ao crescimento mais acelerado da população mais jovem. Esse aumento da PEA, nessa faixa etária, ajuda a explicar a queda menos acentuada do número de desocupados, especialmente no período de 2008 a 2010.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa avaliou a evolução do desemprego juvenil total na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no período de 2000 a 2011, e concluiu que a população jovem sempre teve uma taxa de desemprego superior a dos adultos, resultado já esperado, segundo a literatura especializada, especialmente quando é comparada aos grupos de maior faixa etária, de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos.

Em termos gerais, o desemprego total (aberto e oculto) caiu 39% na Região Metropolitana de Salvador, quando se compara o número de pessoas desempregadas em 2003 com o de 2011. No entanto, o desemprego oculto caiu 51% no mesmo período, o que indica o efeito positivo do crescimento econômico de Salvador (26,35% de 2003 a 2009), o principal pólo da região, sobre o mercado de trabalho. Constatou-se também que o desemprego dos homens é do que das mulheres e que ele caiu para ambos os sexos, em 48% e 31%, respectivamente, de 2003 para 2011. Além disso, em 2011, as mulheres levavam, em média, 57 semanas para conseguir um emprego e os homens 41 semanas.

A taxa de desemprego entre os jovens vem caindo na RMS, pois passou de 45,7% em 2003, a maior da série, para 31,0% em 2011, a menor, uma queda de 32,2%. Mesmo assim, ela está distante das taxas obtidas para a população adulta, especialmente se comparada a da faixa de 50 a 59 anos, que foi de 6,3% em 2011.

Em termos proporcionais, a menor razão entre as taxas de desemprego de jovens e adultos foi de 1,80 em 2001, com adultos de 25 a 39 anos, o que indica que a taxa de desemprego dos jovens é 1,8 vezes maior do que a do referido grupo de adultos. A maior relação foi de 4,92 em 2011, entre as taxas de jovens e adultos de 50 a 59 anos.

No período de 2002 a 2011, o número de jovens desocupados caiu 29,10% para o grupo de 15 a 17 anos e 30,38% para o de 18 a 24 anos, ratificando a tendência observada com dados da pesquisa do desemprego do DIEESE. Com relação à evolução da população economicamente ativa (ocupados e desocupados) para essas duas faixas etárias de jovens, constatou-se que ela está em declínio, quando se compara o número de pessoas de 2002 com o de 2011. No entanto, a partir de 2007 a PEA dos jovens de 15 a 17 anos aumentou de 180,08 mil pessoas em 2007 para 190,17 mil em 2011, o que mostra que cresceu o número de pessoas procurando trabalho e a ocupação, já que o número de desocupados caiu. Para os jovens de 18 a 24 anos a PEA caiu de 512,92 mil pessoas para 453,42 mil em 2011.

Os resultados da pesquisa mostram também que a situação vivida pelos jovens na Região Metropolitana de Salvador é similar a de outras regiões do País e de outros países. Entretanto, deve-se pesquisar mais sobre esse grupo e as suas especificidades, já que ele não é homogêneo, pois agrega várias classes sociais e qualificações.

REFERÊNCIAS

ARANDIA, A. K. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e os planos de estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**. v. 18, n. 4., Porto Alegre, 2001. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/380/612>>

Acesso em: 02 ago. 2011.

BASTOS, R.L.A. Desemprego juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2005.

BRAGA, T.S.; RODARTE, M.M.S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das Regiões Metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa e debate**. v. 17, n. 1, p. 103-123. São Paulo, 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://dieese.org.br/ped/pedmet.xml>> Acesso em: 01 jul. 2012.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **FEEDADOS**. 2011. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp> Acesso em: 01 jul. 2011.

FLORI, P.M. **Desemprego de Jovens: um estudo sobre dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2003.

GUILLAND, R.; MONTEIRO, J. K. Jovens e desemprego: estado da arte. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, v. 10, n. 2, jul./dez., 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> Acesso em: 22 jul. 2012.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. 2. ed. Brasília: OIT, 2001.

REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. **Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de**

informação. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, out./dez, 2007.

RIBEIRO, R.; JULIANO, A. A. Desemprego juvenil e impactos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 47-76, jun. 2005.

TOKMAN, V.E.; CORROCHANO, M.C.; GOUVÊA, J.L. **Desemprego juvenil no Cone Sul**: uma análise da década. Opções Prosur / Fundação Friedrich Ebert / ILDES. Brasil, 2003.

Sobre os autores

- i. Pascoal José Marion Filho. Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/ USP). Professor Associado 4 da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Rua Floriano Peixoto, 611, ap. 303. CEP: 97010-310. Santa Maria, RS. Email: pascoaljmarion@yahoo.com.br.
- ii. Gabriela Schumacher. Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Rua Duque de Caxias, 1451, ap. 402. CEP: 97.015-190 – Santa Maria, RS. Email: gabi.schumacher@hotmail.com.
- iii. Henrique Reichert. Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Rua Felipe de Oliveira, 601/102, CEP: 97.015-250 - Santa Maria (RS). henrique_rt@ymail.com.

RECEBIDO EM: 21.12.12

APROVADO: EM 07.01.13

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA NA PSIQUE DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS

ASPECTS OF DEVELOPMENT POLICY IN THE PSYCHE OF AWARENESS OF PEOPLE LIVING WITH HIV / AIDS

Carlos Celso Serra Azul Machado Bezerraⁱ

Roberto Kennedy Gomes Francoⁱⁱ

Iara Serra Azul Machado Bezerraⁱⁱⁱ

RESUMO

A politização de portadores do vírus HIV é um fenômeno que ganha notoriedade nacional e internacional. O presente estudo consiste, a partir da análise e descrição dos movimentos em defesa dos portadores de retrovíruses, em uma revisão de literatura com temas correlatos da psiquiatria e das ciências políticas. Fica patente que, especificamente para os ativistas, o diagnóstico retroviral foi um fator precipitante de todo um rearranjo social e pessoal, que propiciou a construção de uma consciência política. Surge a necessidade de novos estudos para correlacionar dados sócio-demográficos e a experiência de politização em portadores do HIV.

Palavras-chave: Politização – Consciência – Pauperização - Portadores do HIV.

ABSTRACT

The politicization of HIV carriers is a phenomenon gaining national and international reputation. The present study is, based on the analysis and description of movements in defense of those with retroviruses, in a review of literature with related themes of psychiatry and political science. It is clear that, particularly for activists, retroviral diagnosis was a precipitating factor of an entire social and personal rearrangement, which allowed the construction of a political consciousness. Comes the need for new studies to correlate socio-demographic data and experience of politicization in HIV patients.

Keywords: Politicization – Consciousness – Impoverishment - Carriers of HIV.

INTRODUÇÃO

Entendendo a sociedade como um conjunto de relações interpessoais e multifacetárias, em uma dada *superestrutura* dotada de múltiplas conotações culturais e temporais, pode-se depreender um caráter formativo dos inúmeros fenômenos sociais baseados em parâmetros individuais e compartilhados. Eventos provocados dentro de uma realidade em vigência podem engendrar inúmeras reações populares, estas, em casos específicos, assumindo um caráter organizacional ao originar linhas de lógica e condutas diante os desafios interpostos a um grupo, este podendo evoluir e agregar às suas ações uma capacidade de modificação do meio, passando a potencializar suas qualidades de agentes históricos.

Muitos são os exemplos de como um determinado grupo de pessoas reage à uma realidade imposta, tal ocorrido, muitas vezes, pode agrupar indivíduos, antes alheios entre si, em torno de um caractere agora comum. Um célebre caso foi a formação dos movimentos operários, estes compartilhavam a característica de vender *mão-de-obra* e despender *mais-valia*, e suas organizações foram uma forma de reagir à sangria capitalista no recorte de tempo da revolução industrial. O fenômeno supracitado guarda o processo particular da formação da consciência política, objeto de estudo do presente artigo.

É de patente importância compreender a forma de como as mudanças sociais modificam e são modificadas pelo processo da politização de classe, esta, muitas vezes, proveniente da luta deflagrada pelos antagonismos intra-sociais resultantes da *exploração do homem pelo homem*, pois o aprendizado histórico dos diferentes níveis de formação da consciência política evidencia, de certa forma, o que tem feito com que a opressão do explorado pelo explorador tenha sido socialmente criticada, combatida, reformada e até historicamente revolucionada. Dessa forma, há um alargamento conceitual acerca das contradições do processo de formação da consciência dos seres humanos. Para Marx (2007), isto se processa por que: “a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social”.

Como o trecho citado pelo cientista político Karl Marx demonstra, a consciência ético-filosófica humana é modulada, também, pelos fatos

pertinentes à vida social. Também de acordo com ideias citadas acima, o diagnóstico firmado de retrovírose pode ter sido um fato suficiente para algumas modificações de concepções pessoais, além de redimensionar conceitos pré-estabelecidos, repercutindo, em alguns casos, na formação de grupos cujo objeto define-se na luta por direitos até ainda não constituídos, formações essas que obedecem um princípio matemático de inclusão, ao compartilhar o diagnóstico retroviral, e o caráter coletivo do engajamento.

A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS PORTADORES DO VÍRUS HIV

Originou-se no recorte histórico de transição do século XX para o XXI, o fenômeno de politização do processo de adoecimento dos portadores de retrovíroses. Emerge deste *novo movimento social* (GOHN, 2007), a denúncia de que hoje o HIV/AIDS se alastra sem controle nos segmentos mais excluídos da sociedade brasileira, ou seja, o HIV dissemina-se desenfreadamente nos setores historicamente excluídos. Assim, os antagonismos da AIDS têm relação direta, fundamentalmente, com a luta da classe pobre por melhores condições de vida, saúde e educação. Neste panorama, o grau de vulnerabilidade social às doenças é maior exatamente nos grupos não hegemônicos de nossa sociedade.

Segundo (FRANCO, 2010), essa evolução epidemiológica da infecção pelo HIV, caracterizada por crescente incidência da epidemia junto às camadas de baixa renda e com baixos níveis de instrução, é chamada de PAUPERIZAÇÃO da AIDS. Esta denúncia fica mais clara, quando analisamos o Boletim Epidemiológico de 2008, documento divulgado pelo Ministério da Saúde. No Boletim, entre outros elementos, fica evidente o fato de que, oficialmente, mais de 50% da população sorologicamente positiva para o HIV têm nível de escolaridade que não chega aos oito anos de letramento, ou seja, que não concluíram nem o ensino fundamental.

Dessa forma, o caráter politizador do Movimento Social de Luta em favor dos portadores do vírus HIV, particularmente a experiência da RNP+Brasil (Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS), mesmo com certo grau de limitação em suas reivindicações e atuações, é pertinente por

constituir uma forma de oposição aos métodos das políticas voltadas à assistência pública, muitas vezes embebidos por interesses da lógica capitalista de mercantilização do estado, repercutindo em baixos investimentos, desvios de finalidades, dentre outras formas de precarização da atenção à saúde. Vale citar a grande conquista constitucional que foi a aprovação do Sistema Único de Saúde (SUS), até hoje em processo de implementação, sofrendo de restrições orçamentárias e desvios conceituais de metas político-econômicas, porém em constante evolução embalado, dentre outros fatores, por muitos movimentos sociais e pelo crescente conceito de direito constituído que os cidadãos brasileiros passam a ter de sua saúde, que assume um caráter de obrigação do estado.

Origina-se deste panorama a formação de um ativismo/militância consciente e de luta política em favor dos portadores do vírus da imunodeficiência adquirida e não mais de passividade ante a sorologia positiva para o HIV no Brasil e no Mundo. Ressalta-se o fato de que esta luta guarda vínculo temporal direto com os registros historiográficos dos primeiros casos de HIV/AIDS em 1982. Tem-se também neste momento a insurgência das primeiras ações comunitárias de combate e prevenção do HIV/AIDS. De acordo com Terto Jr. (1995, p. 32), *um dos primeiros trabalhos comunitários que se tem registro no Brasil foi realizado pelo grupo gay Outra Coisa, em 1983 já distribuía folhetos com informações sobre a doença e as formas de prevenção.*

Ainda na década de 1980, Parker e Galvão (1997, 2000) mencionam, além do grupo Outra Coisa, o Grupo SOMOS e ainda o Grupo Gay da Bahia (GGH), como partícipes e responsáveis pelas primeiras iniciativas de respostas organizacionais comunitárias. Em 1985 estas respostas comunitárias ganharam projeções nacionais. Fato justificado em parte pela crescente divulgação do número de pessoas infectadas e em parte pela iniciativa mais consolidada de organizações de base comunitária de entidades de forte impacto social. O Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA/SP), datado de 1985, é a primeira organização não governamental voltada aos portadores de HIV articulada no Brasil. Tem-se o surgimento da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), presidida pelo ex-exilado político

Herbert de Sousa (Betinho), sendo a primeira experiência associativista criada por pessoas vivendo com HIV/AIDS. Em 1989, proveniente do Rio de Janeiro, emerge o grupo Pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente e AIDS), como importante ação do militante da luta armada contra a ditadura, Herbet Daniel, que, ao se descobrir com HIV, tornou-se um ativista emblemático na luta contra as consequências sociais da SIDA. Todas estas formas de associativismo têm sua práxis voltada ao combate da epidemia (prevenção, disseminação, preconceito e descaso de políticas públicas de governo).

Este movimento, para Jane Galvão (1994, p. 343), tem relação direta

[...] com as mais diversas respostas de pessoas, entidades, grupos e organizações da sociedade civil, que se mobilizaram em defesa dos direitos das pessoas afetadas pelo HIV/AIDS. [...] Essa mobilização, gerada por diferentes atores sociais, reavivou conceitos e expressões que se julgavam perdidas entre as décadas de 60, 70: militante/militância; ativista/ativismo. [...] tais trajetórias individuais podem fornecer pistas para reflexões acerca do variado ativismo das ONGs/AIDS brasileiras, assim como também do papel que as ONGs têm frente aos desafios que a AIDS coloca.

É pertinente ainda destacar as respostas religiosas ante à epidemia de HIV/AIDS, especificamente a ARCA (APOIO RELIGIOSO CONTRA A AIDS), fundado em 1987, um projeto vinculado ao Instituto de Estudos da Religião (ISER), que contribuiu no debate das várias religiões.

Um exemplo de organizações militantes que margeiam o diagnóstico soropositivo é a RNP+ Brasil (Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS), que surgiu em 1995, tendo como modelo a GNP+ (Global Network People Living with HIV/AIDS), originada da articulação de dez portadores, que se reuniram durante o V Encontro Nacional de Pessoas Vivendo e Convivendo com HIV e AIDS, "Vivendo", encontro anual organizado pelo Grupo Pela Vida do Rio de Janeiro e Niterói.

Em 1996, 60 portadores se reúnem e dão continuidade à RNP+ no Encontro Nacional de ONG's - ENONG/AIDS, em São Paulo. Ainda no citado ano, enquanto ocorria o VI Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS, "Vivendo", 45 portadores se articulam e deliberam objetivos principais

visando a articulação de encontros regionais e a criação da Carta de Princípios da RNP+.

Tais eventos resultaram na aglutinação de pessoas soropositivas para o seu fortalecimento em âmbito Nacional, repercutindo no início de um processo de capacitação política, técnica e solidária, objetivando, também, o surgimento de mais lideranças a fim de atuarem em suas localidades junto aos seus governos e comunidades, viabilizando os núcleos RNP+.

As evoluções constantes passaram a ocorrer nos encontros estaduais e municipais. Na segunda versão do projeto, já financiado pelo Ministério da Saúde, fica patente o maior grau de evidência e participação dos portadores do vírus HIV nas deliberações das políticas de assistência pública.

Alguns dos núcleos RNP+ se institucionalizaram juridicamente, outros continuaram a funcionar informalmente de modo independente ou sob a proteção de OSCs ligadas ao diagnóstico de retrovírose. Em 2003, em Brasília, ocorreu o I Encontro de Núcleos da RNP+, que passou a se denominar RNP+ Brasil, onde foram eleitos novos representantes regionais e o secretário nacional, que passaram a constituir o Colegiado Nacional. Também nesse ano, durante a realização do Encontro Nacional de Ong's AIDS - ENONG, em São Paulo, foram eleitos, pela primeira vez, representantes da RNP+ Brasil para a Comissão Nacional de AIDS (Cn aids) e Comissão Nacional de Articulação dos Movimentos Sociais (Cams).

Espalhada por todo o Brasil, durante esses anos, a Rede pôde fortalecer laços e definir melhor o papel das PVHAs na luta por direitos e deveres, amadurecendo a participação política, assim como estabelecendo parcerias que visam ao fortalecimento da RNP+.

A mensagem final do histórico da RNP+:

[...] muito ainda há que ser feito nesse sentido, mas já demos início a essa tarefa de aglutinar esforços, talentos e lideranças visando o coletivo da RNP+ Brasil. Provamos para nós mesmos que queremos e somos capazes de assumir um papel ativo no controle social e no resgate da nossa cidadania, firmando-nos como principais protagonistas da epidemia e co-artífices do PN DST/Aids, na luta pelos direitos humanos das PVHAs e das populações vulneráveis à pandemia de Aids.

É notório o pioneirismo exercido por estas entidades, especialmente o papel político desempenhado na insurgência, para o cenário brasileiro, das primeiras pressões sociais em relação ao descaso do Poder Público em relação à oferta de saúde. A criação de um Programa Nacional de Combate a AIDS, datado de 1986, hoje Departamento, é fruto da militância/ativismo do pioneirismo associativista da chamada sociedade civil, que, ao se organizar politicamente, passou a questionar a situação política do País mediante a crítica social às condições de adoecimento e saúde de pessoas com sorologia positiva para o HIV.

REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

O conceito de consciência experimenta muitas definições que interessam e compreendem aspectos psicológicos, neurológicos e ético-filosóficos. Tais representações que abrangem desde notações técnico-científicas às estruturações subjetivas de um constructo quase indecifrável do aparelho psíquico, dão tonalidade diferenciada à busca do entendimento de como se determina ou como se justifica ações individuais e coletivas.

Quando se busca uma definição neuropsicológica, pode-se determinar o *ser consciente* como a forma quantitativa da maneira que o grau de clareza do sensorio é manifestado, sendo *vigil* o estado de estar acordado. Tal capacidade de estar desperto é estudada de forma mais objetiva pela neurociência há décadas, sendo que, para *Moruzzi e Magoum*(1949) uma dos principais fatores determinantes para a viabilização do estado consciente consistiria no Sistema Reticular Ativador Ascendente (SRAA), originado no tronco cerebral com projeções talâmicas até o córtex. Ainda sobre o SRAA, há a participação primordial dos neurônios da parte superior da ponte e do mesencéfalo, estes recebem impulsos da via ascendente proveniente dos estímulos intrínsecos (proprioceptivos e viscerais) e extrínsecos (órgãos dos sentidos). Outras áreas e suas interações sistematizadas também são de importância crítica para a modulação do nível de consciência, conforme estudos mais recentes, destacando-se a participação do lobo parietal direito, que aparenta estar intimamente relacionado ao reconhecimento do corpo, de

objetos e do mundo, bem como a apreensão da realidade. As regiões pré-frontais apontam para uma funcionalidade ligada à organização dos estímulos das atividades mentais conscientes, sendo que as funções neuronais corticais seriam integradas pelas interações talamocorticais. Outra proposta é que o estado vigil seria viabilizado por disparos sincronizados dos neurônios do tálamo e das camadas quatro e seis do córtex cerebral, pulsando em um ritmo de quarenta vezes por segundo (Crick e Koch, 1998).

A vertente neurológica dos estudos evidencia algumas estruturas e suas operacionalizações integradas no Sistema Nervoso Central, consistindo, possivelmente, em uma forma de explicar a complexa trama neurofisiológica da consciência, que depende funções associativas para sistematizar os estímulos externos e internos, sendo que a própria vivência humana em seu campo perceptual faz parte de uma determinação normal de sua capacidade de estar desperto. Portanto, a interação homem X meio é de suma importância para a própria quantificação das atividades conscientes, o que fica amplificado quando se considera a dimensão subjetiva das diversas sensações humanas, à soma de tais experiências se dá a caracterização psicológica da consciência, como uma forma de percepção da realidade em âmbito de interação com o ambiente.

Ao constructo do metabolismo psíquico, agrega-se a energia cinética dos sentimentos, estes carregados pelas emoções provenientes de materiais sensoperceptivos apreendidos em momentos presentes e passados. As impressões emocionais são somadas aos atos da consciência, esta não existindo por si somente, mas quando relacionada a algo pré-existente, como defendiam algumas das diversas correntes filosóficas que versam sobre o assunto.

Ainda sob um olhar subjetivo da consciência, há a nítida influência de componentes diversos e alheios à vida desperta, modificações secundárias às ações da esfera inconsciente, este estrato do aparelho psíquico foi melhor estudado por Freud (1915). As ações de um indivíduo, muitas vezes, são moduladas ou impelidas por energias psíquicas conscientemente não percebidas, tal afirmação encontra subsídio na falta de explicação, por parte da lógica consciente, para a justificativa de pensamentos e sentimentos

específicos, como, por exemplo, as reações transferenciais entre pessoas praticamente desconhecidas entre si.

Isto porque, para Freud (1915, p. 103).

[...] os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas; tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com frequência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais, não obstante, a consciência não oferece qualquer prova. (...) esses atos se enquadrarão numa ligação demonstrável, se interpolarmos entre eles os atos inconscientes sobre os quais estamos conjeturando. (...) a suposição da existência de um inconsciente nos possibilita a construção de uma norma bem sucedida, através da qual podemos exercer uma influência efetiva sobre o curso dos processos conscientes.

A dinâmica consciente perpassa a característica pura e individualmente humana quando avaliadas suas repercussões mais finas e complexas, pois a correlação de forças intra-psíquicas, em última análise, pode modular a capacidade de o indivíduo tomar ciência de possíveis deveres éticos, de responsabilidades e de direitos pertinentes a uma determinada cultura e sua realidade social.

Um intrincado produto dos processos conscientes é a *Consciência Moral*, já bastante próxima do entendimento dado por diversos filósofos quanto a *Consciência Política*, podendo ser esta uma das várias definições de um mesmo objeto.

Na visão de Lukács (2001, p. 118), sobre o movimento de formação da consciência, os indivíduos,

[...] elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, como gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si.

Muitos pensadores versaram sobre a configuração socialmente sistematizada do ato consciente, destaca-se Karl Marx que define termos como “Consciência em si” e “Consciência para si”. Epistemologicamente, a *consciência em si* é tipificada como prática individual, que tem a existência engajada apenas para o ato acrítico/estranhado da produção dos meios necessários ao viver, sem consideração pelos aspectos políticos ou críticos em

relação ao contexto social/coletivo em que se vive. A *consciência para si* trata-se do inverso, ou seja, de uma práxis coletiva de associação entre pessoas que se engajam conscientemente pela transformação histórico-social da realidade. O mesmo autor citado teve grande aprofundamento de sua obra na análise do funcionamento da sociedade capitalista, ancorada na produção de riqueza material.

Desta forma, a formação de uma consciência social seria baseada na luta de classes dentro de um processo produtivo, de acordo com Marx e Engels, obedecendo aos princípios do materialismo dialético, segundo os autores:

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como emanação direta de seu comportamento material. (1982, p. 18).

Considerando a formação da consciência em um ser humano como um complexo e multifatorial processo, pode-se considerar que este é apontado em forma da resultante do somatório de múltiplas forças envolvidas, inclusive quando assume um caráter de posicionamentos e de intenções socialmente compartilhadas. Desta forma, a consciência política, que também é produto de relações intra e extra-psíquicas, assume uma característica mutável. As explicações de Alexis Leontiev no livro *O Desenvolvimento do Psiquismo*, possuem relação direta com este processo de moldagem psíquica. Ao analisar o aparecimento e o desenvolvimento histórico da consciência, Leontiev (1978, p. 83, 88-89) comenta:

A consciência humana não é uma coisa imutável. Alguns dos seus traços característicos são, em dadas condições históricas concretas, progressivos, com perspectivas de desenvolvimento, outros são sobrevivências condenadas a desaparecer. Portanto, devemos considerar a consciência (o psiquismo) no seu devir e no seu desenvolvimento, na sua dependência essencial do modo de vida, que é determinado pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo considerado ocupa nestas relações. Assim é um objecto social, o produto de uma prática social, de uma experiência social de trabalho. Por fim, a consciência individual do homem só pode existir nas condições em que existe a consciência social. A consciência é o reflexo da realidade, refractada através do prisma das significações e

dos conceitos linguísticos, elaborados socialmente. A consciência do homem é a forma histórica concreta do seu psiquismo.

Pelos pressupostos acima descritos, depreende-se que fatores ou condições interpostos na vida de um indivíduo, como o diagnóstico de HIV, também podem fazer parte da gênese de uma modificação no tom subjetivo e social da consciência, pois o próprio ato de adoecimento repercute em rearranjos no posicionamento do portador na sociedade, considerando, ainda, os possíveis sofrimentos físicos e psíquicos, além do prognóstico da patologia que depende intimamente da assistência pública e da adesão ao tratamento.

DISCUSSÃO

O presente artigo não pretende afirmar que o diagnóstico de retrovírose representa uma maior propensão ao engajamento político, mas analisar uma possível via de formação militante propelida pelo processo de adoecimento dos ativistas que, especificamente, passaram a fazer parte dos movimentos em defesa dos portadores de HIV, considerando que grande parte dos pacientes em tratamento anti-retroviral não faz parte de grupos engajados com o objetivo em questão. Mas, deve-se levar em conta que o fenômeno da politização envolvendo a citada questão de saúde pública ganhou repercussão nacional, sendo de grande valia uma discussão sobre o fato em si.

O impacto da patologia diagnosticada varia dependendo das condições encontradas em cada pessoa acometida, tanto em âmbito físico quanto em âmbito psíquico, obedecendo, também, as características do vírus infectante e suas variantes. A interação entre o adoecimento do corpo, os componentes intra-psíquicos, a reação da sociedade e outros fatores gerará apresentações distintas em diferentes indivíduos. Muitos portadores podem evoluir com reações depressivas agudas ou transtorno de ajustamento, outros podem formalizar um típico e processual *luto*, podendo adquirir comemorativos de *luto patológico ou complicado*, dentre muitos outros desfechos possíveis, incluindo a elaboração não tão conflituosa dos mecanismos de compreensão da realidade agora imposta.

A este respeito, Pollak (1990), ensina que,

As trajetórias à mercê de uma grave ameaça de saúde não são aquelas de objetos inertes, mas de indivíduos ativos, que se esforçam para adquirir o domínio do curso de sua existência. As entrevistas colocam em evidência, através das diferentes reações, a AIDS, e ainda, a possibilidade de reavaliar a própria vida, de provocar exame de consciência, um movimento de introspecção que deve servir para reforçar seus próprios desejos e posição social. A princípio a crise de identidade desencadeada pela AIDS conduz a soluções individuais de auto-isolamento, indo até novas formas de engajamento e de militância.

Tais formas de encarar a etiologia em análise são intimamente relacionadas ao recorte da realidade pertinente ao diagnóstico, levando em conta caracterizações como a forma do contágio, a vida social, o ambiente conjugal, o suporte familiar, dentre muitos outros fatores que podem influenciar a constituição de consciência psicológica pertinente ao fato. Fatores estes que melhor seriam avaliados em um caráter quantitativo de estudo, comparando a frequência dos dados sócio-demográficos citados em paciente ativistas e não ativistas.

Múltiplas são as formas de explicar as reações individualmente tipificadas, desde os mecanismos de *sublimação* adaptativamente estipulados, onde a energia libidinal proveniente de conflitos intra-psíquicos, talvez precipitados ou recrudescidos pelo diagnóstico, é despendida transformada em militância efervescente e engajada, como uma maneira de dar vazão à força de conteúdos inconscientes e suficientemente desagradáveis ao *ego*, de tal forma que levam o aparelho psíquico a reprimir os citados impulsos e adaptar-se de forma consciente em atividades socialmente aceitáveis. Tal explicação tem origem predominantemente inconsciente, não sendo objeto direto do estudo em questão, mas podendo consistir em uma das formas que inicialmente impeliram os ativistas ao movimento social. Mas, o fenômeno descrito em si não é suficiente para explicar toda a ressonância política dos movimentos sociais em defesa dos direitos dos portadores de HIV, pois, sendo de origem individual, ficaria contido dentro dos limites corpóreos, não obedecendo à manifestação inter e trans-pessoal da amplitude de movimentos como o RNP+Brasil.

A simples angústia de aniquilamento experimentada por cada portador do HIV é suficiente para gerar a busca pela sobrevivência do próprio ser humano em questão, encontrando amplificação das forças e maior

segurança para um indivíduo e seus conflitos pessoais, com ou sem sublimação, quando esse funciona como parte de uma engrenagem de um grupo engajado.

Tal fato fica evidenciado, por exemplo, com relato da ativista maranhense, residente na cidade de Bacabal, Mariazinha. Diz ela o seguinte:

Na nossa luta por melhores condições de vida em tempos de HIV/AIDS, tem a população pobre soropositiva que é mais vulnerável, mais carente e que precisa de uma assistência maior, esse pé no chão que eu vejo lá, ele não consegue o medicamento, ele não tem um feijão pra comer em casa. Como é que ele se aguenta em tomar a medicação se não tá bem alimentado? ou com moradia? ou com estrutura social e econômica? Isso é uma coisa que agente tem que rever e tem que criar uma consciência política em cima disso aí, porque uma coisa é você viver com HIV/AIDS e não tomar nenhum medicamento e uma coisa é você viver, com HIV/AIDS e tomar medicamento, porque o medicamento ele é só um complemento pra que você fique mais forte, seu sistema imunológico suba e que você fique bem, mais também se você não tiver o básico pra comer, o arroz e o feijão você não vai viver só com aquele medicamento. É mais fácil você viver com comida do que com o medicamento, no caso do portador, você tira mais proveito com a comida, por que na realidade os dois se complementam, do que vale eu tomar o remédio se eu não tenho a comida, entendeu? E não só portador do HIV como outras pessoas com outras patologias também se fragilizam muito com a pobreza nos interiores, como o câncer, como a tuberculose, hanseníase, enfim, então agente não vê nenhuma cobertura em cima disso pra que as pessoas tenham o acesso ao medicamento, mas também tenham o acesso à comida, emprego, casas própria. Enfim tem pessoas que você acompanha que tem vontade de chorar, não é fácil não, meu filho...

A busca da sobrevivência de toda uma classe de pessoas hoje portando retrovírose seria outro motivo plausível para se perpetuar a luta em defesa dos direitos em questão. Um futuro dotado de assistência adequada e de um controle da pandemia estudada pode povoar o ideário comum e coletivo dos militantes, mesmo que como uma forma de combater os impulsos de origem inconsciente.

A militância, quando analisada de dentro para fora, ou seja, dos contingentes intra-psíquicos para as manifestações coletivas, seria a instância final de um desenvolvimento reativo instalado após as drásticas mudanças carregadas pela alteração do estado de saúde, modificações essas que representam, de forma inequívoca, todo um rearranjo da teia social na qual está inserido o portador do HIV, principalmente quando considerada uma

realidade de estigmas, limitações de algumas liberdades pessoais, aparecimento de novas responsabilidades, riscos, benefícios e malefícios inerentes à evolução da patologia ou à repercussão do tratamento. Ressalta-se todo o padrão formativo que tem como uma das principais bases a interação homem versus meio ambiente. Fica, portanto, patente que o diagnóstico em si já pode representar uma grande ressignificação do ser humano envolvido, consistindo, tal reorganização individual, em um terreno fértil para uma série reações adaptativas, dentre estas, a formação da consciência política.

Neste sentido, adequar-se bem a nossa análise a experiência de ativismo e liderança do paraibano Rafael, 35 anos de idade e dez anos de sorologia positiva para o HIV, que diz o seguinte:

Ser ativistas, ser liderança, para resumir é você conscientemente entender a realidade de viver com o HIV. É não cruzar os braços diante dessa realidade. É você ter vontade de mudar e de lutar por um mundo pelo menos mais igual pra todo mundo, a gente sabe que não consegue fazer mudanças grandes, significativas de uma hora pra outra na sociedade capitalista, mas pelo menos melhorar ou diminuir essa desigualdade que tem, acho que é o que como ativista mais desejo. (2008).

Ou ainda, o exemplo de Samya, ativista da RNP+ Natal/RN, ao comentar que:

Sou ativista porque tô construindo e ajudando a construir um movimento que as pessoas se conscientizem da sua sorologia, dos cuidados que se tem tanto na prevenção, como na Adesão ao Tratamento, se tô tendo esse cuidado pra mim como travesti, também tô tendo para as outras pessoas, não tô preocupada só em mim. Acredito que se agente começar a plantar uma semente aqui, e todo dia você vai aguando, um dia ela vai germinar. E é isso que me faz está no ativismo, de tá construindo, orientando. Eu trabalho muito com adolescente de favela, aconselho é muito pra eles se conscientizarem. Dou palestra em colégio, indústrias. Eu aprendi dessa forma, construo o movimento pra repassar as pessoas que não têm o mesmo acesso que tenho. Pra que tenham uma qualidade de vida melhor, como eu tenho. É difícil você trabalhar com o desconhecido, principalmente com o HIV/AIDS que é uma doença mutante, que atinge teu organismo, nunca sabe quando ela vai te atingir. (2008).

Nos entendimentos supracitados, em busca de uma causa coletiva que se irradia às necessidades individuais, em prol da saúde pública, essas pessoas, ao tempo em que tomam *consciência do aprender a viver com HIV* e

se engajam no associativismo proposto, por exemplo, pela RNP+Brasil, passando a assumir uma posição de agente político, ultrapassam a si próprias, ou seja, vão além da individualidade sorologicamente positiva para o HIV. O ativismo deflagrado pelo movimento de luta em favor dos portadores de retrovírus diz respeito a este processo histórico de tomada de consciência política e de mobilização social por melhores condições de saúde para vidas em experiências corporais de adoecimento, pois demonstra a assimilação do momento em que grupos sociais organizados, ao assumirem uma posição além de si, em função de uma causa coletiva, passam a associar-se.

Em Gramsci (2004, p. 43), isso decorre do fato de que

O homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento. Porque parece um cruel destino aos humanos serem dominados por este instinto, o de quererem devorar-se uns aos outros, em vez de fazerem convergir as forças unidas para a luta.

Pode-se observar este processo de tomada de consciência, por exemplo, na seguinte fala do ativista João:

Logo após meu diagnóstico e depois de querer cometer o suicídio, busquei o Grupo Solidariedade é Vida que era a única que tinha aqui em São Luiz/MA, fui participando das reuniões de auto-estima, de auto-ajuda e tudo, e aí fui percebendo o que era de fato o HIV/AIDS, a complexidade que envolvia a prevenção e que a minha consciência preventiva tava totalmente equivocada, aí me incomodei com as informações recebidas e disse “Não! O mundo tem que saber disso!” e aí cheguei um dia lá na reunião de voluntários e disse que iria contribuir com essa luta de vocês, ainda não me encontrava naquela luta, falava de vocês, eu me solidarizava no sentido de que eles eram poucos e os trabalhos eram muitos. Então a minha identidade de pessoa com HIV/AIDS foi um processo. Então eu estar tomando a medicação foi um momento diferente do diagnóstico, eu ir pra reunião da RNP foi outro momento diferente do diagnóstico. Cada momento desses foi um processo mesmo! A cada momento eu tava me dedicando cada vez mais e aí as coisas foram acontecendo dentro do ativismo. O ativismo cada vez mais pegava outros rumos. Em 2003 eu já estava como ponto focal da RNP+ estadual do Maranhão e hoje sou da regional da RNP+ Nordeste.

A ação coletiva dos ativistas na luta pelos direitos dos pacientes soropositivos, ao abandonar a fatídica posição individual de estar meramente em si, enseja a análise da pedagogia política dos movimentos sociais de contestação que resistem ao tempo e permanecem presentes até o presente

momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da consciência política assume uma origem múltipla e processual. Analisando as bases neurológicas de ser consciente, pode-se depreender a intensa relação do homem com o meio em que vive e seus tantos mecanismos fisiológicos que facilitam a integração dos diversos estímulos, a estruturação de todo o sistema em si não deixa de ser uma representação do tom mais complexo e subjetivo das outras formas de o ser humano interagir com sua realidade, pois a consciência neurofisiológica consiste em um componente viabilizador de todo o processo em questão. Apenas estando dotado do adequado grau de clareza do sensorio, é que o homem poderá desenvolver todas as facetas complexas e subjetivas de outras formas de consciência, incluindo a política. Mas, sendo o humano um ser social, a própria manutenção da espécie humana depende de sua consciência moral ou política.

Contextualizando com a realidade dos portadores do HIV, a politização de parte dos muitos pacientes em questão é um processo natural do próprio ser socializado. Pode-se afirmar que, especificamente para os militantes portadores de retrovírose, os diagnósticos e suas implicações paralelas representaram uma clara inclinação para o engajamento na luta por direito individuais e coletivos, culminando em um processo mais amplo de politização. Porém, as formas possíveis de como houve o contágio, a realidade social, o suporte familiar, o grau de instrução, a religiosidade, o próprio ambiente conjugal, a existência de comportamentos de risco, dentre outras variáveis sócio-demográficas poderiam constar em estudos até de caráter quantitativo, consistindo em uma forma de acrescentar mais dados quanto o assunto em questão, bem como tentar estipular fatores preditivos positivos vinculados à formação da consciência política em pacientes que assumem um caráter militante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Demis. **Poder e comunidade:** respostas organizacionais à AIDS. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1995.

BASTOS, Francisco Inácio., SZWARCOWALD, Célia Landmann. AIDS e pauperização: principais conceitos e evidência empíricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 16(suplemento 1), p.65-76, 2000.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico AIDS** - Ano V nº 1 - julho a dezembro de 2007/janeiro a junho de 2008. Ano V nº 01 - 27ª a 52ª semanas epidemiológicas - julho a dezembro de 2007 - 01ª a 26ª semanas epidemiológicas - janeiro a junho de 2008 / ISSN 1517 1159.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA RNP+ BRASIL - Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, 2006.

CRICK, F; KOCH, C. Consciousness and neuroscience. *Cortex*, v. 8, p. 97-107, 1998.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes Franco. **A Face Pobre da AIDS**. Tese de (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010.

FREUD, S. (1915c). **O Inconsciente**. Rio de Janeiro: Ed. Standard Brasileira, vol. XIV, Imago, 1974.

GALVÃO, Jane. AIDS e Ativismo: o Surgimento e a Construção de Novas Formas de Solidariedade. In: PARKER, R. (Org.) *et al.* **AIDS no Brasil**, Rio de Janeiro: ABIA : Relume-Dumara : IMS/UERJ, 1994. (História Social da AIDS, 2).

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social**. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MORUZZI, G; MAGOUN, H. W. Brain stem reticular formation and activation of the EEG. **Eletroencephalography and Clinical Neurophysiology**, v. 1, p. 455-473, 1949.

PARKER, R. (Org.) *et al.* **AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA: Relume-Dumara: IMS/UERJ, 1994. (História Social da AIDS, 2).

PARKER, R. (Org.). **Abaixo do equador**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARKER, R. (Org.). GALVAO, J., PEDROSA, J. S. (Orgs.). **AIDS no mundo**. Rio de Janeiro: ABIA : IMS/UERJ : RelumeDumara, 1993. (Historia Social da AIDS, 1).

PARKER, R. (Org.). **Na Contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

PARKER, R. (Org.). **Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PARKER, R., CAMARGO, Jr.,K. **AIDS e Pobreza: Aspectos Antropológicos e Sociológicos**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol. 16(suplemento 1), p.89-102, 2000.

POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a Aids**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

TERTO Jr., V. O papel das ONG nas políticas de AIDS. *In*: Seminário Políticas Públicas de Saúde Relacionadas à AIDS. **Anais**, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ABIA, 1995.

ⁱ Médico formado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), residente do terceiro ano do programa de residência médica de psiquiatria do Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto. che.serra@gmail.com.

ⁱⁱ Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Graduado em História (UFC); Mestre em Ciências da Educação (UFPI); Doutor em Educação Brasileira (UFC). Coordenador do GEMPI Grupo de Estudos Marxistas Piauiense; Diretor Sindical, ADCESP, Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí UESPI. Membro e Pesquisador da AINPGP - Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia.

ⁱⁱⁱ Médica formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Residência Médica em Clínica Geral no Hospital Universitário Walter Cantídio; Residência Médica em Medicina Intensiva no Hospital Universitário Walter Cantídio; Especialista em Medicina intensiva pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB. iaraserraazul@hotmail.com.

RECEBIDO EM: 21.12.12

APROVADO: EM 07.01.13

EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES NO BRASIL: O PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR COMO MODELO DE ESCOLARIZAÇÃO.

YOUNG WORKERS´S EDUCATION AND QUALIFICATION IN BRAZIL: THE PROGRAM PROJovem TRABALHADOR AS A MODEL OF SCHOLARIZATION.

Gilson de Sousa Oliveira¹

RESUMO:

Na atual contextura das políticas neoliberais no Brasil, o fenômeno do desemprego de jovens trabalhadores é justificado pela baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, problemas que justificam a adoção de programas e projetos educacionais, de curta duração, executados por meio da parceria público-privada e ancorados na pedagogia das competências e no discurso da empregabilidade. Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, a educação destinada à classe trabalhadora passou a receber uma atenção especial, evidenciada por meio da construção de novas escolas técnicas e na oferta de cursos de qualificação profissional de curta duração, como os que ocorrem no Projovem Trabalhador- Juventude Cidadã. Nossa análise tem como objetivo identificar as concepções que orientam a formação e a qualificação profissional de jovens cursistas desse Programa, destacando seus limites e possibilidades, sobretudo no que tange à formação de sujeitos críticos e a inserção desses no mercado de trabalho. Referida análise, fundamenta-se no método do materialismo histórico dialético e é o resultado de uma pesquisa qualitativa sobre esse Programa no Estado do Ceará. Se por um lado, o Projovem Trabalhador consegue ampliar o nível de escolaridade dos jovens cursistas, com a conclusão do ensino básico, por outro, mascara as reais necessidades educacionais da classe trabalhadora, visto que, além de seu caráter assistencialista, não oferece efetivo acesso a uma educação alargada de qualidade, nem garante a inserção desses no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: Educação Profissional – Projovem Trabalhador – Governo Lula.

¹ Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação - FACE/UFC, graduado em pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, coordenador dos cursos de Educação do Programa de pós Graduação da Faculdade Vale do Jaguaribe e membro do Laboratório de Estudos do Trabalho e de educação profissional do LABOR. Professor do Curso de Gestores Executivos da Gestão Básica pela Coordenadoria Estadual de Formação de Executivos Escolares para a Educação Básica – CEFEB do Conselho Estadual de Educação do Ceará- CEE.

ABSTRACT

In current contexture of neoliberal politics in Brazil, the phenomenon of unemployment of young workers is justified by low schooling and lack of professional qualification, problems that justify the adoption of short duration educational programs and projects, performed by public-private partnership and anchored in competency pedagogies and employability discourse. Due to Luis Inácio Lula da Silva election, the education aimed to working class started to receive a special attention enhanced by the building of new technical schools and in the offering of short duration qualification courses, exemplified by Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã. Our analysis aim to identify the conceptions that guide the formation and professional qualification from the young students in the program, highlighting their limits and possibilities, mainly in aspects as the formation of critical agents and their insertion in the job market. This analysis, orients itself by the historic-dialect materialism and it's a result of a qualitative research about this program in the state of Ceará. If in one hand, the program Projovem Trabalhador increases young workers schooling levels, by concluding the basic scholarship, in the other hand it masks the working class's actual needs, once besides its assistentialism it does not offer effective access to an education full of quality, neither it guarantees young students insertion in the formal job market.

Key-words: Professional Education – Projovem Trabalhador – Lula government.

INTRODUÇÃO

O desemprego é um problema que afeta milhões de trabalhadores em todo o mundo, mas seus efeitos são, ainda, mais devastadores sobre as populações dos países periféricos, sobretudo os trabalhadores jovens, pertencente às classes populares.

No Brasil, desde os anos de 1990, milhares de trabalhadores, adultos e jovens, buscam inserção no mercado de trabalho, sem sucesso. Os novos postos de trabalho criados são ocupados, na sua maioria, por trabalhadores que tiveram acesso a uma formação profissional de melhor qualidade, sobretudo no âmbito técnico profissional. Essa realidade agrava, ainda mais, a trágica situação vivida por muitos desses trabalhadores, particularmente, aqueles que não tiveram acesso a uma boa educação e nem foram preparados para o exercício do trabalho. Diante dessa realidade é possível afirmar que, o mundo do trabalho não é o local de abrigo para todos os trabalhadores, uma vez que, parcela significativa desses trabalhadores está

fora do mercado formal de trabalho ou esperando uma oportunidade, que na maioria das vezes nunca acontece.

Para os defensores da ordem capitalista vigente, o alto índice de desemprego entre jovens trabalhadores guarda relação direta com os baixos níveis de escolaridade e a falta de qualificação profissional para o exercício do trabalho. Sob tal perspectiva, o desemprego desse segmento de classe é visto como um problema de ordem individual e não como uma questão social, decorrente da execução de políticas públicas atreladas aos interesses do capital. Na acepção de Frigotto (1993) e Pochmann (2000), não existe relação direta entre um e outro fenômeno. Na visão desses estudiosos, é falsa a suposta linealidade imediata entre qualificação-inserção profissional na ordem econômica vigente. Fatores, como, a reestruturação produtiva nas empresas nacionais, a adoção de novas tecnologias, a falta de uma política séria de geração de empregos formais, bem como as novas formas de gestão da força de trabalho são apontadas como os principais responsáveis pelos altos índices de desemprego entre jovens trabalhadores no Brasil.

Referido discurso mascara as intenções do Poder Público que não atua no sentido de propor e executar políticas governamentais que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, inclusive para os jovens das classes populares. Se a baixa escolaridade e a falta de qualificação são apontadas como responsáveis pelo não acesso do jovem ao mercado de trabalho formal, o que dizer, então, dos jovens que tiveram maiores oportunidades de acesso a uma educação mais aprofundada e que nem por isso conseguem se inserir no mercado de trabalho? Tal realidade sugere que não se trata, apenas, da falta de formação e qualificação profissional dos jovens, mas, principalmente pela ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda.

O combate ao desemprego de jovens trabalhadores não tem sido uma tarefa fácil para os últimos governos brasileiros. Nos três primeiros anos do governo Lula da Silva, por exemplo, apenas uma, em cada dez vagas com carteira assinada abertas no Brasil, foram ocupadas por alguém que procurava se colocar no mercado de trabalho pela primeira vez (POCHMANN, 2007). Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) demonstraram que nesse período, apenas 15% das novas oportunidades de

emprego criadas foram ocupadas por pessoas com idade até 24 anos no mesmo período. Mas afinal como foi que o governo Lula da Silva procurou resolver o problema do desemprego da juventude trabalhadora?

A vitória desse governante, em 2003, gerou enormes expectativas por mudanças estruturais, sobretudo no âmbito da educação profissional, esta última, completamente desfigurada com a reforma do Decreto 2.208/97, realizada na gestão de FHC. Recentemente, porém, notadamente no segundo mandato do governo Lula da Silva, a educação destinada à classe trabalhadora recebeu uma atenção diferenciada, marcada por grandes investimentos estruturais, constatado por meio da ampliação do número de vagas dos cursos profissionais já existentes, mas, sobretudo, com a construção de novas Escolas Técnicas Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em várias partes do País. A abertura dessas novas escolas, assim como a ampliação das vagas dos cursos existentes se justificavam devido à defasagem no mercado entre a oferta e a demanda de mão de obra qualificada, consenso hegemônico que orientou também, as ações voltadas para a juventude trabalhadora durante a gestão de FHC.

Assim como na gestão do seu antecessor, o governo Lula da Silva implantou vários modelos de escolarização e formação profissional, que prometiam, entre outras coisas, melhorar os baixos índices de escolarização dos jovens em tela, mediante combinação entre formação e qualificação profissional, do tipo inicial para o trabalho, com a promessa de inserção desses cursistas ao término de cada curso. Percebe-se, assim, que o governo Lula da Silva acreditava, também, existir relação imediata entre desemprego e má formação dos trabalhadores.

Na segunda gestão do governo Lula da Silva a educação voltadas para os jovens das classes populares recebeu expressiva quantidade de investimentos públicos, com destaque para a criação e implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem Integrado, considerado o carro-chefe das ações de juventude da “nova” Política Nacional de Juventude - PNJ, lançada em 2005. Por meio desse Programa e suas submodalidades, o Governo federal buscou melhorar o nível escolar dos cursistas, prometendo que ao final de cada curso,

parte desses jovens, cerca de 30% dos jovens seria inseridos no mercado de trabalho. Nossa análise versa sobre a experiência da submodalidade Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, uma das quatro modalidades que compõem a Política Nacional de Juventude, inclusive na atualidade.

BREVE OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A história da educação profissional se confunde com a história das práticas humanas. Desde os tempos mais remotos, quando os homens transferiam seus conhecimentos nas artes dos ofícios por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição. Dessa maneira, a humanidade conseguiu transferir conhecimentos e técnicas de fabricação de instrumentos para outras gerações, promovendo, assim, o aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes fossem úteis e os ajudassem no seu cotidiano (MANFREDI, 2002).

Até meados dos anos de 1970 do século passado, a educação voltada para a classe trabalhadora era vista como sinônimo de treinamento para a produção padronizada e em série². Esse modelo de escolarização produziu um tipo de trabalhador semiqualficado que desempenhava tarefas simples, rotineiras e previamente delimitadas. Nessa etapa da acumulação capitalista, a educação tinha como fim a fragmentação entre os que pensam e os que executam as tarefas dentro da linha de produção. Segundo Kuenzer (2002, p. 79), tanto as relações sociais e produtivas, como a escola educam o trabalhador para esta divisão. “[...] O conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, contribuindo, ainda mais, para aumentar a alienação dos trabalhadores”.

² Vale ressaltar oportunamente, que esse modelo de educação nasce e se estrutura para atender às demandas da produção da era Fordista, na qual havia uma clara divisão entre o trabalho braçal, realizado pelo trabalhador pouco qualificado e o trabalho intelectual, realizados, apenas, pelos donos dos meios de produção. Neste paradigma de organização do trabalho, o trabalhador intelectual é aquele que concebe, pensa em produzir as riquezas, já o trabalhador manual deve apenas executar tarefas simples como a operacionalização das máquinas no intuito de combiná-la com a matéria-prima, apenas executando normas. Como podemos perceber, nesta etapa de desenvolvimento, os processos produtivos exigiam do trabalhador, para sua inserção no mundo laboral, apenas conhecimentos tácitos, aqueles que combinavam experiência em atividades repetitivas com memorização para sua repetição.

Com a decadência do modelo Fordista³ de produção, ocorrida, notadamente, na década de 1970, as bases ideológicas que sustentavam a escola de massa, foram, seriamente, questionadas. A introdução de novas tecnologias na linha de produção, realidade que foi sendo gradativamente incorporada à indústria brasileira a partir da década de 1980, produziu grandes mudanças na sociedade e modificou radicalmente as relações entre capital e trabalho. A educação não ficou imune a essas mudanças.

Em contrapartida, o fim do Fordismo fez emergir um novo modelo de desenvolvimento econômico denominado Toyotismo⁴. Com o advento das novas tecnologias organizacionais, baseadas nos critérios de flexibilidade e integração da produção, as empresas passaram a demandar, cada vez mais, trabalhadores multifuncionais, criativos, comunicativos e capazes de manter altos níveis de produtividade. Nesse novo cenário, o trabalhador foi chamado a deixar de ser um mero executor de tarefas simples, participando de maneira ativa no conjunto da produção e na criação de novas técnicas que venham ajudar a melhorar os lucros das empresas.

A reforma da Educacional Profissional capitaneada por FHC atingiu fortemente à classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores mais jovens. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, a Educação Profissional passou a ser regida pelo Decreto 2.208/97 que a fragmentou em três níveis, a saber: o básico, o técnico e o tecnológico (MANFREDI, 2002). Vale ressaltar, oportunamente que, de acordo com a Lei

³ A crise de superprodução deflagrada na década de 1970 e que se estende até os dias atuais, como afirma Antunes (1999) está relacionada, fundamentalmente, à crise da estrutura do capital, que na tentativa de recuperação de seu ciclo reprodutivo e resgate de seu processo de dominação, promove grandes transformações no próprio processo produtivo, pelas vias de novas formas de acumulação.

⁴ O toyotismo é o modelo japonês de produção, criado pelo japonês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota, após o fim da Segunda Guerra Mundial. As principais características são:

Flexibilização da produção – produzir apenas o necessário, reduzindo os estoques ao mínimo; Automatização – utilizando máquinas que desligavam automaticamente caso ocorresse qualquer problema, um funcionário poderia manusear várias máquinas ao mesmo tempo, diminuindo os gastos com pessoal; Just in time (na hora certa) – sem espaço para armazenar matéria-prima e mesmo a produção, criou-se um sistema para detectar a demanda e produzir os bens, que só são produzidos após a venda; *Kanban* (etiqueta ou cartão) – método para programar a produção, de modo que o *just in time* se efetive; O *Team work* (trabalho em equipe) – os trabalhadores passaram a trabalhar em grupos, orientados por uma líder. O objetivo é de ganhar tempo, ou eliminar os “tempos mortos e o Controle de qualidade total – todos os trabalhadores, em todas as etapas da produção são responsáveis pela qualidade do produto e a mercadoria só é liberada para o mercado após uma inspeção minuciosa de qualidade. Maiores informações em: <http://www.infoescola.com/industria/toyotismo/Acesso> em 01 de outubro de 2012.

9394/96, a Educação Profissional passou a ser complementar à Educação Básica, dando autonomia às escolas, sejam elas particulares ou públicas de realizarem a formação dos trabalhadores. Em tese, tal formação poderia ser, também, realizada no próprio ambiente de trabalho.

O Decreto 2.208/97, que separou radical e formalmente o ensino técnico da formação geral e básica, atendia, de maneira particular, os “aconselhamentos” dos organismos financeiros internacionais, sobretudo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI, que passaram a determinar quais políticas deveriam ser prioritárias para o nosso País, sobretudo no âmbito da educação dos trabalhadores. Referido Decreto significou um grande retrocesso no campo do direito a uma educação de qualidade para os trabalhadores. Na compreensão de Frigotto (2005a), a promulgação desse Decreto, bem como outros instrumentos legais, como, por exemplo, a Portaria n. 646/97, serviram para proibir a pretendida formação integrada da classe trabalhadora, regulamentando, assim, as formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado.

Ainda segundo esse autor, a promulgação do decreto em tela representou a retomada neoliberal da dicotomia estrutural entre formação geral e formação profissional, presente desde a gênese da educação brasileira no País. Revogá-lo, tornou-se, um compromisso histórico e político, assumido com os movimentos dos trabalhadores durante a campanha eleitoral, na qual o governo Lula da Silva foi eleito. O “novo” governo, depois de longas discussões e pressões dos trabalhadores, resolveu revogá-lo, o que na opinião de Frigotto (2005a) teria ocorrido, de maneira precária, por meio de outro Decreto, o 5.154, de 23 de julho de 2004.

Ainda na acepção de Frigotto (2005a), a revogação do tal Decreto, por si só, não foi capaz de mudar “o desmonte produzido na década de 1990”. Da forma como foi posto ele sinaliza, apenas, para a possibilidade da educação integrada, mas o governo não engendrou esforços em instituí-la nos estabelecimentos públicos dos âmbitos federal, estadual e municipal, ampliando as matrículas para o ensino médio e elevando sua qualidade.

Um ano depois da promulgação do referido Decreto, o governo Lula

da Silva lançou o PROEJA no âmbito restrito das instituições federais vinculadas à educação profissional (BRASIL, 2005a). Referido Programa, todavia, foi imposto às instituições de ensino, forçando-as a implementarem uma Educação Profissional integrada à Educação Básica para jovens e adultos, aligeirada, com previsão de carga horária de no máximo 1.600 horas para a formação inicial e continuada, e de 2.400 horas para o ensino médio integrado (FRIGOTTO, 2005a).

Sem dúvida, o lançamento do PROEJA significou um significativo avanço no campo da educação dos trabalhadores, todavia, não podemos deixar de ressaltar o caráter fragmentário da política de Educação Profissional do governo Lula da Silva, destacando que, o tratamento dado a Educação Profissional com a promulgação do “novo” Decreto não representou, de fato, avanços significativos no campo da educação da classe trabalhadora, pelo contrário. Reitera Frigotto (2005a), convincentemente, que a política de Educação do governo Lula da Silva, diferente do midiaticamente divulgado se processou mediante a proliferação de programas e projetos de educação profissional, do tipo aligeirados e de caráter assistencialista, a exemplo da Escola de Fábrica, do ProUni e do Programa Nacional de Inclusão: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - *PROJOVEM*. Com base nessa afirmação, podemos afirmar que, apesar dos esforços empreendidos pelo Governo federal no campo da educação dos jovens trabalhadores, tais ações não superaram a histórica dualidade entre a educação ofertada à classe trabalhadora e aquela destinada às camadas privilegiadas da população, assunto a ser brevemente apresentado a seguir.

O PROJOVEM INTEGRADO: DO DISCURSO À REALIDADE

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – *Projovem* Original foi lançado por meio da Medida Provisória de n. 11.129 de 02 de fevereiro de 2005, pelo governo Lula da Silva, no mesmo período em que foi instituída a sua Política Nacional de Juventude - PNJ. Referido Programa foi idealizado com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, reintegrando-os ao processo educacional,

proporcionando uma formação para o trabalho do tipo inicial, ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer. A gestão desse Programa foi pensada pra ser compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2005).

O Projovem Integrado surgiu como estratégia de enfrentamento das questões e das demandas da juventude trabalhadora brasileira e como resposta aos compromissos de campanha, assumidos publicamente, meses antes da sua eleição. O lançamento desse Programa explicitou de maneira particular a maneira com a qual o Governo federal enfrentaria os problemas vividos pelos jovens das classes populares, sobretudo no âmbito da formação e da qualificação para o trabalho. Nesse sentido, uma das proposições do Projovem é o compromisso de proporcionar uma formação integral, mediante uma efetiva associação entre a elevação da escolaridade, qualificação com certificação de formação inicial para o trabalho e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público, (BRASIL, 2005, p.13).

Em 2008, depois de uma criteriosa avaliação, o Projovem Integrado passou a fazer parte das principais políticas compensatórias realizadas pela maioria dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O Portal da Transparência, ONG que acompanha os gastos com as políticas públicas do Governo federal, concluiu que, nos últimos anos da gestão de Lula da Silva, o investimento público no Programa Projovem Integrado teve expressivo aumento⁵, se comparado aos primeiros anos do seu lançamento.

O “novo” *Projovem*, que passou a ser chamado de Programa Nacional de Inclusão: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, ou simplesmente *Projovem Integrado*, resulta da junção de cinco programas federais que estavam sendo executados durante a primeira gestão desse

⁵ Para se ter uma ideia, na primeira fase, entre 2004 e 2005, foram investidos aproximadamente R\$ 226 milhões de reais. No biênio 2006 e 2007, o Governo liberou R\$ 309 milhões de reais, e no último biênio (2008 e 2009), os valores pagos chegaram à cifra de mais de R\$ 793 milhões⁵. No total, foram investidos quase R\$ 2 bilhões de reais, dinheiro que, seguramente, poderia ajudar a melhorar os resultados da escola pública, dados publicados no portal da transparência. Informações em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 01 de outubro de 2012.

governo, a saber: Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Desde então, passou a ser composto por quatro submodalidades, a saber: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, conforme breve descrição que realizamos a seguir. A seguir, faremos uma breve análise do Programa Projovem Trabalhador e suas implicações na realidade cearense.

O PROJovem TRABALHADOR COMO MODELO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA DO CEARÁ

O Programa Projovem Trabalhador surge da junção de três programas desenvolvidos pelo governo Lula da Silva no início de sua gestão, todos dirigidos aos jovens das classes populares, a saber: *Consórcio Social da Juventude, Escola de Fábrica e o Juventude Cidadã*. Vale ressaltar que esse último teve início ainda na gestão de FHC. O *Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã* foi pensado para atender os jovens mais pobres das camadas populares, desde que se encontrem na faixa etária dos 18 aos 29 anos, em situação de desemprego e membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

Segundo seus idealizadores, esse Programa⁶ tem como objetivo, elevar a escolaridade dos cursistas, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental e/ou médio; a qualificação profissional com certificação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Para o Governo federal, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária tem como propósito a inclusão social dos jovens cidadãos (BRASIL, 2005).

O Ceará foi um dos primeiros estados da Federação a implantar esse Programa. Entre os anos de 2007 e 2008, foram capacitados, profissionalmente, 4.866 jovens em 35 municípios cearenses⁷. Desse total,

⁶ Os jovens que participam regularmente das atividades do Programa recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais), pagos em seis parcelas iguais, durante todo o período da qualificação mediante comprovação de assiduidade às aulas.

⁷ Os municípios contemplados foram: Acaraú; Aquiraz; Aracati; Aracoiaba; Barbalha; Baturité; Boa Viagem; Camocim; Canindé; Cascavel; Crateús; Granja; Icó; Iguatu; Itapipoca; Jaguaribe; Juazeiro do

1.512 jovens conseguiram se inserir no mercado de trabalho, de acordo com dados oficiais do governo cearense. Para 2009, pretendia-se estender esse atendimento a mais de 6.500 jovens, selecionados em 83 municípios⁸ cearenses, incluindo Fortaleza. De acordo com o edital desse Programa, os investimentos para a segunda etapa das atividades do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã foi da ordem de R\$ 11 milhões de reais. É oportuno destacar que a garantia da transferência desses recursos obedecem a garantia mínima de inserção de 30% dos cursistas ao final das atividades de cada projeto.

Viabilizar a inserção de pelo menos 30% dos jovens cursistas no mercado de trabalho é uma tarefa quase impossível, dada a realidade do mercado de trabalho no Ceará. Assim como a maior parte dos estados brasileiros, as cidades cearenses, na sua maioria, não oferecem nenhuma infraestrutura industrial capaz de oferecer emprego formal para tantos jovens ao mesmo tempo. Muitos municípios cearenses, por uma questão de história, vivem de pequenos negócios familiares e se sustentam, economicamente, da aposentadoria dos idosos e, mais recentemente, dos programas de transferência de renda do Governo federal. Foram essas cidades as principais “beneficiárias” dos programas de capacitação de jovens durante o governo Lula, o que nos leva a concluir que a referida cláusula de inserção de 30% dos cursistas no mercado formal de trabalho só existe no papel. Em alguns municípios, como por exemplo, Caucaia e Maracanaú, a inserção dos cursistas ocorreu mediante entrega de um kit de ferramentas, denominado “Kit do Empreendedor”. O tal kit era composto por algumas ferramentas que deveriam, em tese, estimular a criação de negócios familiares, capazes de ensejar renda para os jovens cursistas e suas famílias, baseados no discurso do empreendedorismo juvenil.

Consoante Lee Fontenelle, um dos coordenadores desse Programa nos municípios citados, além da entrega do *Kit do Empreendedor*, os Entes se utilizaram, do cooperativismo como meio de comprovação de inserção dos cursistas em alguma atividade produtiva. Nesse caso, os jovens foram

Norte; Limoeiro do Norte; Morada Nova; Pacajus; Quixadá; Quixeramobim; Russas; Santa Quitéria; Sobral; Tauá; Tianguá, Trairi e Várzea Grande.

⁸ Mais esclarecimentos podem ser encontrados em: <http://www.mte.gov.br/projovem>.

“convidados” a se associarem a alguma cooperativa local, comprovando, assim, o envolvimento direto numa atividade de trabalho. Essa estratégia isenta os Entes de assegurar emprego formal para esses sujeitos, conforme contrato de parceria. Em todos esses casos, não houve, de fato, inserção dos cursistas no mercado formal de trabalho, pelo menos na quantidade estabelecida, mas apenas formas precárias de inserção laboral, sobretudo algumas atividades baseadas no discurso do empreendedorismo juvenil.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, procuramos explicitar alguns limites dos atuais modelos de escolarização e formação dos trabalhadores jovens brasileiros, tendo como objeto de análise, o Programa Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã. Percebe-se que, apesar dos esforços empreendidos pelo governo Lula da Silva na tentativa de superar a histórica dualidade entre a educação ofertada à classe trabalhadora e aquela destinada à juventude das classes privilegiadas, a política de educação profissional desse Governo se processou mediante programas focais e contingenciais, baseados no discurso do empreendedorismo juvenil e da empregabilidade, o que nos leva a afirmar, convincentemente, que o Poder Público brasileiro continua negando o direito dos trabalhadores jovens do acesso a uma educação e formação profissional de qualidade.

Conclui-se, portanto, afirmando que apesar de uma clara intencionalidade do governo Lula da Silva em alterar os rumos da Educação Profissional no País, na prática, a educação ofertada à juventude trabalhadora durante sua gestão se processou mediante programas focais e contingenciais, a exemplo do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, proposta de educação que nega as verdadeiras necessidades da classe trabalhadora.

Defendemos, portanto, outro modelo de educação que atenda e resolva as reais demandas da juventude trabalhadora. Não basta a oferta de cursos fragmentados e pontuais, a exemplo do Projovem Trabalhador e outras tantos Programas que caracterizaram a Política Nacional de Juventude do governo Lula da Silva. É preciso investir num tipo de educação que atenda, não

só aos reclames do mundo do trabalho contemporâneo, com suas engrenagens tecnológicas, mas uma educação comprometida com a formação integral do sujeito. Além disso, é preciso que o Poder Público invista, massivamente, numa política de geração de emprego e renda capaz de criar novas oportunidades, inclusive para os jovens em tela.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e LULA). 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.557**, de 05 de outubro de 2005, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem – instituída pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e de outras providências. Brasília, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 25-54.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In* FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005a. p. 21-56.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente. *In*: LOMBARDI, J.; SAVIANI, D. ; SANFELICE, J. L. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

POCHMANN, M.. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2002.

QUEVEDO, Margarete de. Educação profissional no Brasil: formação de cidadãos ou mão de obra para o mercado de trabalho? **Revista da Faculdade de tecnologia de Bauru**, Fatec, número 01, volume 01, dezembro, 2011, Disponível em <http://www.fatecbauru.edu.br/rehutec/artigos/7-EDUCA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20NO%20BRASIL.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2012.

RECEBIDO EM: 06.01.13

APROVADO EM: 09.01.13